

REVISTA SUAS ES

2ª edição

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
*Secretaria de Trabalho,
Assistência e Desenvolvimento Social*



EXPEDIENTE

José Renato Casagrande
GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO

Ricardo de Rezende Ferraço
VICE-GOVERNADOR

Cyntia Figueira Grillo
SECRETÁRIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Fernanda Mota Gonçallo
SUBSECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

André Pessoa dos Santos
SUBSECRETÁRIO DE TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA

José Tadeu Marino
SUBSECRETÁRIO DE ARTICULAÇÃO E POLÍTICAS INTERSETORIAIS

Bruno Quintino Fernandes
SUBSECRETÁRIO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Gersílio Ribeiro Nascimento
SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Comitê Editorial

Carla Mariane Lima Endlich
Cláudia Fardin Soares Pereira
Mariana Marangoni de Almeida
Samyra Ferreira Lobino

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a 2ª edição da Revista SUAS ES, uma publicação que reafirma o compromisso do Governo do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), com o fortalecimento contínuo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Esta edição chega em um momento de consolidação de importantes avanços na política pública de assistência social capixaba. São conquistas que refletem o empenho coletivo de gestoras e gestores municipais, trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, conselheiras e conselheiros, além de todas as pessoas que, com dedicação e sensibilidade, fazem da política de assistência social um instrumento de transformação de vidas e de garantia de direitos.

Em 2025, celebramos resultados que reafirmam a força do trabalho coletivo realizado no Espírito Santo: reduzimos a taxa de extrema pobreza a 1,7% e alcançamos a segunda melhor posição do país em segurança alimentar. Esse percurso só foi possível graças ao investimento contínuo na rede socioassistencial — com quase R\$100 milhões destinados ao cofinanciamento regular, automático e fundo a fundo, assegurando condições para um atendimento digno e qualificado a quem mais precisa. Expandimos também o alcance das ações de inclusão e proteção social, cofinanciando 300 equipes do Incluir para o acompanhamento familiar, transferindo aproximadamente R\$ 225 milhões diretamente para a população em maior vulnerabilidade e fortalecendo a agricultura familiar ao adquirir quase mil toneladas de alimentos de cerca de 900 agricultores capixabas. Tais realizações refletem um Estado que cuida, que investe e que transforma, culminando no expressivo reconhecimento de 90% de aprovação das ações da SETADES pelas servidoras e servidores municipais. Resultados que não apenas nos orgulham, mas que nos inspiram a seguir avançando com responsabilidade, sensibilidade e compromisso público.

A Revista SUAS ES é mais do que um espaço de divulgação de práticas e saberes, é um registro vivo das experiências, da inovação e da força de uma rede comprometida com o cuidado e a proteção social. Nesta edição, reunimos relatos de experiências bem-sucedidas, artigos técnicos e reflexões sobre os desafios e avanços da gestão, dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

Que cada página possa inspirar novas ações, fortalecer vínculos entre profissionais e instâncias de gestão e reafirmar o papel essencial do SUAS na construção de uma sociedade mais justa, solidária e humana.

Seguimos firmes, com compromisso e esperança, na consolidação de uma política pública cada vez mais próxima das pessoas e centrada na garantia de direitos.



Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social – SETADES

SUMÁRIO

Artigo de convidado

Panorama das parcerias celebradas entre a SETADES e OSC's07

Trabalhos científicos

Reordenamento do Serviço de Convivência de Vitória-ES 15

Fortalecimento da saúde e bem-estar físico: a experiência do SCFV com pessoas idosas no município de Iconha/ES..... 22

Hiperfoco em Ação: Desafios e Possibilidades 29

Possibilidades de reinserção domiciliar de uma pessoa: quando a situação de rua e o transtorno mental não falam mais alto 36

Resenhas Críticas

Gestão do Trabalho no SUAS: Análise documental da NOB/RH/SUAS 44

I Pedal contra o abuso sexual infantil de Santa Maria de Jetibá/ES - 18 de Maio de 2025 47

Trabalho da V Mostra de Práticas em Assistência Social e em Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo

Serviços

Minha vida sensacional: a construção da história de vida como instrumento de acolhimento e proteção no serviço Família Acolhedora Vitória/ES 52

Ação do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Chapeuzinho Vermelho tem direitos!57

Identidades, memórias e perspectivas nos versos de “Caminhos do Coração” 61

LAR Belas: Um espaço de beleza dentro do acolhimento institucional para pessoas em situação de rua III 65

Benefícios Assistenciais e Programas

Programa de Inclusão Produtiva Mais Caminhos	69
Elevação do Índice de Beneficiários do BPC inscritos no CAD por meio da busca ativa - CAD em Movimento	73
Avaliação do Consumo Alimentar e da Segurança Alimentar e Nutricional em beneficiários do programa VIX + Cidadania da cidade de Vitória/ES	77

Gestão

Agenda regulatória da Assistência Social em Presidente Kennedy: avanços na gestão democrática e na proteção social	81
Ciclo Regulamentar PMAS: Atos Normativos para Implementação da Política de Assistência Social	84
Tecendo saberes no Centro de Vitória/ES: a experiência do IV Seminário da Rede Intersetorial do Centro de Vitória/ES	89

Segurança Alimentar e Nutricional

Oficinas de pães e biscoitos: promoção de protagonismo, memória afetiva e segurança alimentar de idosos em Ilpi	94
Mesa Viva: alimentação, cultura popular e geração de renda no CRAS Limeira	98
Prática de segurança alimentar e nutricional com idosos: concurso culinário e resgate da cultura alimentar	102
Padaria do Banco de Alimentos de Cachoeiro de Itapemirim: prática em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)	107

Artigo de convidado

PANORAMA DAS PARCERIAS CELEBRADAS ENTRE A SETADES E OSC'S

Carliza Pereira Pinto¹

Lutz Franchesco da Silva Rocha²

Paula de Oliveira Martins Lerbach³

Rossana dos Reis Nascimento⁴

Veruska Fávaro Brandão⁵

Resumo: O presente artigo aborda a avaliação quali-quantitativa da gestão de parcerias celebradas entre a Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES) do Governo do Espírito Santo e as Organizações da Sociedade Civil (OSC), no âmbito da Política de Assistência Social. Mesclando teoria e experiência profissional, o estudo foca em parcerias celebradas sob a Lei Nº 13.019/2014, resultantes de emendas parlamentares estaduais. A análise considera a reformulação da equipe e da metodologia de trabalho adotada na SETADES.

Palavras-chave: Gestão de Parcerias; Assistência Social; Lei nº 13.019/2014.

Overview of partnerships established between SETADES and CSOs

Abstract: This article addresses the quali-quantitative evaluation of partnership management between the Secretariat of Labor, Social Assistance and Social Development (SETADES) of the Espírito Santo State Government and Civil Society Organizations (CSOs), within the scope of the Social Assistance Policy. Blending theory and professional experience, the study focuses on partnerships established under Law No. 13.019/2014, resulting from state parliamentary amendments. The analysis considers the reformulation of the team and work methodology adopted by SETADES.

INTRODUÇÃO

O presente artigo mescla uma elaboração teórica com a experiência profissional, sendo voltado à avaliação quali-quantitativa do processo de gestão de parcerias, celebradas sob a égide da Lei Nº

1 Graduada em Serviço Social (UFES). Especialista em Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (UFES). Analista do Executivo do Governo do estado do Espírito Santo. E-mail: carlizapp@hotmail.com

2 Graduado em Psicologia (UFES). Especialista em Gestão de Políticas Social Públicas e Privadas (UniSales). Mestre em Política Social (UFES). Analista do Executivo do Governo do estado do Espírito Santo. E-mail: lutz.psicologia@gmail.com

3 Graduada em Serviço Social (UFES). Especialista em Planejamento, Gerência e Avaliação de Projetos Sociais (FDV). Analista do Executivo do Governo do estado do Espírito Santo. E-mail: paulamartins.vix@gmail.com

4 Graduada em Serviço Social (UFES). Mestre em Política Social (UFES). Analista do Executivo do Governo do estado do Espírito Santo. E-mail: rossanarreis@gmail.com

5 Graduada em Serviço Social (EMESCAM). Especialista em Administração e Planejamento em Projetos Sociais (Instituto Aleixo). Assessora Especial da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social entre 2021 e 2025. Email: veruskafb@hotmail.com

13.019/2014, de 31 de julho de 2014⁶, a partir da destinação de emendas parlamentares estaduais, desde a reformulação da equipe e da metodologia de trabalho adotadas, na Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES) do Governo do estado do Espírito Santo.

Vale ponderar que a celebração de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) é de suma importância para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dado que potencializa a capacidade de resposta às variadas demandas sociais apresentadas a tal sistema, como repercussões e expressões da questão social. As OSC, em sua maioria, enraizadas em comunidades e detendo significativo conhecimento das realidades locais, performam como uma extensão do Estado, atingindo públicos e oferecendo serviços que, por vezes, o aparato estatal não conseguiria prover com a mesma capacidade. Tal colaboração não apenas otimiza recursos, mas também fortalece a capilaridade do SUAS, garantindo que os direitos socioassistenciais cheguem de forma mais eficaz e humanizada, de modo complementar à atuação governamental.

Além disso, as parcerias com as OSC promovem a participação social e a democratização da gestão do SUAS, promovendo o engajamento da sociedade civil na formulação, execução e monitoramento das políticas de assistência. Tal sinergia entre o setor público e as organizações não governamentais fomenta a inovação, a troca de experiências e a construção de soluções conjuntas para os desafios sociais, resultando em um SUAS mais robusto, inclusivo e capaz de enfrentar as complexidades do cenário social com maior eficiência e equidade.

Frente a tal cenário, a inegável pertinência da celebração de parcerias, impõe mecanismos de organização governamental mais eficientes e uma metodologia que traga mais qualidade na gestão das parcerias. Tal qualificação é crucial em todas as etapas, desde a celebração à prestação de contas final, para que o emprego dos recursos públicos ocorra de forma eficiente e transparente, potencializando o impacto das ações socioassistenciais, além de prevenir incorreções ou falhas.

A partir de tal cenário, a SETADES promoveu reordenamento da gestão das parcerias, a partir da ampliação da equipe responsável pela gestão técnica das parcerias, todos em regime de teletrabalho⁷, designação de servidora responsável pela Coordenação da Equipe de Teletrabalho (PORTARIA N° 097-S, DE 11 DE DEZEMBRO de 2023), a revisão da Norma de Procedimento – SETADES N° 10⁸, a publicação do Manual de Prestação de Contas⁹, além de outras medidas.

Tal conjuntura, apesar de carecer de mecanismos que formalizem a estrutura, permitiu o incremento de metodologias e práticas para lidar com as diversas etapas das parcerias, além de resolver um passivo de centenas de prestações de contas pendentes de análises.

DESENVOLVIMENTO

Desde o reordenamento da gestão das parcerias, iniciado em novembro de 2023, a nova equipe técnica recebeu um total de 742 processos, em diferentes fases de execução, incluindo etapas como análise de mérito, emissão de parecer, monitoramento, processos com vigência encerrada para análise de prestação de contas final, entre outras situações administrativas. Esse volume expressivo eviden-

6 Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm > Acesso em 12 jun. 2025.

7 Teletrabalho é uma modalidade de trabalho realizada remotamente, fora das dependências da Secretaria, com o apoio de tecnologias digitais para a comunicação e a execução das atividades.

8 Disponível em: < https://setades.es.gov.br/Media/Seadh/UECI/NP-SETADES-010/NORMA_DE_PROCEDIMENTO_SETADES_N._010_-_V6_-_Celebra%C3%A7%C3%A3o_SEM_Chamamento_P%C3%BAblico_Execu%C3%A7%C3%A3o_Presta%C3%A7%C3%A3o_de_Contas_e_San%C3%A7%C3%B5es%20-%20ASSINADA.pdf > Acesso em 12 jun. 2025.

9 Disponível em: < <https://setades.es.gov.br/Media/Seadh/ManualdePresta%C3%A7%C3%A3odeContasOSC/Manual%20de%20Presta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Contas%20-%20SETADES%20e%20OSCs%20-%201%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20-%20Setembro-2024.pdf> > Acesso em 12 jun. 2025.

cia não apenas a relevância das parcerias no âmbito da política de assistência social, mas também os desafios enfrentados na gestão operacional de um sistema descentralizado e de alta complexidade como o SUAS.

A recepção dessa demanda exigiu o estabelecimento de critérios de priorização, padronização de rotinas e divisão estratégica do trabalho entre os membros da equipe, especialmente considerando o regime de teletrabalho.

Desses, 96 processos já contam com parecer de prestação de contas emitido, estando em fase de encerramento formal. Outros 166 foram devidamente encerrados, totalizando 262 processos. Esse volume representa cerca de 35% do total de processos recebidos no período, o que evidencia a efetividade da reorganização promovida.

Outro ganho relevante observado nesse processo de reestruturação foi o aprimoramento do monitoramento das parcerias vigentes, que passaram a ser acompanhadas não apenas por meio da análise documental dos relatórios técnicos, mas também por visitas técnicas presenciais e virtuais. Essa estratégia ampliou a capacidade da equipe técnica de acompanhar de forma mais próxima e qualificada a execução das parcerias, permitindo identificar, de maneira mais tempestiva, eventuais fragilidades, boas práticas e necessidades de readequação nos serviços ofertados.

Com isso, consolidou-se uma prática de monitoramento mais ativa, preventiva e educativa, que não apenas fortalece o controle e a transparência na aplicação dos recursos públicos, mas também colabora com a qualificação da política pública de assistência social em nível local, por meio da escuta das equipes executoras e da promoção da corresponsabilidade institucional.

Em relação às celebrações, destacam-se aquelas formalizadas no ano de 2024, que marca o primeiro ciclo completo de atuação da nova equipe técnica, após a reestruturação da gestão das parcerias. Esse período foi especialmente relevante por representar a aplicação prática das diretrizes, fluxos e metodologias implantadas no final de 2023, refletindo uma atuação mais organizada e criteriosa da gestão estadual, orientada à qualidade técnica dos instrumentos firmados.

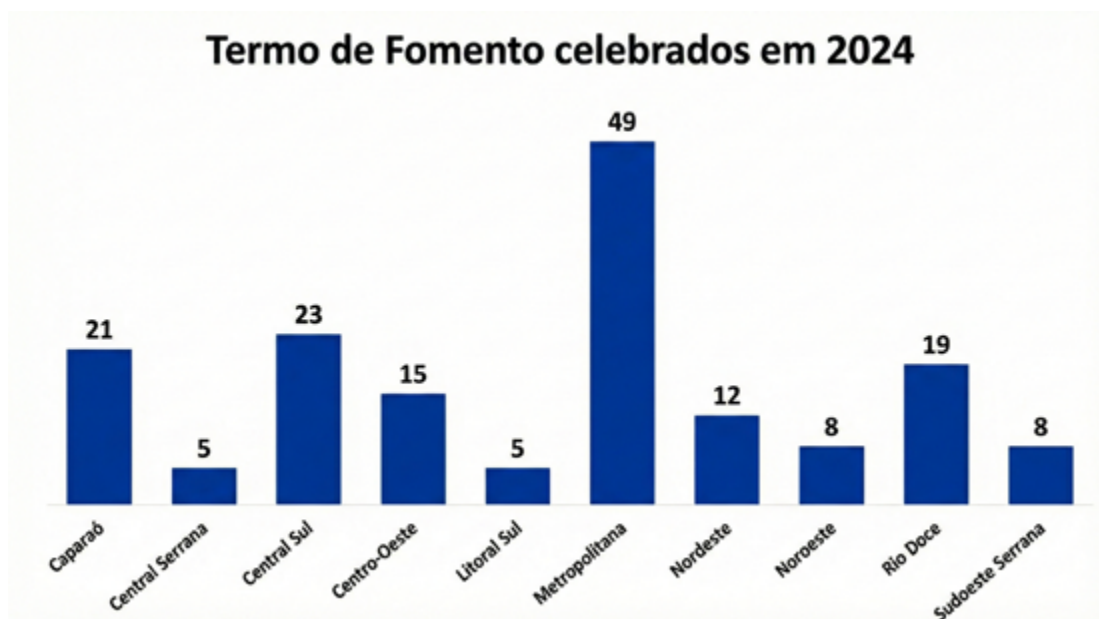
A nova configuração do setor permitiu maior rigor na análise dos planos de trabalho, melhor comunicação com as organizações proponentes e maior alinhamento com as normativas vigentes, garantindo maior aderência das propostas aos objetivos e diretrizes do SUAS.

Esse novo ciclo de celebrações também permitiu mapear, com maior clareza, o perfil das organizações parceiras, as tipologias de serviços demandadas e os territórios com maior incidência de propostas.

No âmbito da assistência social, a celebração de parcerias é fundamental para fortalecer a rede de proteção social e garantir a oferta contínua de serviços, programas e projetos à população em situação de vulnerabilidade e risco social. Por meio dos Termos de Fomento entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil, promove-se o acesso efetivo a direitos, ampliando a eficácia e a abrangência do atendimento, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do público beneficiário, promovendo justiça social e dignidade aos cidadãos em situação de vulnerabilidade.

Em 2024, o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), formalizou 165 Termos de Fomento com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), distribuídos em 63 municípios, abrangendo as 10 microrregiões de planejamento do Estado. Os instrumentos têm por objetivo viabilizar a consecução de serviços, programas ou projetos de assistência social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com recursos oriundos de emendas parlamentares estaduais.

Tais parcerias foram celebradas com finalidades de interesse público e recíproco, conforme previsto na Lei nº 13.019/2014, e reafirmam o compromisso do Estado com o fortalecimento da proteção social no Espírito Santo.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Esses termos resultaram na implementação de um total de 180 ofertas de serviços socioassistenciais, número superior à quantidade de parcerias formalizadas, uma vez que alguns instrumentos preveem a manutenção de mais de uma oferta simultaneamente.

A análise da distribuição territorial dessas ofertas revela disparidades relevantes. A microrregião Metropolitana concentra 62 ofertas, o que representa cerca de 34% do total, seguida por Caparaó e Central Sul, com 23 ofertas cada, e Rio Doce, com 19. Em contrapartida, microrregiões como Central Serrana e Litoral Sul apresentam apenas 5 ofertas cada, enquanto Noroeste e Sudoeste Serrana registram 8. Tais dados evidenciam a desigualdade na cobertura dos serviços, especialmente nas regiões com menor estrutura.

Além das disparidades territoriais, a análise por tipologia de oferta revela a predominância de serviços no âmbito da Proteção Social Especial, especialmente os voltados ao acolhimento institucional. Dentre as 180 ofertas contempladas, destacam-se 27 referentes ao Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, 29 ao Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, e 11 ao Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. A expressiva presença dessas modalidades evidencia a prioridade conferida à atenção de grupos com demandas mais complexas e em situação de maior vulnerabilidade.

No campo da Proteção Social Básica, observa-se um número significativo de ofertas vinculadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com 80 registros, o que representa aproximadamente 44% do total das ofertas. Essa concentração sinaliza o reconhecimento da relevância da convivência familiar e comunitária como fator de prevenção às situações de risco social. Outras iniciativas na Proteção Social Básica, como ações de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e a promoção da integração ao mundo do trabalho, também foram contempladas, embora em menor escala.

A presença de sete iniciativas voltadas ao assessoramento, defesa e garantia de direitos, sob responsabilidade da Gerência do Sistema Único de Assistência Social, também merece destaque, demonstrando o compromisso com o fortalecimento do controle social no SUAS.

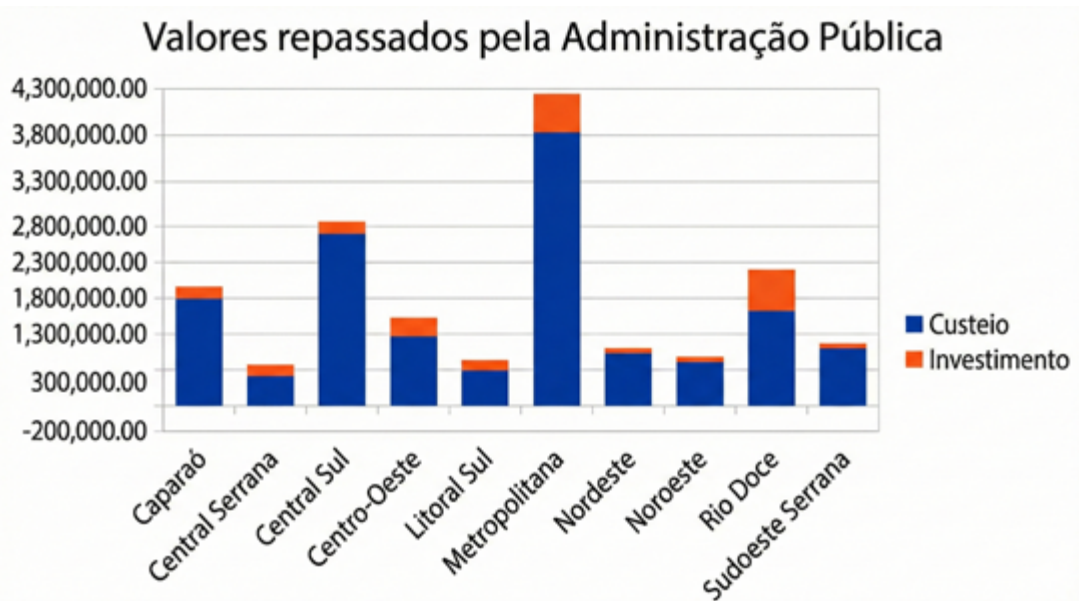
Esses dados revelam que, apesar das desigualdades regionais ainda presentes, os Termos de Fomento celebrados em 2024 resultaram em uma diversidade de ofertas, contemplando desde ações preventivas até respostas a situações de violação de direitos.

Outro aspecto relevante diz respeito à diversidade do público beneficiário alcançado pelas ofertas existentes. As parcerias viabilizadas por meio dos Termos de Fomento em 2024 contemplaram desde crianças, adolescentes, jovens e adultos até idosos, pessoas com deficiência e em situação de rua. Abrangeram, ainda, demandas específicas e complexas, como as de pessoas doentes e de pessoas em tratamento de saúde, incluindo seus acompanhantes, além da oferta de assessoramento a organizações da sociedade civil, órgãos públicos, instituições privadas e movimentos sociais, ampliando o escopo do fortalecimento institucional e da participação social. Essa variedade demonstra o compromisso da política pública com a universalidade e a equidade no acesso aos direitos socioassistenciais.

A abrangência dos perfis atendidos reforça a função estratégica das parcerias na concretização dos princípios da assistência social, como a integralidade, a intersetorialidade e a proteção integral. Ao contemplar diferentes ciclos de vida e contextos de vulnerabilidade, os instrumentos firmados em 2024 refletem o esforço do Estado em consolidar uma rede de proteção social ampla, responsiva e comprometida com a promoção da dignidade e da justiça social.

A análise da distribuição dos recursos financeiros repassados por meio dos Termos de Fomento em 2024 revela diferenças expressivas entre as microrregiões capixabas. Do total de R\$ 13.142.791,42 repassados, R\$ 10.881.241,49 foram destinados a despesas de custeio (despesas correntes) e R\$ 2.261.549,93 a investimento (despesas de capital), refletindo a predominância de despesas voltadas à manutenção e execução das ofertas de serviços, programas e projetos.

A microrregião Metropolitana concentrou o maior volume de recursos, com R\$ 4.190.489,87, seguida pela Central Sul (R\$ 2.378.675,61) e Rio Doce (R\$ 1.699.257,94). Em contrapartida, regiões como Central Serrana (R\$ 338.980,24), Litoral Sul (R\$ 404.162,86) e Noroeste (R\$ 453.792,69) receberam montantes significativamente menores.



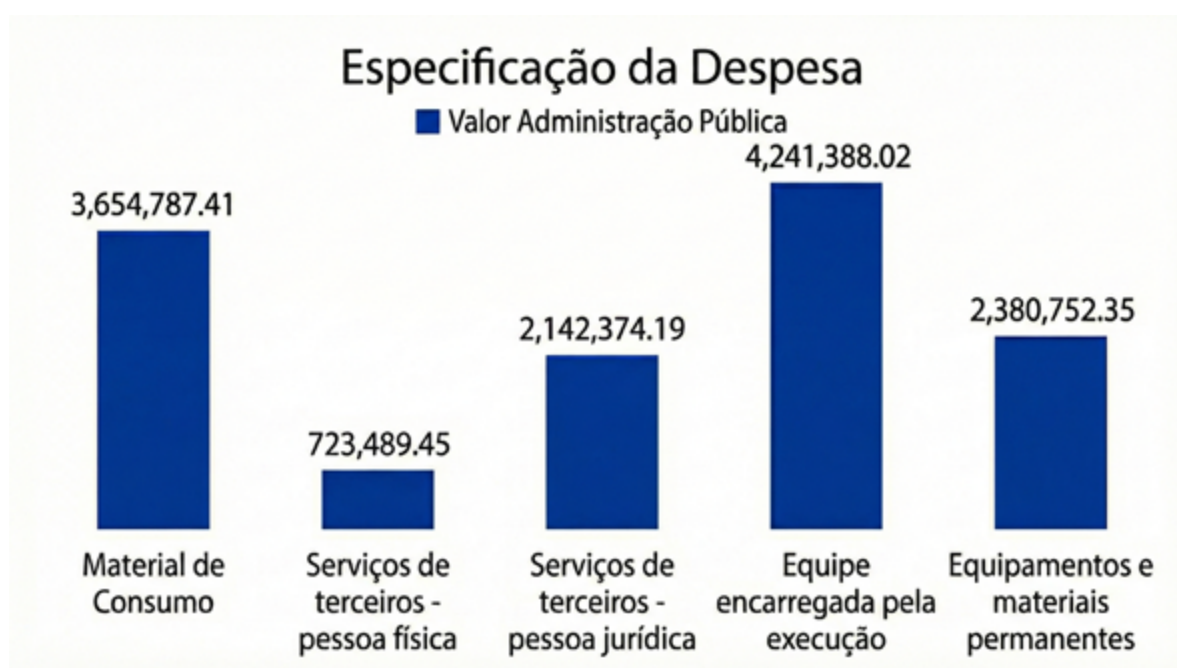
Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A concentração de recursos em determinadas microrregiões pode estar associada à maior densidade populacional, à presença de organizações com maior capacidade de captação e execução de projetos ou à alocação de emendas parlamentares. Já o menor volume repassado a outras regiões pode refletir desafios estruturais, como a escassez de OSCs ativas, limitações técnicas locais ou fragilidades na articulação da rede socioassistencial.

Esse panorama reforça a importância do fortalecimento da pactuação interfederativa e da indução de políticas que promovam maior equidade na alocação de recursos públicos, priorizando territórios com menor cobertura e maior vulnerabilidade. A articulação entre planejamento regionalizado e controle social qualificado é essencial para que os princípios do SUAS sejam efetivamente concretizados em todos os territórios capixabas.

Além da análise regional, a especificação da despesa oferece um panorama detalhado sobre como os valores foram aplicados. Do total de R\$ 13.142.791,42 repassados em 2024, observa-se que a principal despesa registrada foi com equipe encarregada pela execução, somando R\$ 4.241.388,02, o que evidencia a prioridade atribuída à contratação e remuneração de profissionais responsáveis pela implementação direta das ações. Em seguida, destacam-se os gastos com material de consumo (R\$ 3.654.787,41) e com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes (R\$ 2.380.752,35), fundamentais para estruturar os serviços ofertados pelas OSCs.

As despesas com serviços de terceiros – pessoa jurídica (R\$2.142.374,19) e pessoa física (R\$723.489,45) também indicam a necessidade de apoio técnico especializado, como forma de qualificar a gestão e garantir a continuidade das ofertas pactuadas.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Essa distribuição evidencia o caráter multifacetado do financiamento público da assistência social, que abrange desde os insumos básicos até os investimentos em recursos humanos e estruturais. A análise por classificação econômica reforça a relevância da diversificação nos aportes financeiros, assegurando tanto a manutenção cotidiana quanto o aprimoramento contínuo dos serviços, programas e projetos socioassistenciais ofertados à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados relativos aos Termos de Fomento celebrados em 2024 evidencia importantes aspectos sobre o financiamento da assistência social no Espírito Santo. Por um lado, os dados revelam desigualdades significativas entre as microrregiões capixabas, que podem estar associadas tanto à capacidade técnica e institucional das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), quanto à lógica de alocação de emendas parlamentares. Por outro, a natureza dos gastos demonstra a centralidade das despesas de custeio, especialmente aquelas relacionadas à equipe e à manutenção das atividades, confirmando o papel essencial do financiamento contínuo para a efetivação das ofertas no SUAS.

Essa realidade impõe o desafio de equilibrar critérios técnicos, sociais e políticos na destinação dos recursos públicos, de modo a reduzir disparidades territoriais e ampliar o acesso a serviços qualificados, sobretudo em regiões com menor cobertura e maiores vulnerabilidades. Nesse contexto, é fundamental fortalecer os instrumentos de planejamento regionalizado, visando promover maior equidade e efetividade na implementação das políticas socioassistenciais.

Por fim, o monitoramento qualificado da aplicação dos recursos, aliado à capacitação permanente das OSCs e dos gestores públicos, constitui um pilar estratégico para garantir que os investimentos realizados se revertam, de fato, em melhoria das condições de vida da população atendida.

Os avanços obtidos refletem o impacto positivo da reorganização administrativa, demonstrando que a combinação entre qualificação técnica da equipe, melhoria normativa e definição de fluxos claros de trabalho é determinante para uma gestão mais eficaz e eficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.** Institui o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 ago. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.* Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** *Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.* Brasília, DF: MDS, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. **Conselho Nacional de Assistência Social.** *Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012.* Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social. **Conjunto de Termos de Fomento celebrados em 2024 e respectivos Planos de Trabalho.** Vitória, 2024. Disponível em: <https://setades.es.gov.br/fomento-e-colaboracao?page=2>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Emendas parlamentares 2024.** Disponível em: <https://transparencia.es.gov.br/convenios>. Acesso em: 10 abr. 2025

A decorative graphic on the left side of the page. It features a solid blue vertical bar with rounded ends. A thin red line starts from the top left, crosses the blue bar, and then forms a large, open, rounded shape that extends towards the bottom right of the page.

Trabalhos científicos

REORDENAMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DE VITÓRIA-ES

Carla Alves de Almeida¹

Célia Cristina Silva²

Elizangela Maria Alpoim Rocon³

Mariana Santos Bravim⁴

Miriele dos Santos Guimarães⁵

Müller Costa da Trindade⁶

Resumo: O artigo apresenta o processo de reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Vitórias, destacando as etapas para adequação e efetivação. Trata-se de um serviço tipificado e regulamentado pela Resolução CNAS nº 01/2013, que dispõe sobre o reordenamento do SCFV no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua critérios de partilha do cofinanciamento federal e metas de atendimento do público prioritário. A proposta envolveu trabalhadores, usuários do serviço e a Gestão do Município, com o objetivo de promover o diálogo sobre o reordenamento e sua implantação a partir da estruturação dos grupos de convívio com temáticas relacionadas à violação de direitos e à ausência de identificação adequada do público e situações prioritárias, proporcionando assim uma oferta qualificada e alinhada à proteção social básica e aos objetivos do SCFV.

Palavras-chave: Proteção Social Básica; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Reordenamento do SCFV; Grupos de Convívio; Público Prioritária e Situação Prioritária.

Reorganization of the Vitória-ES Service of Coexistence and Strengthening of Bonds

Abstract: This article addresses the quali-quantitative evaluation of partnership management between the Secretariat of Labor, Social Assistance and Social Development (SETADES) of the Espírito Santo State Government and Civil Society Organizations (CSOs), within the scope of the Social Assistance Policy. Blending theory and professional experience, the study focuses on partnerships established under Law No. 13.019/2014, resulting from state parliamentary amendments. The analysis considers the reformulation of the team and work methodology adopted by SETADES.

Keywords: Service of Coexistence and Strengthening of Bonds (SCSB); Reorganization of the SCSB;

1 Graduada em Serviço Social e Supervisora Técnica da Pessoa Idosa. Email: supervisaopessoaidosa@gmail.com

2 Graduada em Pedagogia e Gerente na Prefeitura Municipal de Vitória. Email: celiasilva@vitoria.es.gov.br

3 Graduada em Serviço Social e Supervisora Técnica de Crianças, Adolescente e Projovem. E-mail: supervisaocriad@gmail.com

4 Graduada em Nutrição e Supervisora Técnica de Nutrição. Email: gsc.nutricao@gmail.com

5 Graduada em Administração e Assessora Técnica Metodológica. Email: supervisoratecnicagsc@gmail.com

6 Graduado em Pedagogia e Assessor Técnico Metodológico. Email: gsc.semas@gmail.com

Social Groups; Priority Audience and Priority Situation; Rights violations.

INTRODUÇÃO

O estabelecimento da Assistência Social como direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, seguida da instituição da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), consolidou um modelo organizativo voltado à efetivação dos direitos socioassistenciais. Esse arranjo institucional possibilitou a constituição de uma rede integrada de políticas, programas, projetos e benefícios com foco na promoção da proteção social da população em situação de vulnerabilidade. No escopo da Proteção Social Básica (PSB), que trata-se de um conjunto de ações, iniciativas e atendimentos voltados à prevenção de situações de risco social. Seu objetivo é incentivar o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas, além de reforçar os laços familiares e a integração com a comunidade. Nesse cenário o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) configura-se como uma das principais estratégias socioassistenciais da PSB. Previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme a Resolução CNAS nº 109/2009, o SCFV é ofertado de forma coletiva, abrangendo os diferentes ciclos de vida. Suas atividades são estruturadas em percursos planejados de acordo com as necessidades e especificidades dos atendidos. O principal objetivo do serviço é complementar o trabalho social com famílias, atuando de maneira preventiva, protetiva e proativa, voltado à redução de vulnerabilidades e à promoção do acesso a direitos.

Compreendendo a relevância do SCFV e com o propósito de qualificar a sua oferta, ampliando sua efetividade e assegurando maior uniformidade na prestação do serviço em âmbito nacional, foi promovido um processo de reordenamento, formalizado por meio da Resolução CNAS nº 01/2013. Essa medida visou fortalecer a Política de Assistência Social, especialmente no que se refere à Proteção Social Básica, ao estabelecer diretrizes para a organização, execução e monitoramento do SCFV. A normativa em questão estabelece as modalidades de atendimento, os públicos e as situações prioritárias a serem contempladas pelo SCFV, dentre os quais se incluem: crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas em situação de isolamento, submetidas ao trabalho infantil, vítimas de violência ou negligência, fora da escola, em situação de acolhimento institucional, em cumprimento de medidas socioeducativas, egressos dessas medidas, em situação de abuso ou exploração sexual, com medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, em situação de rua ou com deficiência. Além disso, a resolução promove o alinhamento da execução do SCFV à lógica do cofinanciamento federal, com o objetivo de assegurar maior equidade territorial, qualidade técnica e padronização na oferta do serviço em âmbito nacional, definindo ainda as competências atribuídas aos entes federativos e às demais instâncias envolvidas na operacionalização do serviço, garantindo a corresponsabilidade na gestão e na execução da política pública.

Apesar do movimento em todo o Brasil para a promoção e pactuação do reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o município de Vitória manteve, até março de 2022, a execução do serviço em conformidade parcial às diretrizes estabelecidas pela Resolução CNAS nº 01/2013. As atividades eram conduzidas por equipe psicossocial de forma individualizada, não cumprindo com o preconizado na Resolução CNAS nº 17/2011, - que trata da composição das equipes de referência e gestão do Sistema Único de Assistência Social - sem considerar critérios de atendimento e inclusão voltados ao público e às situações prioritárias. A participação dos usuários era fundamentalmente direcionada à oferta de oficinas conduzidas por facilitadores de diversas linguagens, sem a constituição dos grupos de convívio, premissa do Serviço de Convivência, ferramenta que visa o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o estímulo à participação social e a promoção da autonomia por meio de vivências coletivas que contribuam para a prevenção e superação de vulnerabilidades sociais.

Além disso, a ausência de articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), impossibilitava os encaminhamentos ao SCFV do público prioritário.

Com base nas visitas in loco e relatórios, constatou-se que todo o processo de trabalho, bem como o planejamento e intervenções realizadas nas unidades e nos territórios desenvolviam abordagens convergentes com a Política Educacional, desvinculadas dos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social. Nessa perspectiva, a implantação do reordenamento no Município de Vitória objetivou qualificar e parametrizar em formato operativo-técnico a metodologia conforme preconizado nos documentos que norteiam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

DESENVOLVIMENTO

O processo de reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no município de Vitória foi conduzido de forma gradual, tendo início em março de 2022. A primeira etapa consistiu na análise crítica da oferta do serviço em seu formato anterior, seguida pela sensibilização e capacitação das equipes técnicas e dos usuários acerca das diretrizes e dos impactos decorrentes da nova metodologia. Uma ação estratégica relevante foi a unificação do termo de colaboração, tendo em vista que, até dezembro de 2022, o SCFV era executado por meio de três contratos distintos com Organizações da Sociedade Civil. A partir de janeiro de 2023, com a integração contratual, foi possível a adequação das equipes de referência nas unidades do SCFV, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, que norteiam as ações dos gestores da assistência, com vistas a padronizar o atendimento e gerenciamento dos trabalhadores do SUAS. O reordenamento propiciou maior flexibilidade na atuação dos profissionais junto aos diferentes ciclos de vida dos usuários, contribuindo para o alinhamento metodológico na execução do serviço e para o fortalecimento das ações intergeracionais.

Paralelamente, identificou-se a necessidade de aprofundar a compreensão dos conceitos de público e situação prioritária, conforme estabelecido na normativa vigente. Isso possibilitou o aprimoramento dos fluxos de atendimento e dos critérios de inserção no SCFV, orientando a realização de atendimentos individualizados, a aplicação de diagnósticos situacionais e a redução da demanda reprimida nas unidades do serviço. Com o processo de reordenamento dos serviços e a definição clara do público prioritário da assistência social, o atendimento passou a ser orientado de forma mais alinhada às diretrizes. Esse redirecionamento resultou em um aumento expressivo no número de usuários acompanhados. Em 2022, o Serviço de Convivência atendia 228 pessoas com o perfil de público prioritário. Já em dezembro de 2024, esse número alcançou 712 atendidos, representando um crescimento de aproximadamente 212% no período. Esse avanço evidencia a importância e efetividade do reordenamento na ampliação do acesso e na qualificação da oferta do serviço.

Outro avanço significativo foi a territorialização dos grupos de convivência, que anteriormente eram referenciados a unidades de serviço de convivência para pessoa idosa, assim os encontros ocorriam de forma semanal em espaços externos às unidades – como centros comunitários, igrejas e unidades de saúde, reduzindo a eficácia e o alcance do serviço. Com o reordenamento, os grupos passaram a ser vinculados fisicamente às unidades do SCFV, respeitando a distribuição territorial e tendo como referência as áreas de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Essa estratégia fortaleceu a articulação territorial, promovendo um atendimento mais humanizado, contextualizado e coerente com as especificidades locais.

Durante o processo de reestruturação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, identificou-se a necessidade de qualificar a alimentação ofertada com itens de maior valor nutricional, reconhecendo a segurança alimentar como elemento fundamental na política de assistência social. Ao garantir o acesso a alimentos adequados, seguros e com qualidade nutricional para os atendidos, nota-se a melhora das condições de saúde e enfrentamento das desigualdades sociais, contribuindo diretamente para a redução da insegurança alimentar. A partir da reorganização do serviço, a oferta de alimentos passou a ser articulada com as atividades dos grupos, deixando de ocorrer de forma isolada e sem critérios. A alimentação tornou-se parte integrante das ações socioeducativas, favorecendo a convivência, o fortalecimento de vínculos interpessoais e o envolvimento comunitário. Foram incorporadas práticas alimentares mais equilibradas, com variedade nutricional e atenção às especificidades dos públicos atendidos, como crianças, adolescentes, idosos e pessoas com necessidades alimentares especiais. Paralelamente, o SCFV passou a desenvolver ações permanentes de educação alimentar e nutricional, por meio de oficinas temáticas, rodas de conversa e parcerias com instituições acadêmicas, incentivando a adoção de hábitos saudáveis dentro e fora do serviço. Com o reordenamento a alimentação assume um papel estratégico no processo socioeducativo, funcionando como instrumento de promoção da saúde, inclusão social e cidadania, em consonância com os princípios e diretrizes da assistência social.

A efetivação dessas etapas exigiu a elaboração de um planejamento anual unificado, abrangente e flexível, capaz de orientar as ações do SCFV sem desconsiderar as dinâmicas e demandas emergentes de cada território. Esse planejamento permitiu integrar diretrizes metodológicas com as realidades vivenciadas pelas equipes, garantindo maior coerência entre planejamento e execução. Dentre as ações estruturantes do reordenamento, destaca-se a reformulação dos grupos de convivência, reconhecidos como espaços fundamentais para o fortalecimento de vínculos sociais, desenvolvimento do senso de pertencimento, construção da identidade e valorização das potencialidades dos usuários. Com nova configuração metodológica, os grupos passaram a ser organizados em percursos orientados por três eixos centrais: **“Eu comigo”**: voltado ao fortalecimento do autoconhecimento, da autoestima e do desenvolvimento pessoal; **“Eu com os outros”**: centrado na valorização das relações interpessoais e comunitárias, prevenindo situações de isolamento e assegurando o direito à convivência familiar e social; **“Eu com a cidade”**: que promove o reconhecimento dos usuários como sujeitos de direitos e deveres, incentivando sua participação ativa na vida pública e no controle social das políticas públicas. Em 2022 o SCFV contava com 36 grupos de convivência e atualmente o serviço de convivência conta com 233 grupos que atendem crianças e adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas.



Imagem 1: Planejamento Anual Unificado no auditório PMV.

No processo de reordenamento dos serviços socioassistenciais em Vitória, foi realizada a transição dos atendimentos anteriormente ofertados pelo Centro de Referência à Pessoa com Deficiência (CRPD), que atuava desde 2013 no acompanhamento de pessoas com deficiência. Essa transição foi orientada pelos princípios da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a qual assegura que a deficiência não limita a capacidade civil da pessoa, garantindo, entre outros direitos, o acesso pleno à convivência familiar e comunitária. A reorganização do CRPD foi concluída com êxito e, em seu último mês de funcionamento, datado agosto de 2023, contava com 19 atendidos em acompanhamento. Atualmente, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos atende número superior a 300 pessoas, ampliando de forma expressiva a cobertura e o impacto das ações voltadas à inclusão social e à garantia de direitos.

Para viabilizar essa reestruturação do SCFV, a Gerência de Serviços de Convivência (GSC) coordenou o processo de organização, remanejamento e capacitação contínua dos trabalhadores, considerando as especificidades de cada território e o atendimento às pessoas com deficiência. Foram realizados encontros presenciais e online com o objetivo de apresentar o planejamento, as diretrizes metodológicas e a composição da oferta, alinhados à NOB-RH/SUAS e à Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Como resultado desse processo, as equipes das unidades do SCFV passaram a ser compostas por profissionais com funções definidas: coordenação local, técnico de referência, facilitador de oficina, educador social, profissional administrativo e cozinheira. Essa equipe de referência é responsável por implementar as ações do serviço, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos comunitários e para o enfrentamento das violações de direitos que afetam os usuários.

A implementação eficaz do reordenamento foi sustentada pelo uso de recursos informativos e materiais de apoio, como documentos técnicos e norteadores, infraestrutura adequada para realização dos encontros e materiais de escritório que auxiliaram nos registros e no compartilhamento de saberes. Esses elementos foram fundamentais para mapear as demandas formativas das equipes e qualificar a atuação no âmbito da Política de Assistência Social, promovendo maior efetividade e coerência na execução do SCFV no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no município de Vitória demonstrou-se uma estratégia eficaz para qualificar a oferta do serviço, ampliar o acesso e garantir maior equivalência às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social. Conduzido de forma gradual e planejada, o processo abrangeu a análise crítica da oferta anterior e reorganização metodológica, com atenção ao público prioritário, pessoas com deficiência e às especificidades territoriais. Entre as estratégias adotadas, destaca-se a realização de visitas técnicas às unidades, que possibilitaram diagnosticar práticas de atendimento, potencialidades e apontar desafios. A partir dessas análises, foram elaborados mapas de atividades e agendas mensais compartilhadas com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), promovendo maior organização, articulação intersetorial e transparência.

Para qualificar a oferta, os grupos de convivência passaram a funcionar com capacidade plena, respeitando a diversidade dos usuários e estrutura física da unidade, sendo as sextas-feiras reservadas para o planejamento das equipes. As nomenclaturas das oficinas foram revistas, valorizando o caráter socioassistencial do serviço, distanciando da vertente educacional anteriormente proposta. Outro avanço importante foi a realização dos Encontros de Famílias, que ampliaram a participação dos usuários e suas redes no processo de avaliação da oferta.

Dentre os avanços, destacam-se a ampliação do número de atendidos com perfil de público prioritário – de 228 para 712 pessoas entre 2022 e 2024 –, a reformulação dos grupos de convivência com base em eixos temáticos estruturantes e a territorialização dos grupos de acordo com os territórios dos CRAS. A transição dos atendimentos anteriormente realizados pelo CRPD também foi conduzida com sucesso, reafirmando o compromisso com a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência. Conforme o caderno de orientações técnicas do SCFV:

“A participação dos usuários com deficiência no SCFV é uma oportunidade para a ampliação de suas relações sociais e de suas potencialidades, e, para os usuários sem deficiência, igualmente. Na interação e no convívio com os diferentes, são desenvolvidas diversas habilidades necessárias para as práticas sociais no decorrer da vida.” (p. 149, 2022)

Outro ponto importante diz respeito à participação direta dos atendidos na estruturação das atividades e na avaliação das ações, alinhando a oferta do SCFV às suas necessidades e potencialidades, fortalecendo o protagonismo e a construção de suas trajetórias de vida em articulação com a coletividade.

A integração da educação alimentar, alinhada à promoção da segurança alimentar e nutricional, contribuiu para o fortalecimento dos vínculos e para a valorização do cuidado integral aos usuários. Paralelamente, a qualificação das equipes, a clareza dos fluxos e critérios de acesso e a construção de um planejamento anual unificado foram determinantes para a consolidação de uma oferta com alinhamento de conceitos técnicos, coerente, eficiente e humanizado. A atuação coordenada da Gerência de Serviços de Convivência, aliada ao investimento em formação continuada, infraestrutura e materiais de apoio, reforçou a sustentabilidade das mudanças implementadas e impulsionou a construção de um serviço mais sensível às realidades territoriais e aos desafios contemporâneos da assistência social.

Com o reordenamento, a intersetorialidade obteve ainda mais relevância como estratégia de qualificação das ações desenvolvidas no serviço de convivência. O SCFV do município de Vitória consolidou parcerias importantes que ampliaram a efetividade das intervenções, fortalecendo os vínculos comunitários, a proteção social e a cidadania.

Uma das articulações de destaque ocorreu com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), por meio do projeto de extensão nº 4834, voltado à educação permanente. Essa parceria proporcionou formações para os trabalhadores do SCFV, com foco na qualificação do atendimento a pessoas com deficiência. Além disso, estudantes do curso de Pedagogia da universidade realizaram projetos de intervenção diretamente nas unidades, desenvolvendo atividades educativas com os atendidos.

Outra parceria significativa foi firmada com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), que promoveu capacitações sobre primeiros socorros e segurança no trabalho, contribuindo para a formação dos trabalhadores e a construção de um ambiente mais seguro para todos os envolvidos nas atividades do SCFV.

A intersetorialidade também se concretizou na articulação com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM), que ofertou formações sobre educação ambiental voltadas tanto para os trabalhadores quanto para os atendidos. As ações culminaram em visitas aos parques da cidade, permitindo o contato direto com a natureza, estimulando a preservação ambiental e a valorização dos espaços públicos de Vitória.

Além disso, a parceria com a Secretaria Municipal de Saúde foi fundamental para o desenvolvimento de ações de vacinação coletiva, promovendo o cuidado com a saúde de forma integral e preventiva, formações em temáticas como saúde do corpo, prevenção de acidentes, doenças psicossomáticas, sexualidade, ISTs e o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Assim, o reordenamento do SCFV em Vitória se consolida como uma experiência bem sucedida, desenvolvida com sensibilidade, diálogo e participação ativa dos munícipes. Um percurso que enfatiza o compromisso com os princípios da assistência social, fortalecendo o serviço de convivência como um espaço de acolhimento, proteção, construção de autonomia e promoção da cidadania. A implantação do reordenamento reafirma-se como um instrumento de transformação social, enfrentando as desigualdades e resgatando a esperança de quem acredita em uma sociedade mais justa, humana e equitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 24 abril 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). **Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013**. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Brasília, 2013. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-1-de-21-de-fevereiro-de-2013/>. Acesso em: 03 maio 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_cnas_n109_%202009.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas frequentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/publicacoes/perguntas_frequentes_SCFV_2022.pdf. Acesso em: 3 maio 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Caderno de orientações: **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/publicacoes/perguntas_frequentes_SCFV_2022.pdf. Acesso em: 3 maio 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS**. Brasília, 2006. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-1-de-21-de-fevereiro-de-2013/>. Acesso em: 29 de Abril 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (PMV). **Sistema de Informação, Gestão, Monitoramento e Atendimento da Assistência Social - SIGMA SUAS**. Disponível em: <http://semas.vitoria.es.gov.br/sigma/>. Acesso em: 1 maio 2025.

HIPERFOCO EM AÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

David Pereira dos Santos Ramos¹

Rafaella Nascimento Ribeiro²

Roberto da Costa Magalhães³

Tatiane de Sousa Oliveira Galvão⁴

Vera Lúcia Dias de Oliveira Araújo⁵

Resumo: O artigo propõe uma reflexão sobre as práticas inclusivas no contexto da Proteção Social Básica no município de Vitória/ES, por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ofertado no Centro de Convivência Sólton Borges para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. A proposta contempla ações desenvolvidas com crianças e adolescentes atípicos, com ênfase no hiperfoco, para o desenvolvimento de potencialidades, o acesso a direitos, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a promoção da participação social. Ao trazer o hiperfoco para o centro da discussão, o trabalho destaca como as singularidades podem se tornar ponto de partida para inclusão social que impulsionem a construção coletiva de estratégias de cuidado, pertencimento e resistência.

Palavras-chave: Proteção Social Básica; SCFV; PAIF; Pessoas com Deficiência e/ou Transtorno; Hiperfoco.

Hyperfocus in Action: Challenges and Possibilities

Abstract: The article proposes a reflection on the daily construction of inclusive practices in the context of Basic Social Protection in the city of Vitória/ES, through the Service of Coexistence and Strengthening of Bonds (SCFV), offered at the Centro de Convivência Sólton Borges for children and adolescents aged 6 to 15. The proposal includes actions developed with atypical children and adolescents, with an emphasis on hyperfocus, addressing aspects such as the recognition of new possibilities for intervention, the development of potentialities, access to rights, the strengthening of family and community bonds, and the promotion of social participation. By bringing hyperfocus to the center of the discussion, the work highlights how singularities can become a starting point for inclusive practices that value diversity and promote the collective construction of strategies of care, belonging, and resistance.

Keywords: Basic Social Protection; SCFV (Social Interaction and Strengthening Service); PAIF (Comprehensive Family Protection and Assistance Service); People with Disabilities and/or Disorders; Hyperfocus.

1 Ensino médio completo. Educador Social do SCFV. Email: psrdavi@gmail.com

2 Graduanda licenciatura em música. Facilitadora de Convívio (Música) do SCFV. E-mail: rafaellanribeiro@gmail.com

3 Graduado em educação física. Técnico Esportivo do SCFV. E-mail: personalroberto@gmail.com

4 Graduada em serviço social, pós-graduada em políticas públicas: gestão da assistência social e MBA em gestão de pessoas e lideranças. Coordenadora do SCFV. E-mail: tatianesousaes@hotmail.com

5 Graduada em pedagogia. Técnica de Referência do SCFV. E-mail: verinha45@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A finalidade deste artigo é apresentar a experiência da Proteção Social Básica do município de Vitória/ES, por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos de idade, ofertado no Centro de Convivência Sólon Borges, localizado na Região Continental.

O SCFV é regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Foi reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS n.º 01/2013. Conforme o Caderno de Perguntas Frequentes (2022), trata-se de um serviço realizado em grupos, com caráter preventivo, protetivo e proativo, organizado conforme os ciclos de vida, com foco em prevenir situações de vulnerabilidades e riscos sociais e relacionais que possam resultar em rompimento dos vínculos familiares e comunitários. É um dos serviços que materializam as seguranças socioassistenciais de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento de autonomia, realizando um trabalho para a aquisição de competências pessoais e relacionais pelos participantes.

Cabe destacar que o SCFV atua de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), ofertado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), cuja função é fortalecer a rede de proteção social e contribuindo para a efetivação dos direitos socioassistenciais.

Nesse sentido, a articulação entre o SCFV e o CRAS é fundamental para assegurar a efetividade da proteção social básica no território, fortalecendo o acompanhamento das famílias, possibilitando que, além dos atendimentos realizados no âmbito do PAIF, os usuários participem de atividades ofertados no SCFV.

No âmbito do Centro de Convivência Sólon Borges, as atividades também são direcionadas ao atendimento de crianças e adolescentes atípicos, considerando suas particularidades, necessidades e potencialidades. Importante destacar que o SCFV não se caracteriza como um serviço especializado, mas sim como um serviço da proteção social básica, de caráter preventivo, protetivo e proativo, organizado em grupos, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.

Assim, ainda que contemple ações voltadas ao público atípico, o SCFV atua na perspectiva da inclusão e da convivência comunitária, respeitando as diversidades e potencializando habilidades, sem, contudo, substituir os atendimentos especializados que devem ser garantidos por outras políticas públicas, como saúde, educação e assistência social de média e alta complexidade, quando necessário.

Neste sentido, tornou-se imprescindível buscar novas possibilidades de atendimento para crianças e adolescentes atípicos inseridos no Centro de Convivência Sólon Borges, como por exemplo, a abordagem do hiperfoco, como ferramenta de inclusão social.

Estudos indicam que o hiperfoco é uma característica frequentemente associada ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e/ou ao Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). O novo Manual de Diagnóstico Diferencial do DSM-5-TR (2025), descreve que o hiperfoco é um estado de concentração intensa e sustentada em uma atividade ou estímulo específico, caracterizado por uma absorção quase total da pessoa nesse foco, ao ponto de ignorar ou não perceber o que acontece ao seu redor.

Nesse sentido, compreender as características do hiperfoco também permite refletir sobre a importância de estratégias que favoreçam a organização do cotidiano. Entre essas estratégias, destaca-se a

adoção de uma rotina estruturada, que constitui um elemento essencial na vida de pessoas atípicas, pois promove estabilidade emocional, contribui para a redução da ansiedade e favorece transições de forma mais tranquila entre as atividades do cotidiano. Ao proporcionar um ambiente organizado e previsível, a rotina oferece, ainda, oportunidades constantes para o desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e emocionais.

É necessário garantir um ambiente inclusivo, que contemple a implementação de estratégias diversificadas e eficazes voltadas para as especificidades desse público. A adequação dos espaços socioassistenciais, a capacitação contínua dos trabalhadores e a promoção de uma cultura pautada na empatia, no respeito às diversidades e na aceitação são medidas indispensáveis para garantir o acesso aos direitos e às oportunidades de desenvolvimento em condições de igualdade.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece que:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL,2025).

Reconhecer essas especificidades no campo das políticas públicas é fundamental e é nesse sentido que se destaca o papel do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Enquanto modelo de gestão pública da proteção social não contributiva, o SUAS organiza e estrutura os serviços, programas e benefícios da Assistência Social.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por sua vez, orienta as diretrizes para a atuação do SUAS, tendo como fundamentos a matricialidade sociofamiliar, a centralidade na convivência familiar e comunitária, e a proteção social como garantia de direitos.

Diante disso, a proposta contempla atividades direcionadas ao trabalho com crianças e adolescentes atípicos, com ênfase no hiperfoco, abordando aspectos como o reconhecimento de novas possibilidades, o desenvolvimento de potencialidades, o acesso a direitos, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a promoção da participação social. Ao trazer o hiperfoco para o centro da discussão, o trabalho evidencia que as singularidades podem se constituir como ponto de partida para práticas inclusivas, que valorizam a diversidade e impulsionam a construção coletiva de estratégias de cuidado, pertencimento e resistência.

DESENVOLVIMENTO

A partir da articulação no território, a equipe do Centro de Convivência Sólon Borges têm desenvolvido diversas estratégias por meio da oferta de atividades direcionadas a crianças e adolescentes atípicos, com ênfase no hiperfoco, promovendo o reconhecimento de novas possibilidades, o desenvolvimento

de potencialidades, o acesso a direitos, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a promoção da participação social.

Para tanto, destaca-se a parceria com o CRAS Adriana dos Santos Alves, da Região Continental, onde foi instituído o grupo de famílias atípicas, com o tema: *“Trocas, Escutas e Trajetórias”*, que tem como objetivo promover a troca de vivências, contribuir para a garantia de direitos, fortalecer o convívio familiar e comunitário e estimular a participação social. Os encontros ocorrem bimestralmente e são voltados às famílias atípicas acompanhadas pelos serviços do PAIF e SCFV.

Além disso, foi elaborado quadros ilustrativos do Sistema de Comunicação por Troca de Figuras Aumentadas (PECS), um recurso alternativo que auxilia pessoas não verbais com TEA e contribui para a orientação de sua rotina no ambiente.

Ao longo do percurso trilhado pelo Centro de Convivência Sólon Borges, evidenciou-se a importância de desenvolver estratégias de intervenção que pudessem dar respostas de forma mais eficaz às demandas apresentadas por crianças e adolescentes atípicos acompanhados pelo serviço.

Diante dessa percepção, a equipe incluiu em seu planejamento o uso de ferramentas que trabalhassem o hiperfoco por meio de atividades lúdicas e socioeducativas. Um exemplo foi a realização da dinâmica dos copos, aplicada anteriormente na oficina de convívio de esportes e também durante a oficina de convívio de música. Ao conduzir a atividade, a facilitadora de oficina de convívio de música observou que as crianças e adolescentes atípicos demonstraram maior atenção e interesse, engajando-se significativamente na atividade proposta. A dinâmica dos copos, tem como objetivo principal o desenvolvimento de habilidades motoras finas, coordenação visomotora, atenção, raciocínio lógico e capacidade de resolução de problemas. Além disso, a atividade estimula a criatividade e fortalece o trabalho em equipe, proporcionando um ambiente lúdico e inclusivo.

A partir do diagnóstico realizado com crianças e adolescentes atípicos, voltado para a identificação de seus hiperfocos, foi desenvolvida uma dinâmica intitulada *“Teia da Amizade”* (conforme imagem 1), utilizando como elemento central o personagem *“Homem-Aranha”*. A atividade contempla o eixo temático *“Eu com os outros”*, cujo objetivo principal é possibilitar que crianças e adolescentes conheçam, experimentem e fortaleçam competências sociais que favoreçam a convivência no meio familiar e comunitário, bem como sua integração nas diversas redes sociais.



Imagem 1: Teia da Amizade – Trabalhando o respeito “Eu com os outros” com o hiperfoco no personagem “homem aranha”.

Posteriormente, foi realizada uma atividade de plantio de alfaces e flores (conforme imagem 2), utilizada como ferramenta de sensibilização para o fortalecimento do acordo de convivência. Cada participante recebeu sementes e um pote com terra. Ao final da atividade, foi realizado um sorteio para que cada um passasse a cuidar da semente de outro colega. Além disso, foi inserido em cada pote um personagem escolhido pelos próprios participantes, simbolizando a importância do cuidado mútuo, da responsabilidade e da cooperação no grupo. O acompanhamento e o cuidado com as sementes serão realizados durante os encontros do grupo reflexivo.



Imagem 2: Plantio de alfaces e flores com hiperfoco nos personagens da Disney, desenho animado e quadrinhos da Marvel Comics.

Concomitantemente, foi elaborado um quebra-cabeça com o hiperfoco no personagem “Homem-Aranha” (conforme imagem 3), com o objetivo estimular a concentração, promover o trabalho em equipe, incentivar a cooperação e fortalecer os vínculos entre os participantes. Durante a realização da atividade, foram mobilizadas estratégias que favoreceram a comunicação, a escuta, o respeito às diferenças e a valorização das singularidades, transformando o momento em uma oportunidade de convivência, aprendizado e construção de pertencimento no grupo.



Imagem 3: Quebra-cabeça com o hiperfoco no personagem “homem-aranha”.

Trabalhar o hiperfoco no contexto da inclusão significa reconhecer os interesses de crianças e adolescentes como ponto de partida para fortalecer vínculos e estimular o desenvolvimento de habilidades. Ao utilizar temas que despertam esse foco intenso como personagens, jogos, animais, objetos ou histórias, é possível construir estratégias pedagógicas e de convivência mais eficazes, respeitando a forma singular com que esses sujeitos percebem e interagem com o mundo ao seu redor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, que embora o hiperfoco, em alguns contextos, possa ser visto como um desafio por limitar a flexibilidade da atenção, ele também pode ser uma poderosa ferramenta educativa e social quando compreendido e bem direcionado.

Além disso, o hiperfoco pode ser um canal importante para desenvolver a autoestima, a autonomia e o protagonismo. Quando a criança e/ou adolescente percebe que seu interesse é valorizado e acolhido, ele tende a se engajar com mais confiança nas atividades e nos grupos. Esse movimento favorece a ampliação da comunicação, da empatia e da cooperação com os outros, promovendo uma integração mais positiva nos mais variados ambientes.

Portanto, trabalhar o hiperfoco em crianças e adolescentes significa acolher e integrá-lo de forma criativa, inclusiva e estratégica nas atividades propostas. Essa abordagem não apenas fortalece os proces-

tos de comunicação, integração e inclusão, como também amplia as oportunidades de convivência e desenvolvimento de potencialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas Frequentes SCFV**. Brasília, 2022. Disponível em: < https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/publicacoes/perguntas_frequentes_SCFV_2022.pdf. > Acesso em 20 mai. 2025.

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Brasília: Planalto, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 22 mai. 2025.

FIRST, M. B. **Manual de diagnóstico diferencial do DSM-5-TR**. Porto Alegre: Artmed, 2025.

FORTALECIMENTO DA SAÚDE E BEM-ESTAR FÍSICO: A EXPERIÊNCIA DO SCFV COM PESSOAS IDOSAS NO MUNICÍPIO DE ICONHA/ES

David Pereira dos Santos Ramos¹

Rafaella Nascimento Ribeiro²

Roberto da Costa Magalhães³

Tatiane de Sousa Oliveira Galvão⁴

Vera Lúcia Dias de Oliveira Araújo⁵

Resumo: O Este relato de experiência descreve as ações realizadas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com pessoas idosas no município de Iconha/ES durante o ano de 2024. O projeto “Fortalecimento da Saúde e Bem-Estar Físico”, sob coordenação técnica de equipe multidisciplinar composta por psicóloga e assistente social, promoveu atividades físicas adaptadas, rodas de conversa e ações culturais, com foco na promoção da saúde integral e no combate ao isolamento social. A experiência evidencia a importância do SCFV como estratégia da Proteção Social Básica no SUAS, fomentando o envelhecimento ativo e o fortalecimento de vínculos comunitários.

Palavras-chave: Pessoa idosa; SCFV; Envelhecimento ativo; Saúde e bem-estar; Proteção Social Básica.

Strengthening health and physical well-being: the SCFV experience with elderly people in the municipality of Iconha/ES

Abstract: This experience report describes the actions carried out within the framework of the Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) for elderly people in Iconha/ES during 2024. The project “Strengthening Health and Physical Well-being,” coordinated by a multidisciplinary team composed of a psychologist and a social worker, promoted adapted physical activities, dialogue circles, and cultural actions focused on promoting overall health and combating social isolation. The experience highlights the importance of SCFV as a Basic Social Protection strategy within SUAS, fostering active aging and the strengthening of community bonds.

Keywords: Elderly; SCFV; Active aging; Health and well-being; Basic Social Protection.

1 Ensino médio completo. Educador Social do SCFV. Email: psrdavi@gmail.com

2 Graduanda licenciatura em música. Facilitadora de Convívio (Música) do SCFV. E-mail: rafaellanribeiro@gmail.com

3 Graduado em educação física. Técnico Esportivo do SCFV. E-mail: personalroberto@gmail.com

4 Graduada em serviço social, pós-graduada em políticas públicas: gestão da assistência social e MBA em gestão de pessoas e lideranças. Coordenadora do SCFV. E-mail: tatianesousaes@hotmail.com

5 Graduada em pedagogia. Técnica de Referência do SCFV. E-mail: verinha45@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço socioassistencial essencial previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instituída pela Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), e regulamentado no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sua execução segue as diretrizes da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) e outras normativas complementares, consolidando-se como uma das principais estratégias de proteção social básica no Brasil.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) estabelece como objetivo da proteção social básica o fortalecimento da função protetiva da família, prevenindo a ruptura de vínculos e promovendo a inclusão social. No caso da população idosa, essa diretriz se concretiza com base também no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), que assegura o direito à convivência familiar e comunitária.

O SCFV amplia capacidades e liberdades ao proporcionar meios pelos quais os indivíduos podem levar a vida que valorizam, sobretudo ao estimular a participação ativa e a autonomia da pessoa idosa (Sen, 1999). A atuação em grupo, com foco na convivência e nos direitos, contribui para a superação do isolamento social, tema amplamente debatido por autores como Neri (2019) e Veras (2020), que destacam a relevância das interações sociais para a saúde física e mental na velhice.

Os espaços e serviços de convivência contribuem também para a ampliação de capacidades ao oferecer oportunidades para que os indivíduos desenvolvam suas habilidades, exercitem a cidadania e estabeleçam vínculos positivos com a comunidade (Sen, 1999). Isto posto, o serviço se alinha à Constituição Federal de 1988, que estabelece a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado (Artigos 203 e 204).

Dados indicam que a população idosa tem aumentado no Brasil e no mundo, logo, é importante pensar em políticas públicas para o bem-estar dessa população. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a expectativa de vida global aumentou significativamente, passando de 46 anos em 1950 para 68 anos em 2010. Em 2019, o número de pessoas com 65 anos ou mais alcançou 703 milhões, e as projeções indicam que, até 2050, essa população mais que dobrará, atingindo 1,5 bilhão. Esse cenário apresenta desafios importantes para a formulação e implementação de políticas públicas, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil.

No Brasil, embora a expectativa de vida também tenha aumentado, muitas pessoas idosas continuam enfrentando condições de vida precárias e barreiras ao exercício pleno de seus direitos. Essas dificuldades incluem o acesso limitado a recursos básicos, serviços de saúde e espaços de convivência, além de situações de isolamento social. Assim, o envelhecimento populacional exige ações concretas do governo e da sociedade para garantir qualidade de vida, inclusão social e o fortalecimento da autonomia da população idosa.

A Lei nº 10.741/2003, que institui o Estatuto da Pessoa Idosa, estabelece um marco regulatório para a garantia dos direitos da pessoa com idade igual ou superior a 60 anos. O Estatuto assegura direitos fundamentais como saúde, educação, lazer, trabalho e segurança, além de enfatizar a importância de políticas públicas voltadas à valorização e proteção da população idosa. Complementando esse marco, a Lei nº 11.433/2006 instituiu o Dia Nacional do Idoso, celebrado em 1º de outubro, determinando que órgãos públicos promovam ações para valorizar o idoso na sociedade. Essas legislações reafirmam o compromisso do Estado brasileiro em garantir a inclusão social e a dignidade da pessoa idosa, alinhando-se aos princípios da Constituição Federal de 1988, que prevê a assistência social como direito do cidadão (Artigo 203).

Isto posto, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para idosos, oferecido pelo CRAS, desempenha um papel essencial na promoção do bem-estar, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e na prevenção de situações de risco social. O serviço também contribui para o desenvolvimento da autonomia e sociabilidade dos idosos, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS).

O ENVELHECIMENTO E A PREVENÇÃO DE RISCO

O envelhecimento populacional impõe desafios às políticas públicas brasileiras, exigindo ações interseoriais que garantam a dignidade, inclusão e autonomia das pessoas idosas. No campo da Assistência Social, o SCFV atua como uma estratégia de proteção básica voltada à promoção do envelhecimento ativo e à prevenção de situações de risco.

Nesse sentido, ressaltamos a importância de ações para a Promoção da Saúde Física, uma vez que a prática regular de atividades físicas adaptadas é essencial para a manutenção da saúde física em idosos, contribuindo para a prevenção de doenças cardiovasculares, diabetes e osteoporose. A literatura aponta que a atividade física regular está associada à redução da mortalidade por todas as causas e à melhora da capacidade funcional, cognitiva e emocional em pessoas idosas (American College of Sports Medicine, 2009; WHO, 2020). Além disso, programas de exercícios estruturados contribuem significativamente para a prevenção de quedas, a manutenção da densidade mineral óssea e o controle da glicemia, sendo eficazes na redução de riscos relacionados à osteoporose e ao diabetes tipo 2 (Chodzko-Zajko et al., 2009; Howe et al., 2011).

Essas ações programadas também contribuem para a Saúde Mental e Socialização. Pesquisas evidenciam a correlação direta entre saúde mental e socialização, sendo que a participação em atividades em grupo, como as propostas em nosso projeto, contribui significativamente para a redução do isolamento social e a prevenção de doenças mentais, como depressão e ansiedade (Cattan et al., 2005; WHO, 2017). Logo, idosos socialmente ativos apresentam menor risco de declínio cognitivo e melhores indicadores de bem-estar psicológico.

Outro aspecto relevante é o Impacto nas Condições Crônicas. O envelhecimento ativo, com foco na promoção de atividades físicas e sociais, tem um impacto positivo na gestão de condições crônicas, como hipertensão, diabetes e osteoartrite, melhorando a qualidade de vida e reduzindo os custos associados à saúde pública (WHO, 2002). Segundo o relatório da Organização Mundial da Saúde, estratégias de promoção da saúde para idosos que integram componentes físicos e sociais são eficazes na melhoria do controle clínico e funcional dessas condições (Ministério da Saúde, 2010).

METODOLOGIA

O projeto foi implementado no CRAS de Iconha/ES ao longo do ano de 2024. O público-alvo foram pessoas com 60 anos ou mais, com prioridade para aquelas inseridas no Cadastro Único e em situação de vulnerabilidade. As ações do SCFV para idosos no município foram conduzidas pela Equipe Psicossocial do CRAS, em parceria com um educador físico, e incluíam:

Atividades físicas: Ginástica realizada duas vezes por semana, às segundas e quartas, das 7h às 8h. Essas atividades têm como objetivo promover saúde física, prevenir doenças e melhorar a qualidade de vida dos participantes. Realizadas duas vezes por semana, conduzidas por profissional de Educação Física.

Ações de conscientização: Oficinas e palestras sobre o processo de envelhecimento, bem-estar e direitos da pessoa idosa. Encontros mensais com temas sobre saúde mental, prevenção de doenças, nutrição, medicação e direitos.

Passeios e imersões no território: Atividades culturais, esportivas e de lazer, como visitas a cinemas, parques e eventos comunitários, que fortalecem os vínculos com o território e ampliam o acesso dos idosos à cultura.

Acompanhamento psicossocial: A psicóloga, como técnica de referência, realiza escutas qualificadas e intervenções que visam o fortalecimento emocional e a integração social dos idosos.

Essas ações contribuem para a ampliação de capacidades dos idosos, permitindo que eles desenvolvam autonomia e participem ativamente da vida social, exercendo suas liberdades de forma plena (Sen, 1999). Essa abordagem se alinha à promoção de direitos e à redução de desigualdades, objetivos centrais do SUAS.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

As atividades físicas adaptadas, desenvolvidas regularmente, promoveram expressivos ganhos funcionais, bem como melhora na autoestima dos participantes. O vínculo estabelecido com o educador físico permitiu adaptação segura dos exercícios, contemplando limitações e respeitando o ritmo individual.

As rodas de conversa abordaram temas como ansiedade, automedicação, depressão, memória, cuidados com a alimentação e violência financeira. Entre os destaques, cita-se a palestra com o médico psiquiatra sobre saúde mental na velhice, que suscitou amplo engajamento e relatos espontâneos dos idosos.

Eventos interativos, como os passeios para o Convento da Penha e o Mosteiro Zen Budista, fortaleceram o senso de pertencimento e ampliaram a relação com o território. A integração com os familiares também foi incentivada, especialmente nas festas temáticas. Segue a baixo o cronograma de atividades desenvolvidas, além da ginástica:

19/02 Início das atividades com abertura temática de Carnaval, presença da Banda 13 de julho.

06/03 Roda de Conversa com a Psicóloga e o Educador Físico sobre as perspectivas para o futuro e hábitos saudáveis.

16/03 Ida ao cinema de Piúma

17/04 Palestra com o sargento do corpo de bombeiro sobre “cuidados com acidentes domésticos”.

18/05 Passeio para o Convento da Penha e para o Farol de Santa Luzia.

22/05 Roda de conversa com médico psiquiatra sobre “ansiedade, depressão e perda de memória na velhice”.

19/06 Roda de conversa com o farmacêutico, gestor da farmácia municipal de Iconha, sobre “Os perigos da automedicação”.

26/06 – Festa junina da melhor idade.

11/09 – Palestra com o SICRED sobre cuidados para evitar golpes financeiros.

15/09 – Passeio para o Mosteiro Zen Budista.

02/11 – Roda de Conversa com o Psicólogo do CREAS e o educador físico, sobre o dia do Idoso.

RESULTADOS E IMPACTOS

O foco do SCVF no território de Iconha tem sido principalmente proporcionar a população idosa espaços de interação social, de cuidado e fortalecer o sentimento de pertencimento a comunidade. A experiência relatada evidencia a potência das ações coletivas voltadas à população idosa como instrumento de promoção do bem-estar, da cidadania ativa e do fortalecimento dos vínculos comunitários. Os resultados observados, tais como melhora do humor, ampliação da rede de apoio e redescoberta de espaços de convivência e cultura, confirmam as premissas teóricas da psicologia comunitária e do envelhecimento ativo defendido por Sen (1999), e políticas nacionais como a PNAS (2004) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).

Os municípios envolvidos nas atividades, encontraram nesses espaços, um ambiente de comunicação, novas amizades e interesses em comum com outras pessoas, o que amplia o círculo social e a rede de apoio dessas pessoas idosas. As rodas de conversa e os passeios, foram importantes ações para proporcionar as pessoas idosas acesso a informações seguras, a cultura e ao lazer.

A melhora no humor e nas interações sociais entre os idosos pode ser compreendida à luz da teoria das capacidades de Amartya Sen (1999), que destaca a importância das liberdades reais que os indivíduos têm para viver a vida que valorizam. O SCFV, ao ampliar o acesso à informação, cultura e espiritualidade, cria condições para que essas liberdades sejam efetivadas. Tal abordagem promove o que a OMS denomina “envelhecimento ativo”, ou seja, o processo de otimização de oportunidades para saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida na velhice (WHO, 2020).

O fortalecimento das redes de apoio também é corroborado por evidências de que a socialização reduz o risco de depressão e isolamento social entre idosos (ACSM, 2009). As rodas de conversa e os passeios organizados funcionaram não apenas como atividades recreativas, mas como espaços de escuta, expressão de afetos e construção coletiva de sentidos, reafirmando o valor da escuta ativa e do protagonismo do idoso na construção de sua trajetória de vida.

Ao integrar elementos da espiritualidade e do acesso à cultura — como visitas a templos e ao cinema — o SCFV também avança na garantia dos direitos culturais, previstos no artigo 25 do Estatuto do Idoso e na Constituição Federal (art. 215 e 216), reafirmando que envelhecer com dignidade inclui o direito ao lazer, à arte e à transcendência. Muitos participantes relataram nunca ter tido essas experiências, o que revela não apenas a importância da oferta desses serviços, mas também a lacuna histórica de acesso aos bens culturais.

A metodologia adotada reforça o papel do CRAS como espaço de referência na proteção social básica e demonstra a eficácia de práticas integradas de cuidado, convivência e fortalecimento dos vínculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Fortalecimento da Saúde e Bem-Estar Físico” constitui uma boa prática de atenção à pessoa idosa no SUAS. Sua execução articulada entre psicologia, serviço social e educação física reafirma a potência da abordagem interdisciplinar. Frente ao acelerado envelhecimento populacional, experiências como essa devem ser disseminadas e incorporadas às políticas públicas, promovendo uma Assistência Social transformadora, inclusiva e centrada nos direitos humanos.

Apesar dos impactos positivos observados, é necessário refletir criticamente sobre os limites estruturais enfrentados pelo SCFV em municípios pequenos como Iconha. A instabilidade de financiamento federal,

a rotatividade de profissionais e a ausência de políticas intersetoriais articuladas podem comprometer a continuidade das ações e sua sustentabilidade a longo prazo.

Outro desafio é a necessidade de romper com uma lógica assistencialista ou meramente recreativa, reforçando o SCFV como espaço de formação cidadã, protagonismo e afirmação de direitos. Nesse sentido, é essencial que os profissionais atuem com intencionalidade pedagógica, política e técnica, ressignificando a velhice como etapa produtiva, potente e socialmente ativa da vida.

A experiência relatada reafirma a relevância das ações coletivas para o fortalecimento de vínculos e a inclusão social da pessoa idosa. Os resultados demonstram avanços concretos na melhoria da saúde mental, da rede de apoio e do acesso à cultura e espiritualidade. Contudo, é imprescindível que tais ações sejam sustentadas por políticas públicas estruturadas, financiamento contínuo e capacitação técnica, para que o envelhecimento seja vivido com dignidade, liberdade e pertencimento.

REFERÊNCIAS

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE – ACSM. **Exercise and Physical Activity for Older Adults.** *Medicine & Science in Sports & Exercise*, v. 41, n. 7, p. 1510–1530, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.433, de 28 de dezembro de 2006.** Institui o Dia Nacional do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de atenção básica: saúde da pessoa idosa.** Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

CHODZKO-ZAJKO, Wojtek et al. **Exercise and Physical Activity for Older Adults.** *Medicine & Science in Sports & Exercise*, v. 41, n. 7, p. 1510–1530, 2009.

CATTAN, Mima et al. **Preventing social isolation and loneliness among older people: a systematic review of health promotion interventions.** *Ageing & Society*, v. 25, n. 1, p. 41–67, 2005.

COUTO, Berenice R. et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2014.

NERI, Anita Liberalesso (org.). **Psicologia do envelhecimento: temas relevantes.** Campinas: Alínea, 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VERAS, Renato Peixoto. **Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações.** *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2020.

HOWE, Tracey E. et al. **Exercise for preventing and treating osteoporosis in postmenopausal women.** Cochrane Database of Systematic Reviews, n. 7, 2011.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Active ageing: a policy framework.** Geneva: WHO, 2002.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental health of older adults.** Geneva: WHO, 2017. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-of-older-adults>. Acesso em: 20 jun. 2025.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Guidelines on physical activity and sedentary behaviour.** Geneva: WHO, 2020.

POSSIBILIDADES DE REINserÇÃO DOMICILIAR DE UMA PESSOA: QUANDO A SITUAÇÃO DE RUA E O TRANSTORNO MENTAL NÃO FALAM MAIS ALTO

Ramon Pinto Valim¹

Rosiele Alves dos Santos Menezes Nascimento²

Millena Queiros Theodora dos Santos³

Resumo: Este artigo apresenta alguns elementos de um processo de reinserção de uma pessoa em situação de rua com transtorno mental ao seu domicílio a partir do Projeto Moradias Alternativas. Com o objetivo de elaborar a narrativa da equipe que a acompanha, o artigo é escrito a partir de um relato de experiência que, a partir de apostas teóricas metodológicas, o cuidado compartilhado em rede é indispensável para uma vida fora das instituições de acolhimento. Propõe-se evidenciar que o cuidado em liberdade só é possível ao afirmar a dependência nas relações sociais e nos serviços públicos, neste caso específico, em aparelhos estatais da Assistência Social e da Saúde.

Palavras-chave: Pessoas em situação de Rua; Transtorno Mental; autonomia; Assistência Social.

Possibilities of a Person's Home Reinsertion: When Homelessness and Mental Disorder No Longer Speak Louder

Abstract: This article presents some elements of the reintegration process of a homeless person with a mental disorder back into their home, through the Alternative Housing Project. Aiming to construct the narrative of the team that accompanies this individual, the article is written as an experience report, based on theoretical and methodological approaches that highlight the importance of shared, network-based care as essential for life outside institutional shelters. It seeks to show that care in freedom is only possible by affirming dependence on social relationships and public services—in this specific case, on state-run Social Assistance and Health services.

Palavras-chave: Homeless People; Mental Disorder; Autonomy; Social Assistance.

INTRODUÇÃO

O direito à moradia no Brasil é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Ele está previsto no artigo 6º, que inclui a moradia entre os direitos sociais, ao lado da educação, da saúde, do trabalho, da segurança e de outros. Para além, o direito à moradia se estabeleceu como Direito Humano Universal desde o ano de 1948. O Sistema Único de Assistência Social, se estruturou

1 Mestre em Psicologia Institucional, especialista em Saúde Coletiva e psicólogo. E-mail: ramonpv93@gmail.com;

2 Pós graduada em Gestão Social, Políticas Sociais, Redes e Defesa de direito e assistente social. E-mail: rosielepop@gmail.com

3 Pós graduanda em Psicologia Social e psicóloga. E-mail: millenatheodora@hotmail.com

como política pública brasileira de proteção social em 2004 com o objetivo de garantir direitos à população que precisar, inclusive no acesso à convivência comunitária.

No município de Vitória-ES, a partir da Lei Municipal Nº 6592/2006, o Projeto Moradias Alternativas objetiva propiciar Pessoas em Situação de Rua referenciada na Rede de Proteção Social Especial municipal a acessarem sua moradia própria através de subsídio de aluguel imobiliário. A pessoa ou família contemplada pelo projeto passa a ser acompanhada por uma comissão intersetorial e tem aporte continuado e intensificado da equipe técnica que já o acompanhava na Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

No ano de 2025 um acolhido no Acolhimento Institucional Para Pessoas em Situação de Rua denominado “Abrigo II”, contemplado pelo projeto, está residindo em imóvel alugado no município e recebendo apoio da Equipe Técnica Psicossocial deste acolhimento no seu processo de retomada a vivência em domicílio. Um Desafio que se coloca nessa situação descrita é que o acolhido em questão vive com transtorno mental, faz inclusive uso do Centro de Atenção Psicossocial. Nessa Interface da loucura, vivência comunitária, saída de uma instituição de acolhimento e as possibilidades de instituições do Sistema Único de Assistência Social, esse artigo se faz necessário ao apontar pistas desse processo, de modo a evidenciar as apostas da equipe e do sujeito na busca de superação do seu processo asilar. Desse modo, a seguir faremos um relato de experiência de como tem sido nesses meses de acompanhamento, apresentando os desafios e sobretudo evidenciando e potencializando as conquistas do sujeito e da equipe técnica.

DESENVOLVIMENTO

Como primazia no acompanhamento do sujeito, seja ele ainda institucionalizado ou não, acredita-se veementemente que o compartilhamento do cuidado é indispensável no plano de ação. A partir de Butler (2020) temos pensado que todos nós estamos numa condição de “vulnerabilidade primária”. Deste modo, somos seres dependentes e entrelaçados uns aos outros. Para manter uma vida é indispensável uma certa estrutura social variavelmente pública e democrática, sendo nós então vulneráveis às estruturas ambientais e sociopolíticas. Em outras palavras, resumindo grotescamente o que nos diz a autora, somos dependentes dos endereçamentos que fazemos ao outro. Desde o nascimento precisamos de um suporte, de alguém, de algo e de condições para nos desenvolvermos, até mesmo para nossa existência. Todavia, na ausência de outro e de condições mínimas sociais e estruturais, ficamos vulneráveis e expostos, de modo que a vida pode ser inteiramente cerceada.

Esse quadro não está presente somente na infância, mas se faz presente na juventude, na adultez e na velhice. A partir desses conceitos estruturantes para se pensar a vida humana, essa equipe tem trabalhado para expandir as possibilidades de entrelaçamento no sujeito na sociedade.

A Proteção Social estabelece na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2014) como objetivos centrais, dentre outros, a segurança no desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social. Todavia, a autonomia que essa equipe aposta não é uma complacente à lógica neoliberal, a qual o bem viver é alcançado quando não há com quem ou com o que depender, em que o sujeito é forte sozinho no mundo. Assim, acreditamos que autonomia não é viver bem sozinho, mas tomando emprestado o conceito de vulnerabilidade de Butler, é estar fortalecido nas relações sociais, nas referências com os serviços públicos e nos laços amorosos e afetivos. A respeito desse caso específico de apoio ao retorno domiciliar, dentro dessa lógica de compartilhamento de cuidado, é importante pontuar que não cabe unicamente à Política da Assistência Social o desenvolvimento de ações voltadas ao enfrentamento às situações de risco social. A articulação e o desenvolvimento de

ações complementares com as demais políticas públicas são primordiais para o trabalho de acompanhamento, desta forma a eficácia de um instrumental dependerá da integração entre as demais políticas públicas. Estando ele como protagonista de sua própria história, destacamos a participação do próprio acolhido na construção deste processo, alias é a partir das suas percepções e necessidades que norteará a escolha de quais recursos e instrumentos técnicos a equipe utilizará. A partir desses preceitos teóricos metodológicos, a equipe foi construindo aos poucos com o acolhido como seria essa saída do Abrigo. Antes mesmo de ser contemplado pelo Programa, nos atendimentos ao longo de meses, foi feito o planejamento financeiro, o acolhimento e direcionamento de suas expectativas e o monitoramento do possível território onde ele residir.

As propostas apresentadas para o plano de ação apontam para a importância do Plano de Acompanhamento individual/Familiar como parte de uma metodologia de intervenção junto ao sujeito. A forma como as informações são coletadas e registradas e como a pessoa é envolvida nesse processo são fundamentais para um diagnóstico que leve realmente à definição de ações e encaminhamento possibilitando a superação da institucionalização e reforço de autonomia. Fazendo Deste modo, acreditamos caminhar em favor da viabilização de direitos, dos cuidados em liberdade, do reforço de autonomia, da convivência comunitária e do seu pertencimento na sociedade.

Se para a população geral todo o processo de retorno à moradia própria em si já nos colocam muitos desafios, para as pessoas acometidas com transtorno mental, outros fatores entram em cena, exigindo outras mobilizações dos atores envolvidos. A trajetória de pessoas com transtornos mentais em situação de rua é atravessada por múltiplas vulnerabilidades que se entrelaçam e se reforçam mutuamente. A Experiência do sofrimento psíquico, somada à condição de desfiliação social, insere esses sujeitos em um lugar de invisibilidade social, estigmatização e exclusão sistemática dos direitos mais fundamentais. A convivência com o transtorno mental e a vivência nas ruas não são eventos isolados, mas frequentemente constituem realidades coexistentes, alimentadas por uma rede complexa de negligência histórica, desigualdade social e ausência de políticas públicas efetivas de cuidado integral.

Dentro desse contexto, pensar a reinserção comunitária como um processo possível e necessário exige uma abordagem que vá além da mera assistência: requer o reconhecimento da pessoa em sua singularidade, de sua história e de sua potência. A luta antimanicomial, enquanto movimento ético, político e social, oferece a base teórica e prática para compreendermos a importância de estratégias de cuidado em liberdade. A reforma psiquiátrica brasileira, consolidada pela Lei nº 10.216/2001, propõe uma ruptura com o modelo manicomial centrado na exclusão e propõe uma nova lógica de cuidado territorializado, interdisciplinar e baseado em vínculos. Nesse paradigma, a reinserção comunitária de pessoas com transtorno mental —especialmente aquelas que passaram por longos períodos em situação de rua —deve ser entendida como um processo que exige tempo, escuta, construção coletiva e o fortalecimento de redes de apoio.

Contudo, esse percurso não é simples. Há barreiras estruturais, institucionais e subjetivas que dificultam a efetivação do direito à moradia, ao cuidado e à convivência social. A sociedade, ainda marcada por preconceitos e visões reducionistas sobre a loucura e a pobreza, frequentemente vê a pessoa com transtorno mental em situação de rua como perigosa, incapaz ou irrecuperável. Essa visão cristalizada contribui para a manutenção de um estigma duplo —por ser “louco” e por estar “na rua” — que atua como obstáculo à sua reinserção, à sua autonomia e ao seu reconhecimento como sujeito de direitos.

A experiência vivida no abrigo institucional nos convida a refletir sobre as possibilidades reais de transformação e reconstrução de vínculos como território, com a cidadania e consigo mesmo. O caso

de um acolhido com histórico de transtorno mental, após meses de acompanhamento e intervenção psicossocial, culminou em um processo exitoso de reinserção comunitária. Essa vivência concreta permite problematizar não apenas os desafios do cuidado em rede, mas, sobretudo, lançar luz sobre os caminhos possíveis, ainda que permeados de contradições, que se abrem quando o cuidado é pautado pela escuta, pelo afeto e pelo compromisso ético com a dignidade humana.

Assim, este artigo pretende discutir, à luz da clínica ampliada e da perspectiva da atenção psicossocial, os impasses e as potências da reinserção comunitária de pessoas com transtornos mentais oriundas da situação de rua. Busca-se, ainda, contribuir para a reflexão crítica sobre as práticas de cuidado em saúde mental, reafirmando o compromisso com a desconstrução do modelo manicomial e com a construção de alternativas que garantam liberdade, pertencimento e cidadania a esses sujeitos historicamente marginalizados. Desde o início da Idade Média o louco é aquele cuja voz foi anulada, abafada, nem valorizada, nem importante. A ele eram interditados o testemunho na justiça, a responsabilidade de um ato ou de um contrato, e até mesmo a comunhão na santa missa. Nele se identificavam poderes estranhos, como o de revelar uma verdade escondida, poderes premonitórios, ou, em sua ingenuidade, perceber coisas que a sabedoria dos outros não conseguia perceber (JÚNIOR, 1987, p. 78).

Fato é que a equipe se deparava com um fato concreto: Uma pessoa com transtorno mental em situação de rua que, após longo período de institucionalização, esperava ter sua casa, sua intimidade e sua vida comum outra vez. Bem, na história da Reforma Psiquiátrica no Brasil e no mundo, outros sujeitos poderiam narrar essa história, contudo nesse caso em questão, o processo tinha como plano de fundo os aparelhos estatais da Política de Assistência Social. Assim, a equipe junto ao acolhido iniciou o plano de ação de acompanhamento para a reinserção comunitária. De modo a contribuir com o cumprimento desses objetivos de forma qualificada, utilizamos nos seus atendimentos algumas ferramentas da própria Política como a acolhida, a escuta, o estudo social, o diagnóstico socioeconômico, monitoramento e a orientação. Para conduzir uma boa e plena interação e fortalecimento do sujeito com as relações sociais e institucionais, lançamos mão também da construção do Ecomapa (Diagrama que mostra as relações entre a família e a comunidade) visando a articulação e interação com instituições diferentes.

O Ecomapa consiste em uma ferramenta para registro das narrativas sobre a participação do sujeito em seu cotidiano. Essas narrativas são transcritas por códigos, formando um diagrama que facilita a percepção sobre a rede social de suporte (CORREIA, 2017). A partir da demanda do acolhido e dos pontos de cuidado presente no território que o acolhido iria se estabelecer, construímos em conjunto um quadro de cronograma apresentado a seguir:

- Elaborar um caderno de informações com dias e horários do funcionamento da unidade básica de saúde, pretende-se neste caderno de orientações anotar as datas das consultas do CAPS, datas do pagamento do aluguel
- Acompanhá-lo para conhecer e apresentar a equipe ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que atende o território continental;
- Acompanhá-lo ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para informar a equipe da reinserção comunitária e que as próximas consultas o mesmo irá sozinho;
- Acompanhá-lo até a unidade de saúde para que o Serviço Social tenha conhecimento da nova situação de moradia;

- Realizar articulação/parceria com a instituição religiosa igreja presbiteriana para a concessão de cesta básica (envolvimento da sociedade civil neste processo);
- Auxiliar na primeira compra de mantimentos;
- Fazer a lista de medicamento que o ex-acolhido toma diariamente com os horários (entregar impressa);
- Visita domiciliar uma vez por semana (de acordo com o acompanhamento rever este cronograma, com objetivo de serem com intervalo maior);
- Orientar a buscar o serviço do CRAS para atualização de cadastro único;
- Construção do Ecomapa.

Após a desinstitucionalização do acolhido e mudança para sua própria casa, a equipe iniciou um processo de visita domiciliar semanalmente. O seu objetivo não era com intuito de averiguação e indagar modos de vida e sim utilizá-la como um instrumento de conhecer e aproximar de perto da vida do sujeito, de modo a identificar necessidades e a partir daí inventar estratégias de intervenções. Diante deste cenário, em visitas o sujeito nos contava quais vínculos foram construídos, quais demandas compareciam, quais as potencialidades que ele possuía e as potencialidades do próprio território. No mais, as visitas sinalizavam para o sujeito que ele não estava sozinho no mundo, que mesmo após a saída do abrigo, ele ainda havia suporte.

A equipe considerou que a vivência em domicílio produziu no sujeito desejos que antes não havia, além de uma facilidade do mesmo na construção de relações com a comunidade que antes aparecia de modo limitado. A seguir, listamos as principais potencialidades percebidas pela equipe:

- Recentemente concluiu curso de qualificações em Salgados, Massas e Recheios e outro em Bolos e Tortas por instituições renomadas de apoio ao comércio em parceria com projetos sociais do bairro;
- Forte vínculo na comunidade com comerciantes e amigos;
- Começou a relacionar afetivamente com uma moradora do bairro;
- Tem se mostrado que consegue fazer uso de suas medicações e acompanhamento de saúde nos equipamentos de saúde.

Para que o sujeito possa circular pela cidade é necessário que tenha uma boa relação mútua. Os equipamentos estatais (não falamos de estrutura física, mas sim de pessoas que fazem o serviço acontecer) precisam conhecer para interagir, bem como pessoas da comunidade e o comércio. Nesse sentido, a equipe apresentou o acolhido ao território, articulando com o CRAS para que ele conheça quem será a equipe que o acompanhará, de modo que o sujeito participou de uma roda de conversa de acolhimento. Outro processo importante foi a articulação com a rede ABEAS (Associação Batista de Educação e Ação Social) com a concessão de cestas básicas durante seis meses, também realizamos contato com a Mesa Brasil que prontamente acolheu a demanda e hoje atua como parceiros neste processo de reinserção domiciliar, com doações de frutas, verduras frescas e outros itens que cotidianamente não estão presente na cesta básica, o que contribuem para as garantias da segurança alimentar e nutricional.

Com a perspectiva de aumentar a autonomia do sujeito, sobretudo com transtorno mental, o vínculo com o CAPS e com a unidade básica de saúde foi fortalecido de modo demasiado. Se antes essa equipe o acompanhava nas consultas e intermediava suas demandas, agora, a partir de uma reunião entre equipe de discussão desse caso, a equipe foi saindo de cena e responsabilizando o sujeito e as equipes desses serviços pela promoção do cuidado mental.

CONCLUSÃO

Essa equipe reconhece que esse processo de reinserção é exitoso. Todavia, é preciso reconhecer os desafios que ainda se impõem no cotidiano da reinserção, especialmente na fase que chamamos, de forma ilustrativa, de “desmame”. Essa etapa, embora esperada e compreensível dentro da complexidade que envolve a retomada da vida domiciliar, revela-se uma das mais delicadas do processo. Trata-se de um momento em que o sujeito, antes acolhido institucionalmente, passa a experimentar maior liberdade e responsabilidade, enfrentando, ao mesmo tempo, os limites e as inseguranças que esse novo lugar acarreta.

Apesar dos esforços contínuos da equipe em esclarecer o papel de apoio e mediação que desempenham e não de substituição da vontade ou ação do usuário, ainda são frequentes as situações em que o acolhido demonstra dificuldade em compreender essa nova dinâmica. Em diversas ocasiões, por exemplo, mesmo com a oferta de orientações diárias e a realização de visitas domiciliares regulares, ele expressa a expectativa de que a equipe “faça por ele”, reproduzindo uma lógica assistencialista anterior à proposta de autonomia. Situações corriqueiras como a ida a consultas de rotina exemplificam essa tensão: o acolhido, por vezes, exige o acompanhamento presencial de um técnico, em moldes semelhantes aos da institucionalização, resistindo a realizar esse tipo de atividade de forma autônoma. Essa expectativa reforça o quanto a dependência psíquica e emocional construída ao longo de anos em instituições não se desfaz com a simples mudança de espaço físico. É necessário um trabalho contínuo de desconstrução dessa lógica a qual exige tempo, escuta qualificada e intervenções clínicas cuidadosas.

Contudo, gostamos de nos ater aos progressos, as potencialidades emergidas no processo, os quais reforçam a potência das estratégias adotadas. A Experiência Concreta acompanhada pela equipe demonstrou progressos significativos, especialmente no que tange à redução do uso abusivo de álcool. O acolhido passou a apresentar um comprometimento crescente com os combinados construídos junto aos profissionais, como a entrega de recibos no CIAC (Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão), a organização nos seus afazeres domésticos, sua presença constante nas rodas de conversa promovidas pelo CRAS e, sobretudo, sua inserção gradual em atividades de trabalho informal.

Tais sinais de reconstrução de vínculos, rotinas e responsabilidades revelam que, mesmo com oscilações e resistências naturais, o processo de reinserção está em curso e produz efeitos concretos na vida do sujeito. O cuidado em liberdade, nesse contexto, não se traduz apenas na ausência de contenção física, mas na construção de espaços simbólicos e relacionais que permitam a esse sujeito se reconhecer como agente de sua própria trajetória.

A experiência apresentada neste artigo evidencia que o processo de reinserção comunitária de pessoas em situação de rua com transtorno mental, embora repleto de desafios, é possível, necessário e profundamente transformador tanto para o sujeito quanto para os profissionais envolvidos. A história acompanhada pela equipe técnica do Acolhimento Institucional “Abrigo II”, em Vitória-ES mostra que, a partir do investimento em vínculos institucionais e sociais, é viável superar a lógica da exclusão e construir novas formas de pertencimento. Nesse sentido, a autonomia como defendido ao

longo do artigo, não se traduz na independência absoluta, mas sim na possibilidade de contar com redes de apoio, com serviços públicos acessíveis e humanizados, e com relações significativas que sustentem a vida em sua complexidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Brasília, 1993.
- BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2001.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS.** Brasília, 2004.
- BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- JUNIOR, B. B.; SILVA, E. S.; RESENDE, H.; FILHO, J. F. S.; FILHO, N. M. A.; DELGADO, P. G. G. BORGES, S. M. N. **Cidadania e Loucura – Políticas de Saúde Mental no Brasil.** Editora Vozes Limitada, Petrópolis, RJ, abril/1987.
- RODRIGUES, Jéferson; SCÓZ, T.M.X. **Muros da mente: obstáculo da Reforma Psiquiátrica.** Revista Nursing. Edição brasileira, ano 6, nº 65, outubro de 2003, p. 29-54.
- VITÓRIA. **Lei nº 6.592, de 3 de maio de 2006.** Fixa normas e critérios de implantação e acompanhamento de programas habitacionais no Município de Vitória, revoga as Leis nºs 6.255 e 6.256, de 17 de dezembro de 2004, e artigos da Lei nº 5.823, de 30 de dezembro de 2002, e dá outras providências. Vitória: Câmara Municipal, 2006.



Resenhas Críticas

GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS: ANÁLISE DOCUMENTAL DA NOB/RH/SUAS

BERWIG, Solange Emilene; BOING, Maria Salete. Gestão do Trabalho no SUAS: Análise documental da NOB/RH/SUAS. Revista de Estudos Interdisciplinares – V. 5, n 4, Edição Especial. 2023.

Ellen Ramalho da Cunha¹

Alessandra Luzia da Gama Cotta²

O artigo “Gestão do Trabalho no SUAS” aborda, de forma clara e objetiva, a importância desse tema como pilar fundamental da Política de Assistência Social no Brasil. A obra traz uma reflexão sobre os fundamentos legais, normativos e conceituais que sustentam essa função no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destacando seu papel estratégico na organização, na qualificação e na valorização dos profissionais que atuam nessa política pública.

O texto deixa evidente que a gestão do trabalho é uma função essencial, diretamente ligada à garantia dos direitos socioassistenciais, à qualidade dos serviços prestados e à consolidação do SUAS como política pública de Estado.

Mais do que um simples processo administrativo de contratação, a gestão do trabalho no SUAS envolve um conjunto de ações que garantem condições dignas para o exercício profissional, promovem a valorização dos trabalhadores e asseguram a qualificação permanente dos serviços oferecidos à população.

A obra discute a base legal que dá suporte à gestão do trabalho, destacando especialmente a Lei nº 12.435/2011, a NOB-SUAS/2012 e a NOB-RH/SUAS/2006, e ressalta a necessidade de realizar concursos públicos, implementar Planos de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) e garantir vínculos estáveis como elementos fundamentais para a profissionalização do SUAS. Além disso, destaca que a educação permanente deve ser entendida como um processo contínuo e coletivo, essencial para conectar teoria, prática e reflexão crítica no cotidiano dos serviços.

Destaca-se, ainda, que a gestão do trabalho é uma responsabilidade conjunta dos governos federal, estadual e municipal, devendo ser desenvolvida de maneira articulada, colaborativa e pactuada.

O artigo oferece contribuições muito práticas para a gestão municipal do SUAS, deixando claro que implementar a gestão do trabalho não é uma escolha, mas sim uma obrigação normativa e ética.

Na prática, isso significa que os gestores precisam entender que o órgão gestor municipal deve contar com uma equipe de referência específica para planejar, executar e acompanhar as ações voltadas aos trabalhadores do SUAS. A falta de concursos públicos, de PCCS e de processos bem estruturados de

1 Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia (EMESCAM) – Vitória/ES, Assistente Social. Email: ellen_ramalho@hotmail.com

2 Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Centro Universitário Vale do Cricaré - São Mateus/ES, Psicóloga. Email: alessandra.cotta@yahoo.com.br

educação permanente compromete não só as condições de trabalho dos profissionais, mas também a própria qualidade da proteção social oferecida à população. Por isso, a gestão do trabalho precisa estar alinhada aos princípios da educação permanente, da valorização profissional, da supervisão técnica e do controle social, criando ambientes de trabalho saudáveis, participativos e comprometidos com a qualidade do atendimento. Além disso, reforça que fortalecer os espaços de diálogo, como mesas de negociação e fóruns de trabalhadores, é fundamental para encontrar soluções coletivas, pactuadas e que atendam às reais necessidades dos territórios.

O material, portanto, oferece uma base sólida para que os gestores possam formular e colocar em prática políticas locais que valorizem os trabalhadores, deixando claro que o SUAS só se sustenta com profissionais qualificados, estáveis e comprometidos com os princípios éticos da política pública.

No nível estadual, a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES) tem um papel estratégico na coordenação e fortalecimento da assistência social, oferecendo apoio técnico, orientações e fomentando ações que ajudem os municípios a implementar a gestão do trabalho.

Apesar dos avanços, é preciso ampliar e fortalecer as ações de apoio, incentivo e acompanhamento para que os municípios consigam, de fato, criar e consolidar estruturas de gestão do trabalho, com a formação de equipes de referência específicas no órgão gestor municipal, a implementação dos Planos de Cargos, Carreira e Salários, a estruturação de processos permanentes de educação permanente, além da criação e fortalecimento de espaços de negociação e diálogo sobre as condições de trabalho.

Diante disso, o texto nos remete a necessidade de que a SETADES assuma um papel cada vez mais propositivo e indutor, oferecendo diretrizes claras, suporte técnico qualificado e estímulo à adoção de práticas que valorizem os trabalhadores do SUAS. Isso pode ser feito, por exemplo, através da inclusão de critérios e indicadores relacionados à gestão do trabalho nos processos de cofinanciamento, no monitoramento dos Planos Municipais de Assistência Social e na pactuação entre gestores. Adotar essa perspectiva fortalece não só os trabalhadores, mas também melhora a qualidade, a continuidade e a efetividade dos serviços socioassistenciais, além de contribuir para o fortalecimento do SUAS como política pública de Estado.

O fortalecimento da articulação entre as esferas de governo é essencial para garantir que os princípios democráticos e participativos do SUAS se concretizem, assegurando condições adequadas de trabalho e a valorização dos profissionais que fazem a política de assistência social acontecer no dia a dia.

Por fim, o artigo deixa claro que não há SUAS de qualidade sem trabalhadores valorizados, protegidos e com vínculos institucionais adequados. A gestão do trabalho não é um detalhe, mas sim um dos pilares fundamentais da política de assistência social, diretamente ligado à efetividade da proteção social.

Mais do que avanços nas leis e nas normas, é necessário que os gestores, principalmente no nível municipal, assumam de forma efetiva o compromisso com a gestão do trabalho, destinando recursos, criando condições institucionais e promovendo processos participativos que assegurem a valorização dos profissionais do SUAS.

O texto conclui destacando que esse compromisso precisa ser compartilhado também com os governos estadual e federal, que devem fortalecer tecnicamente os municípios, garantir cofinanciamento adequado e incentivar políticas que consolidem a gestão do trabalho como um eixo central do SUAS, alinhado aos princípios da proteção social, da equidade e da garantia de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERWIG, Solange Emilene; BOING, Maria Salete. **Gestão do Trabalho no SUAS: Análise documental da NOB/RH/SUAS**. Revista de Estudos Interdisciplinares – V. 5, n 4, Edição Especial. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS**. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 26 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. **Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2011

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição Necessária**. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, 2012.

I PEDAL CONTRA O ABUSO SEXUAL INFANTIL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ/ES - 18 DE MAIO DE 2025

Francieli Carla Uhlig

Priscilla Gaiba

1. APRESENTAÇÃO DA OBRA

O “I Pedal Contra o Abuso Sexual Infantil” foi um evento de grande relevância social, realizado no dia 18 de maio de 2025, no município de Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo. A ação integrou a campanha nacional “Maio Laranja”, que tem por objetivo a conscientização e o enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Promovido pelas Secretarias Municipais de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social e de Esportes e Lazer de Santa Maria de Jetibá/ES, o evento contou com a ampla participação da comunidade, sendo marcado pela mobilização coletiva, manifestações culturais, atividades físicas e ações informativas.

A proposta consistiu em uma pedalada simbólica pelas ruas do município, com forte apelo visual e emocional. Participantes de todas as faixas etárias - crianças, jovens, adultos e idosos - enfeitaram suas bicicletas com balões e adereços nas cores laranja e amarela, representando a causa.

Apesar das condições climáticas desfavoráveis, o evento atraiu um grande público, incluindo servidores, moradores que auxiliaram voluntariamente na organização e logística, bem como a presença da Polícia Militar. A bicicleta “centopeia” e o grupo SMJ BIKE foram destaques na mobilização e chamaram atenção pela criatividade e engajamento.

Mesmo enfrentando um dia chuvoso e frio, a população demonstrou comprometimento com o propósito da mobilização. O evento incluiu ainda diversas atividades paralelas, como café da manhã comunitário, aula de alongamento e apresentações culturais, além de falas técnicas e institucionais.

2. PRINCIPAIS IDEIAS APRESENTADAS

O “I Pedal Contra o Abuso Sexual Infantil” apresentou-se como uma ação inovadora e integradora, unindo esporte, arte, cultura, educação e políticas públicas de assistência social. A escolha do formato — uma pedalada coletiva — revelou-se estratégica para atrair a atenção da população e promover ampla visibilidade ao tema, transformando o espaço público em local de denúncia, mobilização e fortalecimento de vínculos comunitários.

A iniciativa reforçou três pilares centrais: a mobilização comunitária, a educação em direitos e o fortalecimento da rede de proteção social. Esses elementos dialogam com os fundamentos da Política Nacio-

nal de Assistência Social (PNAS), que preconiza a participação popular e a intersetorialidade das ações no enfrentamento de violações de direitos.

Além do passeio ciclístico, foram promovidas ações complementares, como café da manhã comunitário, aula de alongamento e apresentações culturais - especialmente a performance do grupo de danças Kinderland, formado por crianças e adolescentes. A participação de autoridades, profissionais da assistência social e a realização de lives e gravações para redes sociais mostraram o potencial de multiplicação da mensagem.

As atividades complementares, como a aula de alongamento e o café da manhã, criaram um ambiente acolhedor e de confraternização, elementos importantes para fortalecer os laços comunitários em torno de uma causa tão sensível.

A performance cultural do grupo de dança infantil Kinderland emocionou o público e reforçou o protagonismo das próprias crianças como sujeitos de direitos. A performance dos jovens não apenas celebrou a arte e a cultura, mas também reforçou a importância de proteger a infância e a adolescência, colocando as próprias crianças como protagonistas da mensagem de esperança e resiliência.

Outro ponto de destaque foi a presença de profissionais da assistência social que, por meio de discursos técnicos e informativos, orientaram o público quanto aos canais de denúncia, como o Disque 100, e aos serviços disponíveis no município para acolhimento e encaminhamentos.

A escolha do pedal pela cidade foi um formato eficaz para chamar a atenção para a causa. Além de promover a saúde e o bem-estar, a visibilidade do grupo de ciclistas percorrendo as ruas certamente despertou a curiosidade e o interesse dos moradores, ampliando o alcance da mensagem.

3. COMENTÁRIOS CRÍTICOS E APLICAÇÕES PRÁTICAS

Do ponto de vista crítico, o evento se configurou como uma prática de educação social relevante e potente. Superando o caráter meramente simbólico, a mobilização conseguiu articular dimensões informativas, afetivas e participativas. A integração entre as secretarias municipais, os serviços públicos, a sociedade civil e as forças de segurança apontam para uma ação coordenada e planejada com foco na proteção integral da infância.

A ação desenvolvida em Santa Maria de Jetibá não apenas sensibilizou a população, mas demonstrou como a articulação entre poder público e sociedade civil pode gerar efeitos concretos na prevenção de violações de direitos. O formato inovador — pedalada urbana — deu novo significado à manifestação cívica, utilizando o espaço público de forma democrática e solidária.

É importante ressaltar a pertinência da escolha da data: o 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, favorece o engajamento social por seu simbolismo. O evento superou a ideia de um simples ato simbólico ao promover envolvimento real e emocional dos participantes.

Contudo, é necessário destacar que a eficácia de ações como essa depende de sua continuidade e articulação com políticas públicas permanentes. Eventos pontuais possuem forte apelo social e midiático, mas só produzirão mudanças estruturais quando estiverem associados a programas duradouros, formações constantes para os profissionais da rede de proteção, e ao fortalecimento dos equipamentos públicos como CRAS e CREAS. A campanha ganha força quando extrapola o mês de maio e se traduz em políticas de proteção contínua.

Outro aspecto importante é que o uso das redes sociais para divulgar o evento, por meio de transmissões ao vivo e gravações feitas pelos participantes, potencializou o alcance da mensagem. A estratégia de comunicação adotada promoveu não apenas o engajamento local, mas também a replicabilidade da ideia em outros contextos municipais e regionais.

A criatividade e o simbolismo envolvidos — como o uso das cores da campanha, a decoração das bicicletas e a adesão da comunidade, inclusive sob chuva — revelam um cenário de corresponsabilização social, em que a população se reconhece como parte ativa do processo de prevenção e combate às violações de direitos.

4. RELAÇÃO COM A POLÍTICA SOCIAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O “I Pedal Contra o Abuso Sexual Infantil” se insere no escopo da Proteção Social Especial de Média Complexidade, prevista no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que visa o atendimento de pessoas em situação de violação de direitos.

A ação também está relacionada ao Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, especialmente em seu Eixo de Prevenção, que defende a implementação de estratégias educativas, informativas e culturais como forma de reduzir a incidência de abusos. Ao proporcionar conhecimento à população, a iniciativa fortaleceu a cidadania ativa, valorizando os princípios da dignidade humana e da participação popular.

Conforme preconiza a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, ações socioeducativas de mobilização são essenciais para prevenir situações de risco e ampliar o acesso da população aos serviços de proteção. Ao reunir diversas secretarias municipais, forças de segurança e a sociedade civil, o evento evidenciou a necessária intersectorialidade das políticas públicas.

A mobilização social é uma das competências dos serviços de proteção básica e especial. Assim, eventos como esse reforçam o papel educativo das ações socioassistenciais, extrapolando o atendimento individualizado para alcançar o território e suas demandas coletivas. A presença de profissionais da assistência social, habilitados a orientar e encaminhar, é essencial para transformar mobilizações em ações eficazes e contínuas.

Por fim, ao incluir crianças e adolescentes nas apresentações culturais e na organização do evento, a proposta contribuiu para a construção da identidade cidadã dos sujeitos em desenvolvimento, em consonância com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece como prioridade absoluta a proteção integral dos direitos desse público.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “I Pedal Contra o Abuso Sexual Infantil” representa um exemplo concreto de como as políticas públicas, quando articuladas com a participação popular, podem gerar impactos significativos na prevenção de violências e na promoção da cultura de paz. A criatividade, a solidariedade e o engajamento comunitário evidenciados na atividade demonstram que é possível sensibilizar a população por meio de ações coletivas, educativas e afetivas.

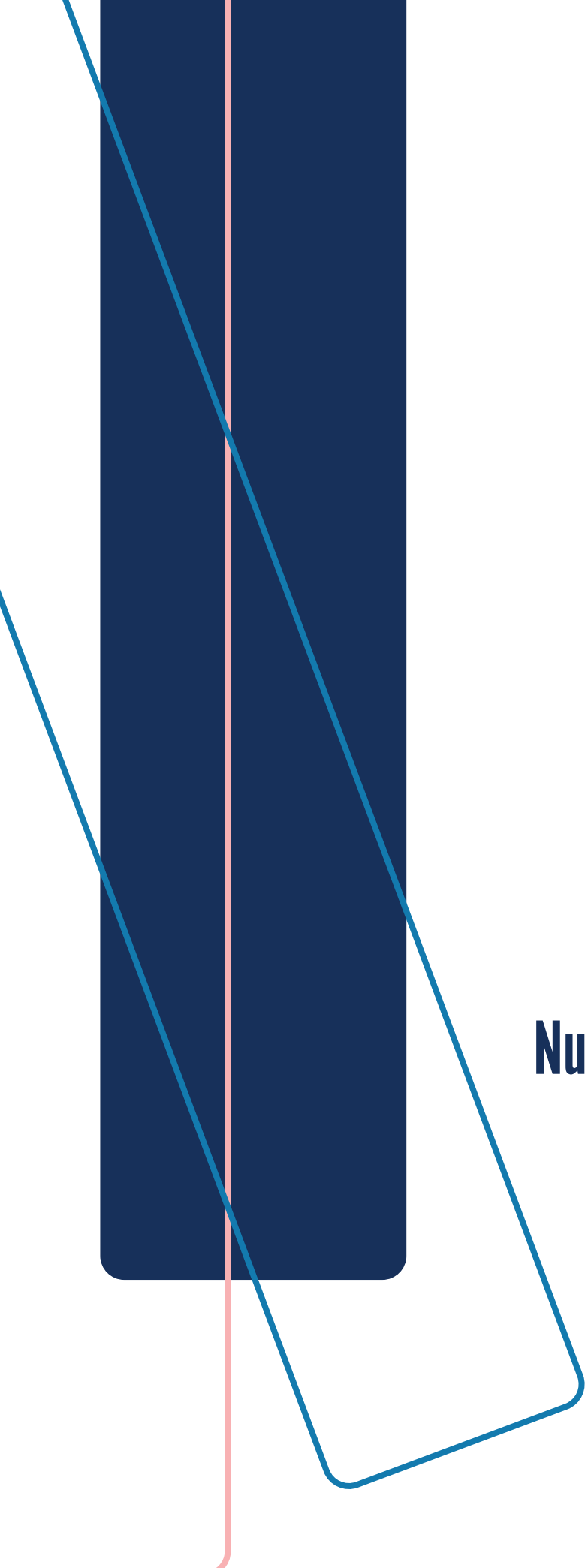
Além de alertar sobre a gravidade do abuso sexual infantil, o evento promoveu pertencimento social, empoderamento comunitário e valorização dos vínculos familiares e institucionais. A superação das adversidades climáticas por parte dos participantes apenas confirmou a relevância do tema e o comprometimento da cidade com a causa.

A mobilização enfrentou as adversidades climáticas com empatia, união e determinação, sinalizando o engajamento genuíno da comunidade. A presença de elementos simbólicos (cores, performances artísticas, interação social) transformou o evento em uma verdadeira aula pública de cidadania e respeito aos direitos humanos.

Espera-se que a experiência seja replicada e ampliada nos anos seguintes, não apenas em Santa Maria de Jetibá, mas também como referência para outros municípios que buscam fortalecer sua rede de proteção. Iniciativas como essa são indispensáveis para consolidar uma cultura de paz, acolhimento e vigilância ativa em defesa da infância brasileira.

O “1 Pedal Contra o Abuso Sexual Infantil” foi mais do que um evento esportivo; foi uma ação multifacetada que conseguiu mobilizar a população, informar sobre a importância da denúncia e sensibilizar a todos para a necessidade de proteger nossas crianças e adolescentes, a fim de construir uma sociedade mais segura e justa para as futuras gerações.

Iniciativas como essa devem ser replicadas, aprimoradas e institucionalizadas, não apenas em Santa Maria de Jetibá, mas também como referência para outros municípios que buscam fortalecer sua rede de proteção tornando-se parte dos calendários oficiais de mobilização social. Somente com ações permanentes e articuladas será possível garantir o direito de todas as crianças e adolescentes a uma vida segura, protegida e livre de violência.



**Trabalho da
V Mostra de Práticas em
Assistência Social e em
Segurança Alimentar e
Nutricional do Espírito Santo**

SERVIÇOS

MINHA VIDA SENSACIONAL: A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE VIDA COMO INSTRUMENTO DE ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO NO SERVIÇO FAMÍLIA ACOLHEDORA VITÓRIA/ES

Cristiane da Fonseca Bronzoni Cecato

Fabiani Gusmão Sales

Fabiola de Souza Reis

Jocimara da Conceição

Priscila Lima Ervatti

APRESENTAÇÃO

O Serviço Família Acolhedora, executado pela Prefeitura Municipal de Vitória através da Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com a Fundação Fé e Alegria do Brasil, integra a rede de proteção socioassistencial do município, com a finalidade de oferecer cuidado, proteção e afeto a crianças e adolescentes afastados temporariamente de suas famílias de origem por medida protetiva.

A realidade local apresenta desafios relacionados ao rompimento de vínculos familiares, à vivência de violências múltiplas e à necessidade de garantir instrumentos inovadores que assegurem o direito à preservação da história de vida, princípio assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009). Nesse contexto, em 2025, a equipe técnica do serviço desenvolveu a prática de construção do livro intitulado *Minha vida sensacional*, produzido junto a uma criança acolhida, como parte do acompanhamento psicossocial e pedagógico. Cabe ressaltar que, a identidade da criança e dos demais personagens da história foi preservada, assegurando o sigilo e a proteção dos dados, sobretudo por se tratar de medida protetiva da justiça.

JUSTIFICATIVA

O respeito à história e o direito à verdade constituem pilares para o trabalho com crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. O afastamento da família de origem, quando é necessária à proteção, não ocorre sem impactos. Trata-se de um período delicado e complexo, marcado por sentimento de perda, insegurança e fragilidade emocional. Garantir que cada criança seja vista em sua singularidade e em seu contexto sociocultural é fundamental para preservar sua dignidade e fortalecer sua identidade.

Ao chegar a um serviço de acolhimento, crianças e adolescentes necessitam de adultos de referência que os ajudem a compreender as razões do afastamento e a ressignificar as vivências de dor e ruptura. Isso exige profissionais preparados para validar angústias, reconhecer dúvidas e oferecer um espaço de escuta qualificada. O Serviço Família Acolhedora, ao adotar a prática de construção do livro *Minha vida sensacional*, amplia essa possibilidade, pois transforma a trajetória da criança em narrativa acessível e afetiva, capaz de favorecer a compreensão do processo vivido e estimular o protagonismo infantil.

A inspiração metodológica das Histórias que Curam, do Instituto Fazendo História, associada à adaptação realizada pela equipe técnica de Vitória, conferiu caráter inovador à prática. O recurso do livro possibilitou à criança elaborar simbolicamente suas experiências de vida, utilizando linguagem lúdica e criativa, mas também se tornou um instrumento de diálogo para famílias acolhedoras, famílias de origem e famílias adotivas. Essa prática não apenas cumpre a função legal de preservação da história de vida, mas também potencializa a proteção integral prevista no SUAS, contribuindo para reduzir traumas, fortalecer vínculos e apoiar transições mais seguras, como o desligamento e a inserção em uma família definitiva. Trata-se, portanto, de uma experiência necessária, replicável e com alto potencial de impacto social.

OBJETIVOS

- Garantir o direito da criança à história de vida de forma acessível, significativa e preservada.
- Favorecer a elaboração emocional das experiências de acolhimento e rupturas familiares.
- Estimular o protagonismo da criança no acompanhamento psicossocial.
- Oferecer um instrumento de apoio nos processos de desacolhimento (reintegração familiar ou adoção).
- Sensibilizar famílias acolhedoras, famílias de origem e famílias adotivas para conversas mais francas e afetivas sobre a trajetória da criança.

METODOLOGIA

A experiência foi conduzida a partir dos seguintes procedimentos:

- **Escuta qualificada:** encontros individuais semanais entre a criança e as técnicas de referência (pedagoga e psicóloga), em ambiente seguro e com escuta atenta.
- **Construção narrativa:** A equipe técnica iniciou a condução com base no livro “A História da Jabuticaba”, da autora Fabiana Zayat. Na sequência, foram utilizados personagens animais, cenários, desenhos coloridos e escrita lúdica como recurso para simbolizar memórias, sentimentos e desejos.
- **Processo gradual:** coleta de lembranças (família de origem, vivência de rua, falecimento da mãe, evasão do pai, acolhimento institucional, chegada na família acolhedora e na família adotiva), seguido da organização da narrativa em formato de livro.
- **Produção coletiva:** elaboração do texto e ilustrações com participação ativa da criança, revisado em conjunto com a equipe técnica e profissional de comunicação do serviço.
- **Publicização do resultado:** entrega simbólica do livro impresso à criança como registro pessoal de sua história, respeitando sua singularidade e valorizando seu protagonismo; e

contação da história durante momento ampliado com outros acolhidos, narrada pela própria autora Nick - nome fictício atribuído a criança acolhida, com uma sequência de autógrafos aos exemplares impressos.

- **Consolidação de instrumento pedagógico:** replicação do livro como base para atendimento a outros acolhidos, na perspectiva da superação de violências e ressignificação das histórias de vida.

Cabe destacar que, essa ferramenta aplicada pela equipe técnica não onerou financeiramente ao serviço. As cópias impressas tiveram a contribuição de parceiros apoiadores, que possibilitou a entrega da versão física do livro à criança acolhida, a família acolhedora e a família adotiva.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Produção e entrega do livro *Minha vida sensacional*, validado pela criança como representação fiel de sua trajetória.
- Favorecimento da elaboração simbólica de experiências de violência, abandono e vínculos afetivos, fortalecendo autoestima e capacidade de expressão da criança acolhida.
- Registro permanente da história de vida e replicação para outros acolhimentos presentes e futuros, de modo a preservar a prática como ferramenta de trabalho da equipe técnica nos processos de elaboração do cenário de violência sofrido pelos acolhidos.
- Sensibilização da família acolhedora, família de origem e da família adotiva, que passaram a ter no livro um recurso de diálogo e aproximação, sobretudo dos processos vividos pela acolhida. No caso da Nick, a aposta inicial seria a reintegração familiar ao genitor, no curso do acolhimento, com a evasão da família de origem, iniciaram os investimentos para elaboração da criança e abertura ao processo de adoção.
- Indicadores qualitativos: maior capacidade da criança de verbalizar sentimentos, diminuição de sintomas de insegurança, medos, incertezas, relatos de fortalecimento da identidade e do sentimento de pertencimento.
- Indicadores de alcance: equipe técnica diretamente envolvida (psicóloga e pedagoga); participação indireta da família acolhedora, da rede socioassistencial e do sistema de justiça.

INTERSETORIALIDADE

A experiência envolveu articulação com diferentes setores da rede:

- **Sistema de Justiça (Judiciário e Ministério Público):** acompanhamento do processo de destituição do poder familiar e adoção.
- **Rede socioassistencial (CRAS, CREAS, CAPS):** suporte ao pai da criança e acompanhamento psicossocial.
- **Educação e Saúde:** apoio pedagógico e emocional no cotidiano da criança.

Essa prática reafirma o caráter intersetorial do SUAS, articulando diferentes políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos, a fim de assegurar a proteção integral da criança e do adolescente, sobretudo nos serviços da proteção social especial de alta complexidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990.**

BRASIL. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Brasília, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Brasília, 2004.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. **Histórias que Curam.** Disponível em: <https://www.fazendohistoria.org.br/>. Acesso em: 26 de Setembro de 2025.

Documentos internos do Serviço Família Acolhedora de Vitória/ES

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Imagem 1: Capa do Livro



Imagem 2: Lançamento e Contação da História



Imagem 3: Nick autografando o livro



Imagem 4: Início da história

SERVIÇOS

AÇÃO DO PETI – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: CHAPEUZINHO VERMELHO TEM DIREITOS!

Ana Maria da Silva Bichara

Eduarda Furiere Godoy

Devani Hell

Laryssa dos Santos

Valdeir Rodrigues

Victor Pinto

APRESENTAÇÃO DA OBRA

O projeto “Chapeuzinho Vermelho tem direitos!” é uma iniciativa do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município de Domingos Martins – ES, desenvolvido no âmbito do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. A ação é voltada para crianças em idade escolar da rede municipal, com foco nos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, e conta com a parceria da Biblioteca Municipal, por meio da atuação da bibliotecária. Considerando que Domingos Martins é um município de grande extensão rural, onde o trabalho infantil ainda é uma realidade presente em diversos contextos familiares, torna-se fundamental e necessário abordar esse tema já nos primeiros anos da formação escolar. Trabalhar a conscientização desde cedo contribui para a construção de uma cultura de proteção integral às crianças, prevenindo violações de direitos e promovendo o desenvolvimento saudável e seguro.

A ação “Chapeuzinho Vermelho tem Direitos” é mais do que uma atividade lúdica: é uma ferramenta poderosa de transformação social e promoção da cidadania infantil. Ao unir o imaginário infantil com a realidade, o projeto visa despertar consciência, empatia e proteção em toda a comunidade escolar.

JUSTIFICATIVA

O trabalho infantil é uma violação dos direitos das crianças e adolescentes. Apesar dos avanços na legislação e políticas públicas, ainda existem crianças expostas a situações de exploração e negligência.

O PETI atua na prevenção e erradicação do trabalho infantil, promovendo ações de sensibilização em espaços escolares, com o objetivo de informar e formar cidadãos conscientes de seus direitos.

Utilizar a adaptação da história da Chapeuzinho Vermelho permite abordar o tema de forma acessível, lúdica e simbólica, facilitando o entendimento das crianças e promovendo a reflexão sobre proteção, autonomia, e os perigos do trabalho infantil.

OBJETIVOS

O objetivo geral do projeto é promover a conscientização sobre os direitos das crianças e os riscos do trabalho infantil, utilizando como estratégia atividades lúdicas e educativas baseadas na história adaptada da Chapeuzinho Vermelho. Entre os objetivos específicos, destacam-se: sensibilizar os alunos sobre o que é o trabalho infantil e suas consequências; estimular a empatia e o autocuidado através da narrativa adaptada; reforçar os direitos fundamentais das crianças, como o direito de estudar, brincar e ser protegidas; fortalecer o vínculo entre o CREAS, a escola e a comunidade; e, por fim, identificar possíveis situações de vulnerabilidade social, realizando os devidos encaminhamentos à rede de proteção, quando necessário.

METODOLOGIA

A proposta prevê a adaptação da história da “Chapeuzinho Vermelho”, com uma reescrita da narrativa tradicional para contextualizá-la em situações relacionadas ao trabalho infantil, de forma lúdica e educativa. Para a preparação da apresentação, serão realizadas oficinas com a equipe do CREAS e a bibliotecária do município, responsáveis pelos ensaios, caracterização dos personagens e ajustes necessários no roteiro, garantindo uma linguagem adequada ao público infantil.

A encenação da peça teatral ocorrerá em escolas da rede municipal e em espaços públicos estratégicos, priorizando locais com maior circulação de crianças. Ao final de cada apresentação, será promovida uma interação com o público, por meio de um bate-papo leve com as crianças, reforçando a mensagem central da peça, esclarecendo dúvidas e realizando a entrega de brindes educativos.

Todas as ações serão devidamente registradas e avaliadas, com registros fotográficos, elaboração de relatórios e coleta de feedbacks dos professores, permitindo uma análise qualitativa do impacto da atividade junto ao público-alvo.

Entre os resultados esperados, destacam-se: a conscientização das crianças sobre o trabalho infantil de forma acessível e lúdica; a aproximação do CREAS com a comunidade escolar; a sensibilização de professores e da comunidade local sobre a temática; e a criação de uma memória afetiva e educativa nas crianças, favorecendo a identificação de possíveis situações de violação de direitos e fortalecendo a rede de proteção.

ADAPTAÇÃO DA HISTÓRIA: “CHAPEUZINHO VERMELHO TEM DIREITOS!”

Na adaptação da história, Chapeuzinho representa a criança comum, cheia de sonhos e desejos, mas que é obrigada a trabalhar, seja ajudando nas tarefas pesadas de casa ou vendendo coisas na rua. A Mãe, por sua vez, é uma figura que, por necessidade ou por falta de informação, exige que Chapeuzinho exerça atividades laborais. O Lobo, neste contexto, não é o vilão clássico, mas sim uma representação simbólica das influências negativas que tentam enganar as crianças, dizendo que “elas já são grandes e devem trabalhar”. Já o Caçador assume o papel dos serviços de proteção, como o CREAS e o Conselho Tutelar, que orientam Chapeuzinho e sua família sobre os direitos da infância, destacando a importância da escola, do lazer e do desenvolvimento saudável. O final da história é feliz: com o apoio dos serviços, a família compreende a situação e Chapeuzinho pode voltar a estudar e brincar, vivenciando plenamente sua infância.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A ação resultou em um maior conhecimento dos alunos sobre seus direitos, promovendo reflexões significativas acerca da proteção da infância. Observou-se uma redução na naturalização do trabalho infantil no ambiente escolar, com maior senso crítico por parte dos estudantes e da equipe pedagógica. Houve também o fortalecimento da rede de proteção à infância, por meio da articulação entre a escola e os serviços especializados, como o CREAS. Além disso, a iniciativa contribuiu para a construção de um ambiente escolar mais atento, sensível e engajado com a causa da erradicação do trabalho infantil.

A avaliação da ação foi realizada de forma qualitativa, considerando a participação ativa dos alunos nas atividades desenvolvidas. Também foram produzidos relatórios das ações realizadas em cada escola, possibilitando o registro e análise dos impactos locais. Como resultado desse acompanhamento, foi possível identificar demandas específicas nas famílias atendidas, permitindo encaminhamentos mais adequados e integrados à rede de proteção.

INTERSETORIALIDADE

A ação contou com a participação dos técnicos do CREAS, incluindo assistente social, psicólogo e educador social, que atuaram diretamente na sensibilização e orientação dos alunos. Também estiveram envolvidos professores e coordenadores pedagógicos das escolas, fundamentais no processo educativo e de articulação com os serviços. Representantes da Secretaria de Educação acompanharam a iniciativa, fortalecendo o compromisso institucional com a temática. Quando necessário, o Conselho Tutelar também foi acionado, garantindo o respaldo legal e a proteção integral das crianças.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

Ministério do Desenvolvimento Social (Brasil). **Caderno de Orientações Técnicas – PETI 2018**. Brasília: MDS, 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Caderno_Orienta%C3%A7%C3%B5es_Tecnicas_PETI2018.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

BICHARA, Ana Maria da Silva. *Adaptação da história “Chapeuzinho Vermelho”*. DOMINGOS MARTINS (ES): Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2025.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS





SERVIÇOS

IDENTIDADES, MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS NOS VERSOS DE “CAMINHOS DO CORAÇÃO”

Paula Gabrielle Nascimento Ricio

Fabiane Santos Cristiano de Oliveira

APRESENTAÇÃO

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é ofertado de forma complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ambos desenvolvidos no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Morada da Barra. Entre os públicos atendidos, destaca-se o grupo de Pessoas Idosas, cujas atividades acontecem na sede do Movimento da Melhor Idade da Grande Terra Vermelha.

A oferta do SCFV tem como propósito “ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária” (BRASIL, 2013, p. 9). Desta forma, junto aos idosos são realizadas oficinas semanais de Zumba e momentos mensais de reflexão, que integram dimensões físicas, sociais e culturais.

JUSTIFICATIVA

O envelhecimento é um tema urgente que precisa ser debatido em nossa sociedade. Como se trata de uma fase da vida em que há uma drástica redução da produção de capital para o sistema, pode-se identificar, sobretudo na cultura ocidental, preconceitos em torno dessa etapa. Além disso, o envelhecer traz tanto mudanças físicas, quanto desafios relacionados à identidade e perspectivas de futuro.

Assim, é possível notar situações de isolamento da pessoa idosa, baixa auto-estima entre eles em função da dificuldade de ter autonomia com coisas simples, já que a cidade não é pensada nem adaptada às suas necessidades. O fortalecimento de vínculos sociais nessa fase da vida é fundamental para combater o isolamento, a solidão e a marginalização da pessoa idosa.

Nesse sentido, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o SCFV possui três eixos de trabalho com a pessoa idosa, quais sejam a Convivência social e intergeracionalidade; o envelhecimento ativo e saudável; e a autonomia e protagonismo. Assim a presente atividade será desenvolvida a partir desses três eixos e intitulada “Caminhos do coração”, a qual se subdividirá em outras cinco atividades.

O trabalho com a música “Caminhos do Coração”, que fala de trajetórias, vínculos, escolhas e afetos, possibilitou ao grupo refletir sobre sua própria história, valorizar suas memórias e reconhecer que

ainda há muitos caminhos possíveis a serem percorridos. A atividade buscou, portanto, unir expressão artística, memória afetiva e reflexão coletiva, promovendo autoestima, senso de pertencimento e o sentimento de continuidade da vida.

OBJETIVOS

Objetivo Geral: Estimular a reflexão sobre identidade, memória e futuro a partir da música “Caminhos do Coração”.

Objetivos específicos: 1) Trabalhar a sua identidade na relação com o outro e refletir como se relacionar produz mudança na forma que você se enxerga; 2) Promover socialização e fortalecimento de vínculos afetivos e comunitários; 3) Discutir identidade, sabedoria, destino e histórias marcadas pela vida; 5) Estimular a reflexão sobre desejos, sonhos e experiências que gostariam de viver; 6) Incentivar a expressão criativa e simbólica como instrumento de fortalecimento da autoestima; 7) Estimular o senso de união e pertencimento.

METODOLOGIA

A fim de alcançar os objetivos propostos, foram planejados cinco encontros temáticos com o grupo de pessoas idosas, utilizando trechos da música Caminhos do Coração como disparadores reflexivos. As atividades foram estruturadas de forma a favorecer a construção de identidade, memória, pertencimento e perspectiva de futuro, por meio de dinâmicas vivenciais, rodas de conversa e atividades expressivas.

1º Encontro – Identidade como metamorfose. O primeiro encontro teve como base o trecho *“toda pessoa sempre é a marca das lições diárias de outras tantas pessoas”*. A partir dele, foi proposta uma reflexão sobre a identidade como algo em constante transformação, construída ao longo das experiências cotidianas.

2º Encontro – Identidade e relações. O trecho *“a gente é tanta gente onde quer que a gente vá”* orientou o segundo encontro, dividido em quatro momentos. Inicialmente, a dinâmica do espelho promoveu empatia e reconhecimento do outro como parte de si. Em seguida, na roda de conversa, os participantes foram convidados a recordar pessoas que transformaram suas vidas e que também foram transformadas por elas. Posteriormente, construíram uma linha do tempo, registrando marcos significativos da infância, juventude, fase adulta e momento atual, reforçando a compreensão de que suas identidades foram moldadas por relações familiares, afetivas, espirituais e sociais.

3º Encontro – Marcas da vida. Inspirado no trecho *“as linhas que estão nas palmas de nossas mãos”*, o terceiro encontro abordou identidade, destino, sabedoria e histórias de vida. Na roda de conversa *“O que as mãos nos contam?”*, perguntas disparadoras estimularam reflexões sobre marcas visíveis e invisíveis que representam momentos vividos. As participantes receberam hidratantes para massagem nas mãos enquanto partilhavam suas memórias, em um gesto de autocuidado. Posteriormente, cada idoso desenhou sua mão em papel e registrou nela algo que desejava preservar em sua memória. As mãos foram coladas em um mural, formando uma árvore coletiva, representando a comunidade. A atividade foi encerrada com um jogo de mímicas utilizando apenas as mãos.

4º Encontro – Desejos e sonhos. No quarto encontro, o trecho *“é tão bonito quando a gente vai a vida no caminho onde bate bem mais forte o coração”* inspirou reflexões sobre sonhos e desejos ainda a serem realizados. Inicialmente, os idosos participaram de uma dinâmica de integração com folhas coloridas ao som da música. Em seguida, receberam corações desenhados com um caminho, nos quais puderam

escrever ou compartilhar verbalmente seus desejos. Esses registros foram colados na árvore construída no encontro anterior, simbolizando o caminho da vida e a força do coração como guia.

5º Encontro – Convivência e pertencimento. Para o encerramento, trabalhou-se o trecho *“é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar”*. A proposta possibilitou retomar os aprendizados iniciais e estabelecer relação com a campanha do Setembro Amarelo, refletindo sobre a importância da convivência, da comunidade e da rede de apoio. A vivência contou com a brincadeira “pega o rabo”, em que equipes precisavam proteger e conquistar o lenço do grupo adversário, simbolizando cuidado e coletividade. Na sequência, realizou-se o quebra-cabeça de coração, composto por trechos da música, como forma de síntese dos temas trabalhados. Para finalizar, cada participante personalizou uma blusa com a marca das mãos de outras participantes, reforçando a mensagem de que ninguém está sozinho e que a vida em grupo fortalece.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A realização dos cinco encontros possibilitou resultados significativos no fortalecimento da convivência, da identidade e da autoestima dos participantes. Observou-se um engajamento crescente do grupo, que se apropriou das atividades propostas e passou a se reconhecer como sujeito de direitos, com trajetória de vida marcada por aprendizagens e transformações.

Entre os principais resultados alcançados, destacam-se o resgate da memória e da identidade, em que os idosos compartilharam lembranças e experiências marcantes de diferentes fases da vida, compreendendo a identidade como algo em constante metamorfose, fruto de relações e vivências diversas; a perspectiva de futuro, ao refletirem sobre desejos e sonhos, os idosos resgataram projetos de vida e redescobriram a importância de ouvir seus próprios desejos, alimentando expectativas de novas experiências e realizações; o fortalecimento dos vínculos, a partir da participação nas rodas de conversa, nas dinâmicas e nos jogos coletivos, que estimulou a interação entre eles, favorecendo a empatia, a solidariedade e o sentimento de comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 09 de julho de 2024.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



SERVIÇOS

LAR BELAS: UM ESPAÇO DE BELEZA DENTRO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA III

Ursula Souza Campanaro

Juliana Sales Nascimento

Michela da Cunha Coelho Sobrinho Damasceno

Sonia Aparecida da Silva Carmo

Carla Letícia Santos da Silva Quaresma

APRESENTAÇÃO

O Abrigo para População em Situação de Rua III, localizado na Rua Paulino Muller, Nº 403, Ilha de Santa Maria – Vitória, integra o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) de Vitória/ES como um serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade e está vinculado à Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (GAC), da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

O Abrigo, acolhe pessoas adultas em situação de rua sem possibilidade de reinserção comunitária ou familiar a curto prazo, e/ou com impossibilidade de sobreviver com autonomia. Atualmente, encontra-se acolhidas 15 usuárias do sexo feminino, maiores de 18 anos com histórico de situação de rua e diagnósticos de transtorno mental, neurológico ou outras deficiências incapacitantes, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Dentro deste serviço de acolhimento, almeja-se o acesso e garantia de direitos, bem como a reinserção comunitária e/ou familiar, ainda que pouco provável, e na impossibilidade estimula-se a manutenção do vínculo familiar, convívio social e comunitário, qualidade de vida, desenvolvimento de habilidades, autonomia, autoestima, entre outros.

Justificativa: A história de vida da população em situação de rua (PSR) é marcada por perdas de vínculos, rupturas, desemprego, exclusão social e envolvimento, como produtora ou alvo, com atos violentos e criminosos (BRASIL,2012). Paralelo a isso, observa-se no cotidiano e história de vida das acolhidas, possivelmente da maioria da população em situação de rua, vivências de preconceito, discriminação pela condição ou aparência física, o que pode resultar em impedimento de frequentar e participar de eventos ou locais (BRASIL,2008).

As causas da perda dos hábitos de autocuidado pela população de rua podem ser em decorrência de vários fatores, como a falta de acesso a recursos como banheiros públicos, água, materiais de higiene, violências, traumas, agravados por problemas de saúde mental e dependência química. Além disso, a invisibilidade e o tratamento desumano sofrido por essa população impactam diretamente na autoestima levando a perda da motivação pelo autocuidado.

Ao serem inseridas no acolhimento, as acolhidas continuaram apresentando apatia em relação ao autocuidado e autoestima, apesar de ter garantido acesso a material de higiene, local adequado a higienização, bem como suporte para realizá-los quando ausente a habilidade em razão de alguma incapacidade.

Logo, a partir dessa observação e análise, a equipe avaliou a necessidade de criar um espaço dentro do serviço que contribuísse para o resgate da autoestima e valorização da imagem pessoal, desenvolvimento da habilidade de autocuidado, estimulando também a conscientização, necessidade e importância de hábitos saudáveis de higiene e cuidado pessoal, surgindo assim, o espaço de beleza LAR Belas.

OBJETIVOS

Estimular hábitos saudáveis de higiene e cuidado pessoal, desenvolvimento de habilidades do autocuidado, bem como resgate da autoestima e imagem pessoal das acolhidas do Abrigo III.

METODOLOGIA

O espaço LAR Belas foi estruturado após estudo da equipe e alinhamento com as diretrizes das políticas públicas, considerando as características desta população e busca responder às suas necessidades das usuárias da casa.

Foi planejado e organizado um espaço dentro do Abrigo III, semelhante à de um salão de beleza, contendo penteadeira com espelho, escovas, pentes, lavatório para cabelo, cadeira “de manicure”, armário com secador e prancha de cabelo, esmaltes, itens de maquiagem, bijuterias, shampoo, condicionador, creme entre outros. Todos os itens citados acima, foram adquiridos através de doação de lojas do território, de funcionários e parceiros e adaptação de itens providos pela Prefeitura de Vitória.

No Espaço LAR Belas são realizadas oficinas com as acolhidas, incentivando e reforçando a importância da higiene pessoal, cuidado de si, autoimagem e elevação da autoestima. Nas oficinas, trabalhamos com hidratação e lavagem dos cabelos, higienização e esmaltação das unhas, realização de penteados e maquiagens para o dia a dia e eventos.

As acolhidas são estimuladas diariamente a utilizar o espaço, inclusive promovendo o autocuidado entre si, proporcionando o desenvolvimento da habilidade do autocuidado, onde elas são as modelos.

O espaço de beleza também proporciona um ambiente acolhedor para diálogo e relatos de vivências pessoais entre as acolhidas sempre acompanhadas de um técnico. O ambiente permite treinar habilidades sociais em relação a tempo de espera para atendimento, comunicação, convivência e respeito.

RESULTADOS ALCANÇADOS E METAS DEFINIDAS E QUANTIFICADAS ATRAVÉS DE INDICADORES

Através da implementação desse espaço e realização das oficinas, observou-se um avanço significativo no comportamento das acolhidas no que se refere ao cuidado e higiene pessoal, resgate da autoestima e autoaceitação. Com isso, houve aumento de demanda por utilizar os serviços de

cuidado e beleza no território, especificamente serviço de depilação, selagem, corte de cabelo, manicure entre outros.

Além disso, a utilização do espaço já faz parte da rotina diária das acolhidas, que utilizam de forma espontânea o espaço para lavar e pentear o cabelo e para se produzirem para as saídas programadas ou livres.

A independência para realizar tais tarefas também é um resultado nítido da implementação do espaço LAR Belas, pois a maioria das acolhidas não tinha o hábito nem a destreza para pentear os cabelos. A conquista por essa habilidade é demonstrada na satisfação em fazer em si e no próximo deixando evidente a superação.

Outro fator positivo a implementação do espaço, é o avanço de uma acolhida autista, nível 3 de suporte, que anteriormente se desregulava nos momentos de autocuidado, atualmente apresenta satisfação em permitir as ações de cuidado e higienização, além de massoterapia, manicure entre outros.

O trabalho realizado impactou diretamente no convívio social das acolhidas com a comunidade, elas ganharam visibilidade, pois a comunidade percebeu mudanças na apresentação da imagem e comportamento social delas. A comunidade tem expressado cada vez mais de forma positiva sobre as acolhidas, recepcionando-as de forma respeitosa nos estabelecimentos comerciais e outros locais que frequentam.

Nesse sentido, podemos dizer que o espaço LAR Belas tem contribuído para a superação do estigma e preconceito vivenciado pelas acolhidas do Abrigo 3.

O espaço LAR Belas também proporcionou a realização de uma ação em alusão ao dia da Mulher, com a participação de vários profissionais de forma voluntária, que ofertaram atendimento de corte de cabelo, limpeza de pele, massoterapia, auriculoterapia, esmaltação das unhas entre outros. A ação teve 100% de adesão das usuárias que demonstraram muita satisfação com a ação e serviços prestados pelos profissionais.

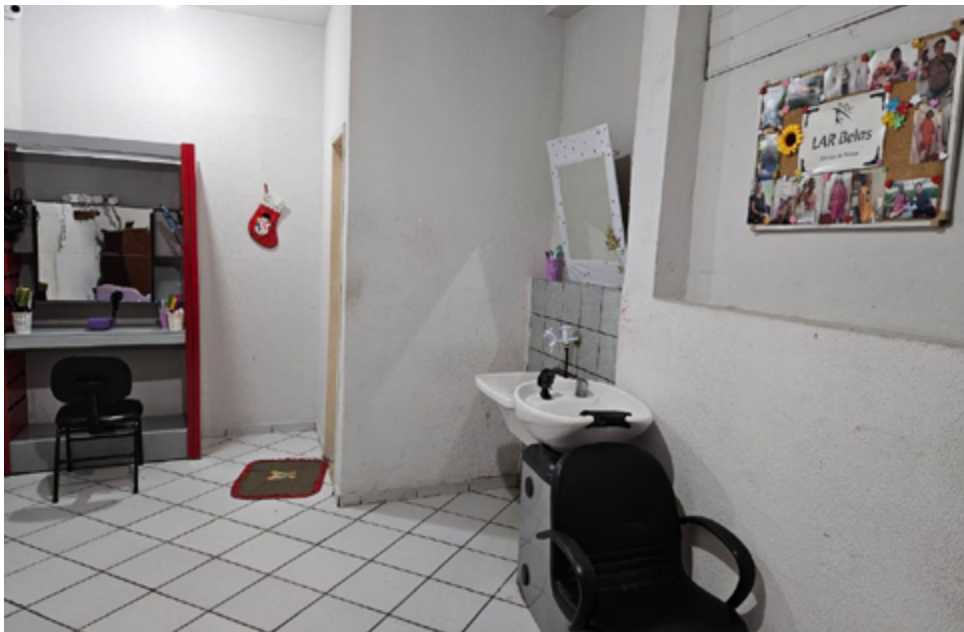
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua**. Brasília: MS, 2012. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

REGISTROS FOTOGRÁFICOS





BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PROGRAMAS

PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA MAIS CAMINHOS

Alessandra Luzia da Gama Cotta

Ellen Ramalho da Cunha

Ivone da Silva Almeda Silveira

Klindia Ramos Barcelos

Neuza do Carmo Jacinto

Tharles de Oliveira Silva

Vanessa de Lima Zanon Gama Cotta

APRESENTAÇÃO

O Programa de Inclusão Produtiva, executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Presidente Kennedy desde 2022, tornou-se política pública municipal pela Lei nº 1.707/2023, e tem como foco a geração de renda, autonomia e inclusão prioritária de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, especialmente inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e beneficiárias de programas socioassistenciais e do Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Trata-se da única política de qualificação profissional do município, que articula trabalho, emprego e renda. Apesar de ser um município de pequeno porte, com população estimada de 14.852 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,657 (2010), Presidente Kennedy apresenta Produto Interno Bruto (PIB) per capita elevado (R\$ 580.174,17 em 2021) devido aos royalties do petróleo. Em setembro de 2025, o CadÚnico registrava 3.930 famílias, das quais 1.587 (cerca de 40,4%) eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Nesse contexto, o Programa se consolida como estratégia fundamental do município, voltada ao fortalecimento da proteção social, ao incentivo do protagonismo das famílias e à ampliação de sua autonomia no enfrentamento das vulnerabilidades.

JUSTIFICATIVA

Considerando o expressivo número de beneficiários do Programa Bolsa Família e do Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), bem como as garantias da Constituição Federal, que assegura educação, trabalho e assistência como direitos fundamentais (art. 6º) e define a integração ao mercado de trabalho como objetivo da assistência social (art. 203, III), além da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que também reforça a integração produtiva (art. 2º), o Programa Mais Caminhos foi instituído para efetivar esses direitos, promovendo autonomia financeira dos usuários da rede socioassistencial.

OBJETIVOS

O Programa tem como objetivo promover a inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, estimulando sua inserção e reinserção no mercado de trabalho, na economia formal e no empreendedorismo, por meio de qualificação, capacitação e readequação profissional, além de fomentar a criação de arranjos produtivos e alternativas de geração de trabalho e renda. Sua atuação prioriza famílias usuárias da Política Municipal de Assistência Social e do Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com atenção especial àquelas inscritas no CadÚnico e usuárias de serviços, projetos, programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais.

METODOLOGIA

O Programa de Inclusão Produtiva Mais Caminhos é executado de forma organizada e estruturada, contemplando três fases que impulsionam o desenvolvimento de ações voltadas ao 'Desenvolvimento Humano', à 'Capacitação Profissional' e à 'Orientação para Geração de Trabalho e Renda':

Na Fase 1 – Desenvolvimento Humano, sob coordenação da SEMAS e em articulação com gestores, equipes socioassistenciais, serviços, programas e projetos da secretaria, busca-se identificar e mobilizar o público-alvo para sua inclusão nas ações que promovem autonomia e integração social e produtiva. Essas ações são descentralizadas e contam, especialmente, com a atuação estratégica do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), do Programa Municipal de Segurança e do Centro de Referência à Mulher em Situação de Violência (CRAM), que acolhem, orientam e sensibilizam os usuários sobre os objetivos, etapas e expectativas do Programa, fortalecendo vínculos e promovendo engajamento desde o início.

Nesta etapa, também são desenvolvidas atividades de 'Fortalecimento de Competências e Preparação para o Trabalho', com base nas diretrizes do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) e no Plano de Inclusão Produtiva Mais Caminhos, na qual são ofertadas oficinas, encontros e atividades formativas que estimulam a descoberta de interesses, habilidades e potencialidades, favorecendo o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, que fortalecem o protagonismo e a inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

A partir do perfil, necessidades e potencialidades identificadas, as equipes socioassistenciais encaminham os usuários à equipe técnica direta do programa, e promovem a 'Conexão com Oportunidades e Recursos do Território', bem como o 'Acompanhamento Continuado', por meio de um processo sistemático de monitoramento da trajetória dos usuários, pautado na escuta ativa e no atendimento das demandas emergentes. Deste modo, busca-se assegurar a articulação com a rede de proteção social, garantindo a permanência e o sucesso dos participantes ao longo das etapas do Programa.

Na Fase 2 – Capacitação Profissional, a SEMAS desenvolve ações voltadas à ampliação das oportunidades de trabalho, renda e autonomia de indivíduos e famílias. Para tanto, são ofertadas oficinas e cursos de qualificação em diversas áreas, que proporcionam aos beneficiários conhecimentos, requalificação e atualização profissionais alinhados às demandas do mercado de trabalho, tanto local quanto regional. Além disso, os participantes têm acesso à formação continuada, voltada ao fortalecimento de competências técnicas e habilidades práticas, favorecendo a empregabilidade e o empreendedorismo.

O Programa Mais Caminhos vai além da qualificação profissional ao fomentar arranjos produtivos locais, ampliando oportunidades de geração de renda por meio da participação dos beneficiários em feiras e eventos, especialmente os promovidos pela Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, favorecendo a comercialização de produtos e a autonomia financeira destes.

Outra iniciativa desta fase é o apoio destinado a mulheres com dependentes e sem rede de suporte, que antes encontravam dificuldades para ingressar ou permanecer nos cursos de capacitação devido à ausência de alternativas de cuidado. Para atender a essa demanda, foi criado um espaço lúdico e de convivência, onde, enquanto as responsáveis familiares participam das capacitações, seus dependentes são atendidos em oficinas recreativas conduzidas por profissionais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Por meio da adoção desta estratégia, buscou-se reduzir a evasão, aumentar significativamente a adesão das mulheres às ofertas do programa e, conseqüentemente, fortalecer o processo de conquista da autonomia financeira.

Além das estratégias já mencionadas, a SEMAS adquiriu, por meio de processo licitatório, kits empreendedores para estimular a atuação de egressos dos cursos de gastronomia e beleza. Destaca-se ainda a parceria com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), que possibilitou a inserção de participantes no Fomento Rural do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), garantindo benefício financeiro e acompanhamento técnico para o fortalecimento de projetos produtivos dos beneficiários.

Já na Fase 3- Orientação para Geração de Trabalho e Renda, em articulação com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDES), por meio do Núcleo de Incubação do Programa Mais Caminhos, são desenvolvidas ações que oferecem aos egressos dos cursos de capacitação, com perfil empreendedor, subsídio financeiro, conhecimentos necessários para geração de trabalho e renda.

RESULTADOS ALCANÇADOS METAS DEFINIDAS E QUANTIFICADAS ATRAVÉS DE INDICADORES

Desde a implantação do Programa Mais Caminhos, mais de 950 usuários já foram beneficiados, e novas estratégias estão sendo implementadas para ampliar a adesão de um contingente ainda maior da rede socioassistencial. Os resultados são acompanhados por meio de formulários e relatórios avaliados continuamente, comprovando a efetividade do programa. Dada sua relevância, na edição XII 2023-2024 do Prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora o programa foi vencedor estadual na categoria Inclusão Produtiva e finalista na etapa nacional, servindo de inspiração para outros municípios comprometidos com a geração de renda e a conquista da autonomia dos usuários da política de assistência social.

Para a execução do Programa Mais Caminhos, são utilizados recursos financeiros, que incluem materiais de consumo e permanentes, além do aluguel do espaço, que conta com sala, auditório e estrutura gastronômica, e recursos humanos, divididos em equipe direta e indireta. A equipe direta é composta por um Secretário-Executivo, responsável pelo apoio administrativo, técnico e organizacional; uma Psicóloga, uma Assistente Social e uma Pedagoga, que atuam tecnicamente por meio de atendimentos individuais e grupais, acompanhamento e encaminhamentos para a rede, favorecendo a inserção ou reinserção no mercado de trabalho. A equipe indireta inclui Psicóloga e Assistente Social que atuam na Regulação do SUAS, oferecendo suporte técnico que contribui para o aprimoramento contínuo do programa.

A iniciativa, graças às articulações com instituições parceiras que contribuem para as ofertas de capacitação, apresenta custo favorável em relação à efetividade das ações, sendo que os resultados qualitativos obtidos nas fases do programa superam amplamente os recursos investidos. Entre os principais parceiros destacam-se: Governo do Estado do Espírito Santo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper); Rede Mulher Empreendedora (RME); Instituto Embelezze (Cachoeiro) e Profissionais da sociedade civil.

INTERSETORIALIDADE

O Programa Mais Caminhos é executado de forma articulada com toda a rede socioassistencial e demais políticas públicas do território, com destaque para as seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDES); Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SEMUCTEL): disponibiliza infraestrutura para eventos que funcionam como canais de comercialização; e Secretaria Municipal de Educação (SEME): oferece apoio com transporte para acesso dos usuários às iniciativas de capacitação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. **Relatório de Programas e Ações: Presidente Kennedy (ES)**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=320430&aM=0>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Acessuas Trabalho**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Acessuas.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

PRESIDENTE KENNEDY (Município). **Lei nº 1.707, de 20 de julho de 2023**. Dispõe sobre a criação do Programa de Inclusão Produtiva no Município de Presidente Kennedy e dá outras providências. Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, Presidente Kennedy, ES, 2023. Disponível em: <https://pm-kennedy-legislacao.s3.sa-east1.amazonaws.com/Arquivo/Documents/legislacao/image/L17072023.pdf> Acesso em: 22 set. 2025.

PRESIDENTE KENNEDY (Município). **Resolução nº 21, de 1º de fevereiro de 2024**. Aprova o Plano Municipal de Inclusão Produtiva Urbana e Rural do Município de Presidente Kennedy - ES e dá outras providências. Conselho Municipal de Assistência Social, Presidente Kennedy, ES, 2024. Disponível em: <https://pm-kennedy.s3.sa-east1.amazonaws.com/uploads/documento/20240201091447-resolucao-n-21-aprova-o-plano-municipal-de-inclusao-p.pdf>. Acesso em: 22 set. 2025.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PROGRAMAS

ELEVAÇÃO DO ÍNDICE DE BENEFICIÁRIOS DO BPC INSCRITOS NO CAD POR MEIO DA BUSCA ATIVA - CAD EM MOVIMENTO

Jean Pylro Lopes Krüger

Ozinete Leite Languer

Marilene De Sousa Barros Stein

APRESENTAÇÃO

O município de Domingos Martins, localizado na Região Serrana do Estado do Espírito Santo, possui uma área territorial de 1.229.210 Km² e está a 43 km da capital, Vitória. A divisão do município compreende sete distritos: Sede, Melgaço, Paraju, Aracê, Santa Isabel, Biriricas e Ponto Alto.

De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, a população estimada do município é de aproximadamente 38.236 habitantes. Dados do Censo de 2022 apontam que 62% da população residem na zona rural, enquanto 32% vivem na zona urbana, evidenciando o caráter predominantemente rural da região.

Observa-se que, das 4.753 propriedades agrícolas existentes na região, cerca de 90% são de pequeno porte com predomínio da agricultura familiar. Verifica-se, ainda, a presença significativa de famílias que trabalham sob regime de parceria ou comodato, como meeiros. Esse tipo de vínculo, em alguns casos, tem contribuído para o processo de vulnerabilidade socioeconômica de determinadas famílias rurais.

No âmbito da política de assistência social, conforme dados atualizados de agosto de 2025, 4.404 famílias estão inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). Dentre estas 342 famílias recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e apenas 3 ainda não estão inscritas no CadÚnico.

A coordenação municipal do CadÚnico e do PBF estão situados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Sede do município.

Atualmente, a equipe responsável pela execução das ações do CadÚnico e PBF é composta por sete pessoas, sendo, uma coordenadora, cinco entrevistadores/operadores, e um motorista. Com o objetivo de ampliar o acesso da população aos serviços socioassistenciais, os atendimentos foram descentralizados em três localidades: CRAS da Sede, CRAS de Ponto Alto e Polo de Atendimento em Pedra Azul.

O atendimento às famílias interessadas no ingresso ao BPC ocorre por demanda espontânea, encaminhamento da rede e principalmente por meio de visita domiciliar.

JUSTIFICATIVA

A Assistência Social, conforme estabelece a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), é uma política pública garantidora de direitos, voltada à proteção de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco, promovendo a equidade, a cidadania e a dignidade humana. Uma das principais seguranças ofertadas por essa política é a segurança de renda, assegurada por meio de programas e benefícios socioassistenciais, como o BPC, voltado a pessoas idosas com, no mínimo 65 anos ou mais e pessoas com deficiência, cuja renda per capita familiar seja inferior a 1/4 do salário mínimo vigente.

A equipe do CadÚnico e PBF do município propôs a realização do projeto CAD em Movimento, neste contexto com foco específico na ampliação do acesso ao BPC por meio de ações de busca ativa e descentralização do atendimento. A iniciativa está organizada em três grandes frentes de trabalho, sendo:

A primeira frente consiste em ações de articulação intersetorial e orientação junto aos profissionais das áreas da saúde (BPC PCD), educação (BPC na Escola) e assistência social, bem como às próprias famílias, com o objetivo de divulgar informações sobre os critérios de elegibilidade, funcionamento e importância de manter o CadÚnico atualizado como pré-requisito para o acesso ao BPC. Essa sensibilização busca ampliar o olhar técnico dos profissionais da rede e fortalecer o papel das famílias como protagonistas no acesso aos seus direitos.

A segunda frente concentra-se na informação e mobilização das famílias em situação de vulnerabilidade, sobretudo aquelas residentes na zona rural, com histórico de exclusão social, dificuldade de acesso a transporte. Famílias compostas por trabalhadores rurais, agricultores familiares com idosos e pessoas com deficiência que, por falta de conhecimento ou orientação adequada, ainda não acessaram o BPC, embora se enquadrem nos critérios do benefício.

Por fim, a terceira frente de trabalho envolve a realização de atendimentos descentralizados e ações de busca ativa nos territórios, considerando a ampla extensão geográfica do município e os obstáculos de locomoção enfrentados por essa população. Essas ações visam levar o serviço até quem mais precisa, superando barreiras geográficas e informacionais que dificultam o acesso.

Além de responder a uma necessidade concreta da população, o projeto se configura como uma ação estratégica de fortalecimento da política de Assistência Social no município. Ao promover o acesso ao BPC de forma ativa e planejada, o CAD em Movimento contribui diretamente para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ao garantir a vigilância socioassistencial, fortalecer a proteção social básica e qualificar a gestão do território com foco na equidade.

Portanto, a implementação desta iniciativa reafirma o papel da Assistência Social como política pública essencial, voltada à promoção de direitos, e reforça o compromisso do município de Domingos Martins com a inclusão social, a justiça distributiva e a consolidação do SUAS no território.

OBJETIVOS

Considerando a realidade vivenciada pela população idosa e com deficiência do município, bem como os desafios identificados na implementação das ações voltadas à ampliação do acesso ao BPC, foram estabelecidos os seguintes objetivos: Realizar em domicílio a inclusão e atualização cadastral das famílias, garantindo a fidedignidade das informações registradas e fortalecendo a base de dados do CadÚnico; Cumprir as metas pactuadas com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome de incluir todas as famílias beneficiárias do BPC realizando busca ativa; Descentra-

lizar os atendimentos e levar os serviços até as comunidades, assegurando o acesso à política pública mesmo em regiões com limitações de transporte e infraestrutura; Incluir os cadastros do público alvo que apresentam demanda espontânea ou que são encaminhados pelas equipes do SUAS e rede intersectorial, alcançando a meta de 100%; Realizar reuniões constantes com as famílias beneficiárias para instruir sobre a importância da atualização cadastral e outras informações sobre o funcionamento do CadÚnico e demais Programas Sociais.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para a implementação desta prática fundamenta-se nos princípios da política pública de Assistência Social, especialmente na perspectiva da territorialização, da intersectorialidade e da centralidade na família. As ações previstas foram organizadas com base em dados, escuta qualificada e articulação entre diferentes serviços, com o objetivo de garantir a ampliação do acesso ao BPC. Para isso, foram executadas as seguintes estratégias: Visita domiciliar realizada pela equipe do CadÚnico e PBF; Mutirão de visitas domiciliares além da carga horária do contrato de trabalho e/ou aos sábados; Atendimentos descentralizados no interior e nas comunidades distantes; Atendimentos descentralizados em ações públicas e privadas (ex. Dia de Cidadania e CRAS Itinerante); Entrevista cadastral nos CRAS e pontos de atendimentos descentralizados; Reuniões com os municípios acerca do BPC; e Reuniões com a rede intersectorial de Domingos Martins: Assistência Social, Educação e Saúde.

RESULTADOS ALCANÇADOS E METAS DEFINIDAS E QUANTIFICADAS ATRAVÉS DE INDICADORES

Para a realização das atividades citadas neste projeto, contamos com recursos do PROCAD SUAS e Índice de Gestão Descentralizada (IGDPBF), bem como recursos próprios da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social no que tange à folha de pagamento de servidores que atuam nas visitas e ações.

Registra-se também que foram estabelecidas parcerias intersectoriais com Educação, Saúde e Assistência, o que contribui bastante para o bom andamento das atividades.

A realização de mutirões aos sábados foi outro fator de destaque, uma vez que as famílias são encontradas em casa fazendo suas tarefas domésticas. Por fim, as diversas ações realizadas como os mutirões, além da participação em eventos itinerantes de cidadania promovidos por diferentes setores públicos e privados contribuíram diretamente para os resultados alcançados. A descentralização dos atendimentos possibilitou maior alcance territorial, refletindo positivamente na Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do município. Observa-se um aumento da TAC e no quantitativo de beneficiários do BPC, passando de 302 (agosto 2024) para 342 (agosto 2025), sendo 222 pessoas com deficiência e 120 pessoas idosas.

Portanto, a inclusão e atualização do CadÚnico mostra-se essencial não apenas para garantir a continuidade do BPC como também a inserção do benefício e nos demais programas sociais voltados à promoção da cidadania e à superação das situações de desproteção social fortalecendo vínculo com a rede, evitando perdas de direitos e contribuindo para uma gestão mais eficaz das políticas públicas. Assim, reforça-se a necessidade de ações contínuas de sensibilização, orientação e acompanhamento das famílias, como estratégia central para a efetivação de direitos.

INTERSETORIALIDADE

Os trabalhos intersetoriais contaram com a parceria das áreas de saúde, educação e assistência social para sensibilizar e buscar ampliar o olhar técnico dos profissionais da rede fortalecendo o papel das famílias como protagonistas no acesso aos seus direitos. Os profissionais tiveram grande apoio das comunidades e Igrejas para a divulgação das ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. **Domingos Martins (ES) – Cidades e Estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/domingos-martins.html>>. Acesso em: 26 set. 2025.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADÚNICO (SAGICAD). **VIS Data 3 – Data Explorer**. Disponível em: <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>>. Acesso em: 30 set. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Cadastro Único para Programas Sociais.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PROGRAMAS

AVALIAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR E DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA VIX + CIDADANIA DA CIDADE DE VITÓRIA/ES

Alessandra Rodrigues Garcia

Cristhiany Miranda Macedo

Eliana Cirilo Almeida Vila Nova

Geisa Oliveira Lima

Jéssyka Sousa Mathielo

Luana Marvila Moraes

Paula Regina Lemos de Almeida Campos

Roseane Pimentel Rhodes Gonçalves Fernandes

Sara Rodrigues Alves

Victoria Natália dos Santos Ferreira

APRESENTAÇÃO

Em 2018, a Secretaria de Assistência Social de Vitória reformulou o modelo de distribuição de cestas básicas, criando o Programa Vix + Cidadania, que substituiu as cestas por cartões de vale-alimentação. O programa tem como objetivos garantir renda mínima às famílias em situação de pobreza, ampliar o acesso à alimentação, reduzir desigualdades, fortalecer vínculos familiares e comunitários e promover a soberania alimentar por meio da autonomia na escolha dos alimentos.

Com investimento de R\$ 13,6 milhões, o programa alia o repasse financeiro a ações de Educação Alimentar e Nutricional, estimulando hábitos saudáveis e fortalecendo o comércio local. Atualmente, mais de 4 mil famílias recebem o benefício, equivalente a 8,67% do salário mínimo per capita.

Entre os desafios enfrentados estão: cobrança de taxas ilegais por comerciantes, número limitado de estabelecimentos credenciados e a necessidade de incluir feirantes para ampliar o acesso a alimentos naturais e da agricultura familiar.

A iniciativa reforça o compromisso do poder público em promover segurança alimentar e nutricional, combater a fome e assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada, conforme a Constituição e a Lei nº 11.346/2006.

JUSTIFICATIVA

A alimentação adequada é condição essencial para a promoção e a proteção da saúde, sendo reconhecida como um fator determinante e condicionante da situação de saúde de indivíduos e coletividades (BRASIL, 1990).

Como pilares fundamentais para o ato de alimentar-se, devem ser considerados: a presença de alimentos em qualidade e quantidade suficientes, além do acesso de forma regular (RANGEL, 2016). Quando se considera a população em vulnerabilidade social, o acesso econômico ao alimento pode ser prejudicado em face da ausência ou precariedade de renda. Além disso, o acesso a informações confiáveis sobre o tipo de alimentos, a origem e higienização destes também podem ser limitadas.

Dessa forma, a realização de um diagnóstico de SAN com o público beneficiário do Programa pode contribuir para identificar as situações em que o Programa tem contribuído para a superação dessas fragilidades e onde é necessário pensar alternativas ou reforço para aumentar a segurança alimentar e nutricional da população. Não obstante, nos últimos cinco anos, só foi possível identificar apenas uma pesquisa no município de Vitória voltada para a questão da insegurança alimentar, realizada pelo Centro Universitário Salesiano, com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, revelando a necessidade em pesquisas voltadas para este campo.

OBJETIVO GERAL

Realizar diagnóstico situacional do consumo alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional dos beneficiários domiciliados do Programa Vix + Cidadania.

METODOLOGIA

O estudo, de abordagem quantitativa e qualitativa, transversal, foi realizado com indivíduos a partir de 18 anos, beneficiários do Programa Vix + Cidadania, residentes em Vitória/ES. Após aprovação ética, os participantes assinaram o TCLE. A coleta ocorreu entre setembro/2024 e fevereiro/2025, de forma presencial nos CRAS e CREAS dos 12 territórios socioassistenciais.

O questionário aplicado, estruturado em cinco blocos, investigou: perfil socioeconômico, consumo alimentar (com base no Guia Alimentar para a População Brasileira), impacto do Vix + Cidadania, triagem de insegurança alimentar (TRIA/EBIA) e estado nutricional (peso, altura e IMC segundo SISVAN e OMS).

Os dados foram coletados pela equipe da Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional (GSAN), com o apoio de acadêmicos do curso de Nutrição do Centro Universitário Salesiano - UniSales.

A amostra foi calculada pelo OpenEpi, considerando 4.227 famílias (excluindo população em situação de rua), resultando em 270 representantes familiares distribuídos proporcionalmente entre os territórios. A seleção foi por conveniência, contemplando beneficiários que acessaram os serviços da Semas no período.

Os dados foram organizados em Excel (2020) e analisados no software SPSS (versão 24), respeitando o desenho amostral.

RESULTADOS ALCANÇADOS E METAS DEFINIDAS E QUANTIFICADAS ATRAVÉS DE INDICADORES

A caracterização socioeconômica dos beneficiários do Programa Vix + Cidadania revelou elevada vulnerabilidade: 93,8% vivem com até um salário-mínimo, 69,2% estão desempregados, apenas 6,8% têm emprego formal, e a maioria é composta por mulheres (89,7%), solteiras (63,7%) e de cor parda ou preta (83,5%). Esses dados mostram a centralidade do programa para famílias em situação de pobreza extrema e desigualdade estrutural.

A maioria (74,3%) está no programa há mais de sete meses, e 89,7% relataram mudanças positivas no consumo alimentar, sobretudo aumento no consumo de proteínas (28,6%), frutas, legumes e verduras (21,9%), além de produtos de higiene e limpeza. Parte dos beneficiários (10,3%) não percebeu mudanças, apontando barreiras além do fator financeiro.

Os principais locais de compra são supermercados (47,9%), açougues/peixarias (19,9%) e distribuidoras de gás (11,7%), reforçando a priorização de itens básicos. Contudo, há desafios: cobrança de taxas ilegais (24,1%), preços diferenciados (22,8%) e limitada variedade nos estabelecimentos credenciados.

Quanto à qualidade da alimentação, 52,1% apresentaram padrão regular, 26% irregular e apenas 21,9% excelente, mostrando que o programa amplia o acesso, mas ainda não garante diversidade alimentar adequada.

O dado mais alarmante é que 74,7% das famílias estão em insegurança alimentar grave, 13,7% em insegurança leve e apenas 11,6% em segurança alimentar. Isso evidencia a fome como realidade predominante e a necessidade de políticas públicas complementares, que unam transferência de renda a ações estruturais de combate à pobreza e promoção da segurança alimentar e nutricional.

INTERSETORIALIDADE

O programa articula duas políticas nacionais fundamentais: a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), reforçando a natureza intersectorial das ações, que transitam entre o campo da assistência social e o da segurança alimentar.

Na gestão e operacionalização local – a intersectorialidade se concretiza por meio do Grupo Gestor, que envolve diferentes áreas do SUAS: Gerência de Atenção à Família, Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional, Gerência de Média Complexidade, Gerência de Gestão e Planejamento do SUAS, Coordenação de Transferência de Renda e Benefícios em conjunto com o Curso de Nutrição entro Universitário Salesiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; 19 set.

BRASIL, M. DA S. **Insegurança Alimentar na Atenção Primária à Saúde Manual de Identificação dos Domicílios e Organização da Rede.** Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). **Guia Alimentar para a População Brasileira Brasília:** MS; 2014. Brasil.

CASTRO, J. **Geografia da Fome.** Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

HONÓRIO, Olívia Souza. **Desertos e pântanos alimentares: uma avaliação conceitual, metodológica e ecológica.** 2023. 211 f. Tese (Doutorado em Saúde e Nutrição) - Escola de Nutrição, Universidade Federal de Ouro Preto, Escola de Nutrição, Ouro Preto, 2023. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/18139>. Acesso em 15 abr 2024.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



GESTÃO

AGENDA REGULATÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PRESIDENTE KENNEDY: AVANÇOS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA E NA PROTEÇÃO SOCIAL

Alessandra Luzia da Gama Cotta

Ellen Ramalho da Cunha

Este artigo apresenta a experiência da construção e implantação da Agenda Regulatória da Política de Assistência Social do município de Presidente Kennedy, no Espírito Santo, planejada para o biênio 2025–2026. A prática surge da necessidade de organizar os atos normativos municipais, dar maior segurança jurídica à gestão e qualificar os serviços socioassistenciais ofertados à população. A proposta não se restringe ao aspecto técnico, mas busca, acima de tudo, fortalecer a gestão democrática, a transparência administrativa e a proteção social aos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Presidente Kennedy é um município do litoral sul capixaba que carrega uma realidade marcada por contrastes. Ao mesmo tempo em que possui potencial econômico ligado à atividade petrolífera, ainda convive com altos índices de vulnerabilidade social, sobretudo em comunidades de baixa renda, áreas rurais e territórios dos povos tradicionais. Essas condições reforçam a importância de uma política de assistência social sólida, capaz de garantir proteção social e equidade no acesso aos serviços. É nesse cenário que nasce a Agenda Regulatória, instrumento pensado para organizar e atualizar as normativas locais e dar mais clareza às práticas da gestão e do trabalho social.

A ausência de normas claras e atualizadas fragiliza a política de assistência social, comprometendo tanto a qualidade da gestão quanto os direitos dos usuários. Sem instrumentos normativos consistentes, o trabalho dos profissionais se torna desigual, a oferta de serviços perde padronização e o controle social não encontra base suficiente para exercer seu papel.

Diante desse cenário, a Agenda Regulatória surge como recurso essencial para consolidar o SUAS em âmbito municipal, garantindo que a definição das diretrizes não se restrinja à gestão, mas envolva trabalhadores, conselheiros e usuários.

O setor da Regulação do SUAS, vinculado à Gerência do SUAS e regulamentado pela Portaria SEMAS nº 027/2024, desempenha papel central na implementação da Agenda, elaborando e aprimorando instrumentos normativos, além de realizar fiscalização, controle, avaliação e auditoria. Dessa forma, a Agenda Regulatória vai além de um instrumento técnico, fortalecendo o trabalho social, assegurando

a qualificação dos atendimentos na rede socioassistencial e garantindo a aplicação dos princípios da universalidade e integralidade, promovendo maior equidade e eficácia na política municipal de assistência social.

Ao estruturar a proposta, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), por meio do setor da Regulação do SUAS, define objetivos que vão desde a revisão das normativas existentes, passando pela produção de materiais técnicos para assessorar os trabalhadores e fortalecer o trabalho social nas proteções sociais básica e especial, até a criação de mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação. A intenção é construir um processo contínuo de atualização legal e institucional, assegurando mais eficiência à gestão, promovendo uma cultura administrativa baseada na transparência e incentivando boas práticas e ações que qualificam os atendimentos no SUAS. Desde o início, também se busca alinhar a iniciativa à Agenda 2030, contribuindo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Organizações das Nações Unidas) relacionados à erradicação da pobreza, à redução das desigualdades e ao fortalecimento de instituições eficazes e responsáveis.

A metodologia adotada é participativa e integrada, conduzida pela assistente social e pela psicóloga do setor da Regulação do SUAS, que atuam em conjunto com as funções de gestão para o desenvolvimento da agenda regulatória. Inicialmente, realiza-se um diagnóstico que permite levantar as principais demandas e desafios regulatórios enfrentados na gestão e na oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios. A partir desses dados, o Setor da Regulação do SUAS elabora um cronograma estratégico para a revisão, elaboração e publicação dos atos normativos prioritários, considerando critérios como urgência, conformidade com os marcos legais e impacto na população atendida, ao mesmo tempo em que produz instrumentos técnicos voltados à padronização da rede socioassistencial. A implementação da Agenda Regulatória é acompanhada por monitoramento contínuo, utilizando indicadores de conformidade, visitas técnicas às unidades, registro de não conformidades e relatórios periódicos, garantindo análise constante e aprimoramento das ações. Paralelamente, o processo está vinculado à política de Educação Permanente, assegurando capacitações específicas para que os trabalhadores do SUAS assimilem as novas orientações, fortalecendo a qualidade dos atendimentos e o trabalho social junto aos usuários e suas famílias.

Os resultados obtidos até o momento já demonstram a relevância da prática, evidenciada pelo conjunto expressivo de ações e instrumentos técnicos desenvolvidos pelo Setor da Regulação do SUAS. No âmbito das regulamentações, foram produzidos 47 atos normativos e técnicos, incluindo 12 leis, 22 portarias, 01 instrução normativa, 02 notas técnicas, 02 normas técnicas, 01 orientação técnica, 02 protocolos de gestão e 05 planos de trabalho. Em relação às ações que asseguram o cumprimento das regulamentações, destacam-se 04 ações de fiscalização e auditoria e 12 ações de controle e encaminhamentos, totalizando 16 iniciativas voltadas ao acompanhamento e monitoramento das normas. Dessa forma, somando regulamentações, assessoria, fiscalização e atividades complementares, o Setor desenvolveu 70 ações e instrumentos técnicos entre janeiro e setembro de 2025, demonstrando o alcance e a relevância do trabalho realizado, que assegura padronização, fortalecimento da gestão e ampliação do acesso à informação na rede socioassistencial.

Embora os avanços de 2025 já sejam expressivos, a Agenda segue em desenvolvimento até o final de 2026. Para este período, estão previstas novas revisões de atos normativos, elaboração de instrumentos técnicos adicionais, fortalecimento das auditorias internas, ampliação das assessorias normativas e criação de indicadores de desempenho mais robustos. A meta é consolidar, ao final do biênio, um modelo regulatório sustentável e replicável, capaz de assegurar segurança jurídica, eficiência administrativa e maior efetividade na política municipal de assistência social.

A construção da Agenda Regulatória se caracteriza pela forte intersectorialidade, sendo conduzida pelas técnicas do setor da Regulação do SUAS, que lideram o planejamento e a organização das atividades. No entanto, a implementação e efetivação das ações contam com a colaboração de diversos setores, em especial a Procuradoria e a Controladoria Municipais, a Câmara Municipal e os setores administrativos e de gestão da SEMAS. Esse arranjo intersectorial permite que a agenda se torne uma prática concreta, garantindo alinhamento jurídico, administrativo e político, promovendo maior integração entre as políticas públicas e impacto positivo para a população.

Pode-se afirmar, portanto, que a Agenda Regulatória de Presidente Kennedy é uma experiência inovadora e de grande impacto para a gestão municipal. Ao priorizar a transparência e o fortalecimento institucional, a prática não apenas organiza os atos normativos da política, mas também abre caminho para uma gestão mais democrática e para serviços socioassistenciais mais qualificados. É uma experiência que reafirma o compromisso do município com o SUAS e com o desenvolvimento social sustentável, mostrando-se plenamente replicável em outros contextos municipais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS).** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2004.

PRESIDENTE KENNEDY/ES. **Portaria SEMAS nº 027/2024, de 19 de março de 2024.** Dispõe sobre a atuação do setor da Regulação do SUAS.

PRESIDENTE KENNEDY/ES. **Secretaria Municipal de Assistência Social.** Agenda Regulatória da Política de Assistência Social – 2025/2026, Presidente Kennedy/ES, 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável,** Nova York, 2015.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



GESTÃO

CICLO REGULAMENTAR PMAS: ATOS NORMATIVOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Alessandra Luzia da Gama Cotta

Ellen Ramalho da Cunha

APRESENTAÇÃO

A prática desenvolvida pelo Setor de Regulação do SUAS, denominada Ciclo Regulamentar PMAS, consiste na implementação de um processo contínuo de regulação, elaborado e aplicado para assegurar o cumprimento das metas do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS 2022–2025). O Município de Presidente Kennedy, localizado no Estado do Espírito Santo, possui população estimada em 14.852 habitantes (IBGE, 2022), sendo classificado como de Pequeno Porte I. Apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,657 (2010) e Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 580.174,17 (2021), resultante, em grande parte, das receitas provenientes dos royalties do petróleo. O Município, contabiliza 3.930 famílias cadastradas no Cadastro Único, correspondendo a 9.096 pessoas, das quais 1.527 famílias vivem em situação de pobreza. Do total cadastrado, 1.587 famílias (4.253 pessoas) são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), enquanto 621 pessoas com deficiência e idosas são beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O Ciclo Regulamentar PMAS prevê a elaboração de projetos de lei, decretos, portarias, normas e notas técnicas, além de orientações técnicas e protocolos de gestão, com o objetivo de garantir o cumprimento das metas do Plano Municipal de Assistência Social. Para este relato, vamos destacar a elaboração e sanção de Projetos de Lei, devido à sua relevância na continuidade das ações socioassistenciais, assegurando que programas, serviços e benefícios sejam implementados de forma contínua, eficiente e com segurança jurídica, independentemente de mudanças na gestão.

JUSTIFICATIVA

A prática do Ciclo Regulamentar PMAS é fundamental para a consolidação do SUAS em Presidente Kennedy, pois assegura a implementação efetiva das metas do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS 2022–2025), garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais. Por meio da elaboração de projetos de lei, decretos, portarias, normas e protocolos de gestão, a prática organiza fluxos, define responsabilidades e estabelece parâmetros de monitoramento, oferecendo segurança jurídica e respaldo técnico aos profissionais e gestores do SUAS. A regulamentação em nível municipal é fundamental para garantir a continuidade e a eficiência da política pública, superando obstáculos decorrentes de mudanças de gestão ou interesses políticos, ao mesmo tempo em que respeita as especificidades do município e de seu território, em conformidade com os princípios da PNAS.

OBJETIVOS

Fortalecer a estrutura e a operacionalização do órgão gestor da política de Assistência Social, assegurando a implementação efetiva das metas do PMAS 2022–2025; promover a integração e o alinhamento entre serviços, programas e benefícios socioassistenciais, considerando as especificidades do território e das populações locais; garantir a continuidade das ações independentemente de mudanças de gestão; assegurar a participação social e o controle social; reforçar a transparência na gestão e na execução das políticas públicas; e oferecer respaldo técnico e segurança jurídica aos profissionais e gestores do SUAS.

METODOLOGIA

O PMAS 2022–2025 está dividido em quatro eixos¹ que organizam e orientam a implementação da política de assistência social do município, integrando gestão, participação social, monitoramento e fortalecimento da rede socioassistencial. O Ciclo Regulamentar PMAS é um instrumento permanente, estruturado em etapas. Etapa 1: monitoramento das metas do PMAS 2022–2025 para identificar lacunas ou insuficiências normativas. Etapa 2: análise das legislações federal, estadual e municipal para mapear lacunas legais que possam comprometer a execução das metas previstas. Etapa 3: elaboração de atos regulamentares; Etapa 4: encaminhamento dos atos ao Executivo, para análise da Procuradoria Geral e encaminhamento à Câmara de Vereadores; Etapa 5: após sancionada: divulgação e assessoria técnica; Etapa 6: monitoramento e avaliação (Etapa ainda em andamento).

RESULTADOS

Entre 2024 e 2025, o Setor de Regulação do SUAS implementou ações normativas estratégicas visando o cumprimento das metas do PMAS 2022–2025. No que tange à elaboração de Projetos de Lei relacionados ao Eixo I do PMAS, foram elaborados 3 (três) projetos, resultando na sanção de 3 (três) leis municipais (Lei nº 1.763/2024²; a Lei nº 1.803/2025³ e a Lei nº 1.722/2024⁴) correspondendo a uma taxa de aprovação de 100%. Essas leis garantem recursos humanos e financeiros, fortalecem a gestão e aumentam a eficiência da política de assistência social, complementadas por portarias normativas que regulamentam o PMAS. Para o Eixo II, foram elaborados quatro Projetos de Lei ainda em tramitação: PL Conselho PCD⁴; PL Conselho SAN⁵; PL Projeto Primeira Infância Cidadã – PIC⁶; e o PL Nomeação dos Membros dos Conselhos Municipais⁷. As ações do Eixo II fortalecem a participação social, ampliam a transparência e legitimidade dos conselhos municipais e asseguram eficiência e continuidade na

1 EIXO I - Gestão do Sistema Único de Assistência Social; EIXO II: Participação Popular, Controle Social e Transparência; EIXO III - Diagnóstico, Monitoramento e Avaliação como Eixos que Estruturam o Planejamento da Política e Assistência Social; e EIXO IV - Gestão de Serviços, Programas, Projetos E Benefícios Socioassistenciais.

2 Autoriza a Prorrogação de Contratos Temporários de Funções Públicas da Secretaria Municipal de Assistência Social em Caráter Emergencial e dá Outras Providências.

3 Cria funções públicas para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Secretaria Municipal De Assistência Social e dá outras providências.

4 Autoriza o recebimento de doação com encargos da Associação Brasileira da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Estado do Espírito Santo (SETADES) e dá outras providências.

5 Altera a Lei do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

6 Dispõe sobre a Formalização de Parceria entre o Município de Presidente Kennedy e a Organização Social AVANTE – Educação e Mobilização Social, visando à Execução do Projeto Primeira Infância Cidadã – PIC, e dá Outras Providências.

7 Dispõe sobre a Alteração da Forma de Nomeação dos Membros dos Conselhos Municipais Vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Presidente Kennedy/ES e dá Outras Providências.

gestão de programas, incluindo iniciativas voltadas à primeira infância. No âmbito do Eixo IV, com o objetivo de atender às metas estabelecidas, foram elaborados cinco projetos de lei, todos sancionados como leis municipais, a saber: Lei nº 1.754/2024⁸; Lei nº 1.755/2024⁹; Lei nº 1.776/2024¹⁰; a Lei nº 1.807/2024¹¹; e a Lei nº 1.818/2025¹². Essas legislações consolidam a política de assistência social ao assegurar proteção e efetivação de direitos para grupos prioritários, promovendo a inclusão de pessoas com deficiência e transtorno do espectro autista, ampliando a atenção à primeira infância, garantindo o acesso a benefícios de transferência de renda e instituindo programas destinados ao fortalecimento da convivência comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Entre 2024 e 2025, o Ciclo Regulamentar PMAS resultou na elaboração de 12 Projetos de Lei, com 8 sancionados e 4 em tramitação, alcançando uma taxa de aprovação de 66,6%. A prática fortaleceu a gestão municipal, ampliou direitos e consolidou a rede socioassistencial, operacionalizando o PMAS 2022–2025 com aplicabilidade prática e segurança jurídica, em conformidade com as diretrizes do SUAS. A execução contou com uma assistente social e uma psicóloga do Setor de Regulação, com recursos previstos na Lei Orçamentária Anual.

INTERSETORIALIDADE

O Setor de Regulação do SUAS atuou em articulação com diversos órgãos e políticas públicas, incluindo a Procuradoria Geral, a Câmara Municipal e secretarias como Educação, Saúde e Agricultura Familiar, garantindo a execução eficiente do ciclo normativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. **Relatório de Programas e Ações: Presidente Kennedy (ES)**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=320430&aM=0>. Acesso em: 20 set. 2025.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Lei nº 1.722, de 2024**. Doação com encargos da Igreja dos Santos dos Últimos Dias via SETADES/ES. Presidente Kennedy, ES, 2024. PRESIDENTE KENNEDY (ES). Lei nº 1.754, de 2024. Institui o uso do “Cordão de Girassol” para identificação de deficiências ocultas e a Campanha “Setembro Verde”. Presidente Kennedy, ES, 2024.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Lei nº 1.755, de 2024**. Dispõe sobre a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTÉA). Presidente Kennedy, ES, 2024.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Lei nº 1.763, de 2024**. Prorrogação emergencial de contratos temporários. Presidente Kennedy, ES, 2024.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Lei nº 1.776, de 2024**. Institui a Política Municipal pela Primeira Infância com diretrizes intersetoriais. Presidente Kennedy, ES, 2024. PRESIDENTE KENNEDY (ES). Lei nº 1.803,

8 Autoriza o Poder Executivo a Instituir o Uso do “Cordão de Girassol” como Instrumento Auxiliar de Orientação Para Identificação de Pessoas Com “Deficiências Ocultas” e a Campanha “Setembro Verde”, Dedicada à Defesa de Direitos das Pessoas com Deficiência, neste Município.

9 Dispõe sobre a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTÉA) e dá Outras Providências.

10 Institui a Política Municipal Pela Primeira Infância e dispõe sobre o Atendimento Intersetorial das Políticas Públicas e dá Outras Providências.

11 Altera a Lei Municipal Nº 861, de 28 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a Adesão ao Programa Bolsa Família (PBF) no Município de Presidente Kennedy/ES e dá Outras Providências.

12 Institui o “Programa Apadrinhar” e dá Outras Providências.

de 2025. Cria funções públicas para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e dá outras providências. Presidente Kennedy, ES, 2025.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Lei nº 1.807, de 2025.** Altera a Lei Municipal nº 861, de 28 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a adesão ao Programa Bolsa Família (PBF) no município de Presidente Kennedy/ES, para adequação às disposições da Portaria MDS nº 1.030, de 7 de novembro de 2024. Presidente Kennedy, ES, 2025.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Lei nº 1.817, de 2025.** Autoriza o recebimento de doação com encargos do Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria Estadual das Mulheres, e dá outras providências. Presidente Kennedy, ES, 2025.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Lei nº 1.818, de 2025.** Institui o “Programa Apadrinhar” e dá outras providências. Presidente Kennedy, ES, 2025.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Lei nº 1.824, de 2025.** Autoriza o Poder Executivo a realizar prorrogação de contratos temporários ativos de pessoal, em caráter emergencial por tempo determinado, realizados com base na Lei nº 1.585, de 15 de junho de 2022. Presidente Kennedy, ES, 2025.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Plano de Ação do Setor de Regulação do SUAS 2024–2025.** Presidente Kennedy: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2024.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Plano Municipal de Assistência Social 2022–2025.** Presidente Kennedy: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2022. Disponível em: <https://pm-kennedy.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/documento/20240419090457-plano-municipal-de-assistencia-social-2022-2025.pdf>. Acesso em: 4 out. 2025. PRESIDENTE KENNEDY (ES). Projeto de Lei. Altera a Lei do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Presidente Kennedy, ES, 2025.


PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Projeto de Lei.** Altera a Lei do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Presidente Kennedy, ES, 2025.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Projeto de Lei.** Altera a Lei nº 806/2009, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy e dá outras providências. Presidente Kennedy, ES, 2025.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Projeto de Lei.** Dispõe sobre a formalização de parceria entre o Município de Presidente Kennedy e a Organização Social Avante – Educação e Mobilização Social, visando à execução do Projeto Primeira Infância Cidadã – PIC, e dá outras providências. Presidente Kennedy, ES, 2025.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS




MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.818, DE 17 DE JUNHO DE 2025

INSTITUI O "PROGRAMA APADRINHAR" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE PRESIDENTE KENNEDY, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Institui o "Programa Apadrinhar", que dispõe sobre o processo de apadrinhamento de crianças e adolescentes acolhidos no âmbito institucional deste Município.

Art. 2º. O Programa tem como finalidade, através do apadrinhamento, proporcionar ajuda material, de prestação de serviços ou afetos às crianças e adolescentes em acolhimento institucional.


Art. 3º. O Programa será executado por equipe composta por 1 (um) Assistente Social e 1 (um) Psicólogo, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), além das disciplinas do Estado de Criança e do Adolescente (ECA), além da Comissão do Conselho Nacional de Justiça (CNIJ) e do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES) relacionados ao apadrinhamento de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Art. 4º. O Programa contará com as seguintes modalidades de apadrinhamento, baseado na necessidade da criança e do adolescente e na oportunidade das famílias:

- I - **Padrinho/Madrinha (devoção):** é aquele que visita regularmente a criança ou o adolescente, buscando a para passar finais de semana, feriados ou festas escolares em sua companhia, proporcionando-lhe a promoção social e afetiva, revelando possibilidades de convivência familiar e social saudáveis, que gerem experiências positivas;
- II - **Padrinho/Madrinha (prestador):** de serviços: consiste no profissional ou empresa que, por meio de ações de responsabilidade social junto às instituições, se cadastram para atender às crianças e aos adolescentes participantes do projeto, conforme sua especialidade de trabalho ou habilidade, apresentando um plano de atividades;

Página 1 de 4

RUA ÁTILA VIVACORA, Nº 79 - CENTRO - CEP: 26.120-000 PRESIDENTE KENNEDY - ESPÍRITO SANTO
FONE: FAX: (51) 3555-1190


MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.776, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024.

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA E DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I
PARTE GERAL

CAPÍTULO I
DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA


Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de Presidente Kennedy (PMPIK), como documento de planejamento transversal e multisetorial, elaborado em consonância com os princípios, as diretrizes e os objetivos das Leis Federais nº 8.080, de 13 de julho de 1990, e nº 13.257, de 08 de março de 2016, bem como do Plano Nacional pela Primeira Infância, em termos do Anexo Único, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. O Plano Municipal pela Primeira Infância terá vigência de 10 anos (2023 a 2033) e sua implementação se orientará nos seguintes eixos estratégicos:

- I – Direito à Assistência Social às famílias com crianças na primeira infância e o Sistema de Garantia de Direitos (SGD);
- II – Acesso à educação infantil e a maternalidade nas políticas públicas;
- III – Direito à Saúde de todas crianças;
- IV – Direito ao brincar, à cultura, ao lazer e ao esporte;

Página 1 de 15

RUA ÁTILA VIVACORA, Nº 79 - CENTRO - CEP: 26.120-000 PRESIDENTE KENNEDY - ESPÍRITO SANTO
FONE: FAX: (51) 3555-1190


MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.818, DE 17 DE JUNHO DE 2025

INSTITUI O "PROGRAMA APADRINHAR" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE PRESIDENTE KENNEDY, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Institui o "Programa Apadrinhar", que dispõe sobre o processo de apadrinhamento de crianças e adolescentes acolhidos no âmbito institucional deste Município.

Art. 2º. O Programa tem como finalidade, através do apadrinhamento, proporcionar ajuda material, de prestação de serviços ou afetos às crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Art. 3º. O Programa será executado por equipe composta por 1 (um) Assistente Social e 1 (um) Psicólogo, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), além das disciplinas do Estado de Criança e do Adolescente (ECA), além da Comissão do Conselho Nacional de Justiça (CNIJ) e do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES) relacionados ao apadrinhamento de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Art. 4º. O Programa contará com as seguintes modalidades de apadrinhamento, baseado na necessidade da criança e do adolescente e na oportunidade das famílias:

- I - **Padrinho/Madrinha (devoção):** é aquele que visita regularmente a criança ou o adolescente, buscando para passar finais de semana, feriados ou festas escolares em sua companhia, proporcionando-lhe a promoção social e afetiva, revelando possibilidades de convivência familiar e social saudáveis, que gerem experiências positivas;
- II - **Padrinho/Madrinha (prestador):** de serviços: consiste no profissional ou empresa que, por meio de ações de responsabilidade social junto às instituições, se cadastram para atender às crianças e aos adolescentes participantes do projeto, conforme sua especialidade de trabalho ou habilidade, apresentando um plano de atividades;

Página 1 de 4

RUA ÁTILA VIVACORA, Nº 79 - CENTRO - CEP: 26.120-000 PRESIDENTE KENNEDY - ESPÍRITO SANTO
FONE: FAX: (51) 3555-1190

GESTÃO

TECENDO SABERES NO CENTRO DE VITÓRIA/ES: A EXPERIÊNCIA DO IV SEMINÁRIO DA REDE INTERSETORIAL DO CENTRO DE VITÓRIA/ES

Cleudson Gonçalves Martins

Danielli da Silva Lima

Fabiula de Paula

Jhienifer Virginio Barbosa

APRESENTAÇÃO

O município de Vitória vivencia, nas últimas décadas, um processo acelerado de envelhecimento populacional. De acordo com dados do IBGE, sistematizados em documento da Prefeitura Municipal de Vitória (2025, em consulta pública), o número de pessoas idosas passou de 39.096 em 2010, equivalente a 12,04% da população total, para 64.805 em 2022, representando 20,07% da população geral. Esse crescimento de 65,8% em pouco mais de uma década demonstra uma transformação demográfica significativa, com impactos diretos nas políticas públicas e na organização da rede socioassistencial.

Ainda segundo o referido documento, destaca-se a região do Centro de Vitória, que concentra um dos maiores índices de envelhecimento: 147,76 pessoas idosas para cada 100 jovens de até 14 anos, índice próximo ao do Forte São João (150,09) e atrás apenas da região de saúde Continental (163,30). Considera-se que o Centro de Vitória apresenta características históricas, migratórias e demográficas particulares em relação ao processo de urbanização de outros municípios. Sendo bairro habitacional das famílias antigas da cidade, muitas permanecem no bairro, mantendo vínculos afetivos com a localidade e com a história da cidade (CASTIGLIONI, 2008). Esses dados evidenciam que o Centro de Vitória se configura como território prioritário para a implementação de ações voltadas à população idosa, demandando estratégias intersetoriais e específicas para lidar com os desafios do envelhecimento.

JUSTIFICATIVA

O cenário demográfico de Vitória evidencia um processo acelerado de envelhecimento populacional. Essa configuração territorial demanda práticas que contribuam para o fortalecimento das políti-

cas públicas voltadas à pessoa idosa, de forma integrada e articulada entre os diferentes setores. A concepção do seminário, *“Tecendo Saberes e Territórios: Relações Intergeracionais, Processos Inclusivos e Transversalidade”*, alinha-se a essa lógica, evidenciando os esforços e estratégias mobilizados por trabalhadores na dinamização de processos formativos intersetoriais. O evento reforça a importância de práticas articuladas, consolidando respostas conjuntas às demandas do envelhecimento populacional e promovendo a integração efetiva da rede no território.

Além disso, a iniciativa encontra respaldo na Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS), “a Educação Permanente no SUAS deve buscar não apenas desenvolver habilidades específicas, mas problematizar os pressupostos e os contextos dos processos de trabalho e das práticas profissionais realmente existentes, desenvolvendo a capacidade crítica, a autonomia e a responsabilização das equipes de trabalho para a construção de soluções compartilhadas” (BRASIL, p. 30, 2013). A PNEP/SUAS reconhece a centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais no aprimoramento da qualidade dos serviços, promovendo a construção coletiva de saberes e a integração intersetorial. Nesse sentido, o seminário atende às necessidades formativas identificadas no território e contribui para a efetivação dos princípios da educação permanente, fortalecendo a rede de proteção social e promovendo respostas integradas aos desafios.

OBJETIVOS

A quarta edição do Seminário da Rede Intersetorial do Centro de Vitória/ES teve como objetivo principal fortalecer a articulação e a integração entre as diversas políticas setoriais do território. A partir da análise das demandas locais, identificou-se a necessidade de aprofundar a discussão sobre a proteção e a promoção da qualidade de vida da pessoa idosa. Este evento foi, portanto, um espaço que se mostrou estratégico para o aperfeiçoamento das práticas profissionais e a qualificação dos serviços prestados à população.

Mobilizou-se trabalhadores da assistência social, saúde e educação, entre outras áreas, para um debate que vai além das fronteiras de cada política. O objetivo foi superar a fragmentação e construir uma visão sistêmica e integrada acerca das necessidades da pessoa idosa. A troca de experiências e conhecimentos entre os representantes das diferentes esferas de atuação é fundamental para aprimorar o fluxo de atendimento, garantindo uma resposta mais completa e eficaz às complexas demandas do envelhecimento.

O seminário também se propôs a aprofundar reflexões ético-políticas e metodológicas sobre o trabalho em rede. Acredita-se que a intersectorialidade não é apenas uma estratégia, mas uma premissa para a efetividade das políticas públicas. Ao reforçar o alinhamento técnico entre as unidades de serviço, busca-se assegurar que a atenção à pessoa idosa seja integral e contínua, potencializando o trabalho já realizado em cada política setorial.

METODOLOGIA

A concepção deste seminário, agora em sua 4ª edição, é uma resposta direta à necessidade de educação permanente manifestada pelos trabalhadores que compõem a rede de serviços públicos e privados do Centro de Vitória. A partir dos encontros mensais realizados no CRAS Parque Moscoso, emergiu a demanda por um aprofundamento teórico-metodológico em temas considerados indispensáveis para a qualificação do trabalho. Essa iniciativa se consolidou, ocupando um lugar fixo na agenda anual do território.

O tema escolhido para este ano, “Relações Intergeracionais, Processos Inclusivos e Transversalidade”, busca fortalecer a participação ativa e compromissada dos trabalhadores na qualificação de sua atuação direcionada à população idosa, promovendo um espaço seguro de debate interdisciplinar que favorece o aprimoramento dos saberes e das práticas profissionais, reconhecendo e valorizando as experiências, engajando os envolvidos em um diálogo horizontal e participativo.

Buscou-se estruturar a programação do IV Seminário da Rede Intersetorial do Centro de Vitória/ES, perspectivando a articulação de encontros entre trabalhadores integrantes da rede intersetorial local, através de “Mesa-Redonda”, Mostra de Trabalhos, Apresentação Cultural e Palestras. Em cada um destes momentos, evidenciou-se o protagonismo dos serviços na construção de discussões e na afirmação das potencialidades exploradas nos processos de trabalho com populações idosas, intencionando constituir um espaço que ressoasse as experiências socioeducativas exitosas no contexto desta temática, desenvolvidas por cada constituinte da rede municipal (práticas integrativas na Unidade Básica de Saúde, atividades intergeracionais nas escolas, no serviço de convivência e fortalecimento de vínculo - SCFV, nos serviços de proteção social básica e especial no domicílio para pessoas com deficiência e idosas - SAD e SEAD, nos serviços de proteção e atendimento integral à famílias e de atendimento especializado à famílias e indivíduos - PAIF e PAEFI, dentre outros serviços).

RESULTADOS ALCANÇADOS E METAS DEFINIDAS E QUANTIFICADAS ATRAVÉS DE INDICADORES

O seminário contou com a participação de aproximadamente 90 pessoas envolvidas na construção da rede intersetorial do município de Vitória, com foco na integração e fortalecimento das práticas voltadas à população idosa. Como método de avaliação, ao fim do evento foi disponibilizado acesso a um formulário digital em que 30 participantes responderam o instrumento de avaliação. Dentre as respostas, todos (100%) os avaliadores consideraram o tema relacionado ao cotidiano de trabalho, 96,7% reconheceram a coerência da programação com os objetivos propostos e 100% identificaram sua contribuição para a integração entre os serviços da rede. Quanto às exposições e discussões, a maioria (93,3%) identificou cumprimento às expectativas, embora tenham sido apontadas oportunidades para diversificação metodológica, como rodas de conversa, oficinas e grupos de discussão. A organização foi classificada como excelente ou boa por 96,6% dos participantes, com sugestões de aprimoramento relativas à pontualidade e acessibilidade ao local. As contribuições para futuras edições incluíram temas como direito à habitação, proteção infantil e trabalho em rede.

Ressalta-se que não houve alocação de recursos financeiros diretos para a realização do seminário, o qual foi viabilizado por meio do apoio de parceiros institucionais. O Instituto Raízes contribuiu com aspectos logísticos, além de custear a confecção de materiais gráficos como banner e crachás de credenciamento, além de disponibilizar alimentação, mediante o fornecimento de almoço e coffee breaks aos participantes e convidados. O Museu Capixaba do Negro (MUCANE) cedeu o espaço físico para a realização das atividades e disponibilizou o uso dos aparatos tecnológicos como retroprojeter e computador. A execução e operacionalização ficou a cargo de uma comissão organizadora formada por representantes das políticas setoriais, que se reuniu periodicamente para planejar a programação, convidar palestrantes e definir estratégias de mobilização, assegurando a realização do evento em consonância com os objetivos propostos.

Os palestrantes convidados se disponibilizaram voluntariamente para compor a discussão, em uma aposta na potência de uma educação fomentada de trabalhadores para trabalhadores. Constituiu-se como valor inegociável para a comissão organizadora a participação de trabalhadores que vivenciam os desafios e as potencialidades no fazer cotidiano com as pessoas idosas do território.

INTERSETORIALIDADE

A realização do seminário contou com a articulação intersetorial entre diferentes órgãos da administração pública municipal. Destaca-se a participação de trabalhadores que representaram a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e a Secretaria Municipal de Educação (SEME), que estiveram diretamente envolvidos na concepção, planejamento e execução das atividades. Além disso, contou com o incentivo financeiro, mobilização e participação da Organização da Sociedade Civil, Instituto Raíces.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Educação Permanente no SUAS**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

CASTIGLIONI, A. H. **Envelhecimento da População em Vitória, Espírito Santo (Brasil)**. Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228556284_Envelhecimento_da_populacao_em_Vitoria_Espirito_Santo_Brasil. Acesso em: 25 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (ES). **Secretaria Municipal de Saúde**. Linha de Cuidado para a Atenção à Saúde da Pessoa Idosa. Texto em consulta pública. Vitória, 2025. Disponível em: <https://transparencia.vitoria.es.gov.br/v2/#/participacaoSocial/2>. Acesso em: 25 set. 2025.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS





SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

OFICINAS DE PÃES E BISCOITOS: PROMOÇÃO DE PROTAGONISMO, MEMÓRIA AFETIVA E SEGURANÇA ALIMENTAR DE IDOSOS EM ILPI

Samyra Faquette Feres Calefe

Thatiane Francisco Deolindo

APRESENTAÇÃO

A prática das oficinas de pães e biscoitos foi desenvolvida na ILPI Recanto da Vida, localizada em Colatina/ES, instituição de longa permanência que acolhe idosos com diferentes graus de dependência e necessidades especiais. A unidade conta com equipe multiprofissional composta por cuidadores, coordenação, psicologia, nutricionista, enfermagem, fisioterapia e assistência social, o que possibilita suporte integral às atividades desenvolvidas. As oficinas foram realizadas em articulação com os CRAS municipais de Colatina, promovendo a integração entre idosos institucionalizados e idosos da comunidade. Essa parceria fortaleceu vínculos sociais, ampliou a troca intergeracional de experiências e garantiu um ambiente seguro, acolhedor e adaptado às necessidades dos idosos. Ao unir cuidado, convivência e práticas educativas e culturais, a proposta reafirma o compromisso do SUAS com a proteção social, a qualidade de vida e a promoção de hábitos alimentares saudáveis.

JUSTIFICATIVA

A oficina de pães e biscoitos se constitui como uma boa prática no âmbito da Assistência Social, pois integra ações de educação alimentar, promoção da saúde e fortalecimento de vínculos comunitários. Ao mesmo tempo, resgata o protagonismo e a subjetividade dos idosos em situação de acolhimento institucional, aspectos que costumam ser silenciados na velhice. A experiência demonstra que práticas intersetoriais podem concretizar os princípios do SUAS, reforçando o direito à participação social e ampliando a compreensão da segurança alimentar e nutricional para além do acesso físico aos alimentos, valorizando também suas dimensões culturais, afetivas e subjetivas.

A atividade se mostrou necessária porque proporcionou um espaço inclusivo e significativo, onde cada idoso pôde exercer protagonismo e autonomia de acordo com suas capacidades, resgatando memórias afetivas, fortalecendo autoestima e favorecendo hábitos alimentares saudáveis. A adaptação das recei-

tas às restrições clínicas, como hipertensão, diabetes, dificuldades de mastigação e limitações motoras, demonstrou a possibilidade de conciliar saúde, prazer e identidade cultural em uma mesma prática.

OBJETIVOS

O principal objetivo da oficina de pães e biscoitos foi promover a segurança alimentar e nutricional dos idosos acolhidos na ILPI Recanto da Vida por meio de atividades culinárias que respeitassem suas condições de saúde, restrições alimentares e limitações físicas. A prática buscou, de forma integrada, estimular a autonomia, a autoestima e o protagonismo dos idosos, criando oportunidades para que fossem sujeitos ativos em todas as etapas do processo — da escolha e higienização dos ingredientes à preparação e degustação final.

Outro objetivo importante foi o resgate das memórias afetivas relacionadas à culinária, permitindo que os idosos relembassem experiências da infância e de sua trajetória de vida, valorizando suas histórias e identidades. A oficina também se propôs a incentivar hábitos alimentares saudáveis adaptados às condições de cada participante, transformar o preparo de receitas em momento de socialização e troca de experiências, fortalecer vínculos comunitários por meio da articulação com os CRAS municipais e consolidar a intersetorialidade da equipe multiprofissional, reafirmando o papel da Assistência Social na promoção da saúde, da cidadania e da dignidade da pessoa idosa.

METODOLOGIA

As oficinas foram realizadas ao longo do segundo semestre de 2024, em encontros mensais, reunindo idosos da ILPI e dos CRAS municipais de Colatina. O processo iniciou-se com a seleção e higienização dos ingredientes, sob orientação da nutricionista. Em seguida, os participantes foram envolvidos em cada etapa do preparo das receitas, com o apoio de um oficinheiro convidado, que apresentava técnicas culinárias adaptadas ao ritmo e às condições dos idosos. A equipe multiprofissional atuou em conjunto: cuidadores e coordenação apoiaram o manuseio dos utensílios, a psicologia ofereceu suporte, a enfermagem monitorou as condições clínicas, a fisioterapia estimulou a mobilidade, a assistência social fortaleceu vínculos e a equipe de cozinha acompanhou a execução prática. A degustação coletiva ao final de cada oficina se configurou como momento de confraternização e celebração do esforço individual e coletivo.

RESULTADOS E IMPACTOS

Os resultados observados evidenciaram impactos positivos na vida dos participantes. Houve aumento do engajamento dos idosos, que se mostraram ativos nas atividades e orgulhosos de suas contribuições, sempre respeitando suas limitações físicas e cognitivas. O resgate de memórias afetivas possibilitou recordações da infância e da vida familiar, fortalecendo identidade e subjetividade. A autoestima foi estimulada, e muitos participantes expressaram satisfação em “poder fazer com as próprias mãos”, rompendo com a lógica passiva que muitas vezes acompanha a institucionalização. As adaptações das receitas garantiram segurança nutricional e reforçaram hábitos alimentares saudáveis, enquanto a interação com os idosos dos CRAS promoveu inclusão social e fortalecimento de vínculos comunitários. Esses resultados demonstram que práticas simples, quando planejadas de forma intersetorial e participativa, podem gerar impactos concretos na saúde, no bem-estar e na cidadania de pessoas idosas.

INTERSETORIALIDADE

A experiência foi construída de maneira intersetorial. A ILPI Recanto da Vida foi responsável pela execução e acompanhamento dos residentes; os CRAS municipais mobilizaram idosos da comunidade, ampliando a convivência; a nutricionista planejou e supervisionou as oficinas; o oficineiro conduziu a prática culinária; e toda a equipe multiprofissional assegurou o suporte necessário para a participação efetiva dos idosos. Além disso, a prática esteve alinhada às diretrizes do SUAS e do SISAN, reafirmando o direito humano à alimentação adequada e o compromisso com a cidadania, a autonomia e a inclusão. Essa articulação demonstrou que boas práticas em assistência social só se consolidam quando sustentadas pela integração de serviços, setores e políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social (SUAS).

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 2004.**

BRASIL. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), Lei nº 11.346/2006.**

BRASIL. **Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.**

BRASIL. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas.** Brasília: MDS, 2012.

OLIVEIRA, S.; SILVA, M. **Educação alimentar e nutricional para idosos: desafios e estratégias.** Revista de Nutrição, 2019.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS





SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MESA VIVA: ALIMENTAÇÃO, CULTURA POPULAR E GERAÇÃO DE RENDA NO CRAS LIMEIRA

Tereza Marques de Oliveira Fernandes

APRESENTAÇÃO

O município de Anchieta/ES, população segundo IBGE de 32 584 habitantes assim como outro municípios brasileiros, enfrentam desafios relacionados à vulnerabilidade social, especialmente no acesso à alimentação adequada, à preservação cultural e às oportunidades de geração de renda. O Centro de Referência de Assistência Social CRAS de Limeira, como unidade pública Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é a principal porta de entrada da proteção social básica, atuando na prevenção de situações de risco e no fortalecimento de vínculos familiares comunitários. No CRAS Limeira são atendidas 456 famílias, das quais enfrentam dificuldades na organização da alimentação cotidiana, desperdício de alimentos, consumo elevado de produtos ultraprocessados e ausência de práticas culturais ligadas à mesa posta e à valorização dos alimentos locais. A partir dessa realidade, surgiu o projeto Mesa Viva, que articula alimentação simples e natural, aproveitamento integral dos alimentos, saberes populares sobre plantas medicinais, confecção de utensílios para mesa posta e incentivo ao empreendedorismo, unindo dimensões de saúde, cultura, convivência comunitária e segurança alimentar.

JUSTIFICATIVA

O projeto Mesa Viva configura-se como uma estratégia de consolidação do SUAS fortalecimento da política de Segurança Alimentar e Nutricional, atuando em três frentes integradas: a proteção social básica, que promove vínculos comunitários e familiares por meio da partilha dos alimentos e do resgate da mesa posta; a segurança alimentar e nutricional, que incentiva o aproveitamento integral dos alimentos, reduz desperdícios e difunde práticas alimentação saudável; e a autonomia e renda, que valoriza a confecção artesanal de utensílios (*sousplats*, guardanapos, toalhas) e estimula o empreendedorismo feminino. Estudos Internacionais demonstram que refeições em família atuam como fator de proteção social. Pesquisas apontam que adolescentes que jantam com a família entre cinco e sete vezes por semana apresentam menor probabilidade de consumir álcool, tabaco e drogas ilícitas em comparação àqueles que realizam menos de três refeições semanais em família (EISENBERG et al., 2008; HAMMONS; FIESE, 2011). Assim, o Mesa Viva atende à necessidade de fortalecimento de vínculos, promoção da cidadania e ampliação de horizontes de inclusão social, por meio da valorização da alimentação, da memória cultural e da prática comunitária.

OBJETIVOS GERAL

Promover educação alimentar e nutricional, valorização cultural e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de práticas que integrem alimentação saudável, mesa-posta artesanato, fortalecendo a autonomia e a geração de renda.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estimular o aproveitamento integral dos alimentos e práticas de sustentabilidade.
- Resgatar saberes populares sobre plantas medicinais e alimentos funcionais. -Confeccionar utensílios artesanais de mesa posta (guardanapos, toalhas, *sousplats*, passadeiras).
- Incentivar a valorização da mesa posta como espaço de afeto e convivência.
- Promover alternativas de geração de renda por meio do artesanato.
- Sensibilizar sobre os impactos do consumo excessivo de açúcar.
- Fortalecer vínculos comunitários por meio da partilha e convivência no CRAS.

METODOLOGIA

O projeto foi estruturado em oito encontros semanais, com duração aproximada de duas horas cada, realizados no CRAS Limeira. As atividades contemplaram rodas de conversa sobre memória alimentar, cultura popular e mesa posta; oficinas culinárias com receitas de aproveitamento integral, como bolo de abóbora, bolo de banana com casca, mousse e maionese de abacate; visita guiada à horta do CRAS de Limeira para identificação de plantas medicinais seus usos terapêuticos; oficinas artesanais para confecção de utensílios de mesa, com *sousplats* de fuxico, guardanapos e toalhas; e a dinâmica 'Alimento que me cura', em que cada participante escolheu um alimento que remetia à infância e compartilhou suas memórias afetivas. Foram ainda promovidas discussões educativas sobre o consumo excessivo de açúcar e alternativas naturais, além de uma confraternização final com mesa posta, integrando os conhecimentos adquiridos. As técnicas utilizadas fundamentaram-se na educação popular em saúde e nutrição, na aprendizagem vivencial com protagonismo das participantes e na metodologia participativa e intersetorial. Para acompanhamento e avaliação, foram utilizados instrumentos como listas de presença, registros fotográficos, e aplicação de questionário avaliativo com 15 perguntas.

RESULTADOS ALCANÇADOS E METAS

A avaliação do projeto foi realizada com média de 16 participantes, todas do sexo feminino, oriundas de duas comunidades Limeira e Jabaquara. Em termos de participação, 62,5% compareceram a três a cinco encontros e 37,5% a um ou dois encontros. No campo de aprendizado, verificou-se que 100% das participantes afirmaram ter adquirido novas formas de reaproveitar os alimentos, reconhecendo a relevância das práticas de aproveitamento integral desenvolvidas durante as oficinas culinárias. Da mesma forma, todas relataram ter conhecido passado a utilizar plantas medicinais e alimentos funcionais a partir da experiência com horta comunitária. As oficinas de mesa posta e artesanato foram avaliadas como 'muito úteis' por 43,8% das mulheres e como 'úteis' por 56,3%. Todas declararam que reduziram o desperdício de alimentos em suas residências e manifestaram intenção de continuar aplicando os conhecimentos adquiridos. Além disso, 100% relataram ter se sentido protagonistas do processo, desta-

cando a participação ativa nas atividades, e afirmaram aumento da autoestima e da confiança para buscar alternativas de geração de renda. A avaliação geral do projeto foi extremamente positiva: a nota média atribuída foi de 9,88, sendo que 87,5% conferiram nota máxima (10) e 12,5% atribuíram nota 9. Os depoimentos qualitativos reforçaram a importância da experiência, evidenciando fortalecimento da autoestima, do protagonismo e do pertencimento comunitário. Os meios de verificação utilizados incluíram listas de presença, registros fotográficos, anotações de campo, equipe técnica e questionário avaliativo. O período de verificação está previsto para ocorrer ao final de cada ciclo de atividades, com reaplicação semestral do questionário e rodas de conversa de devolutiva, assegurando análise contínua do impacto e sustentabilidade da intervenção.

RECURSOS UTILIZADOS

A execução do projeto contou com recursos humanos, financeiros e institucionais. No Âmbito Humano, destacou-se a atuação da nutricionista da SEMADS, da coordenadora e da oficinista CRAS Limeira. Em relação aos recursos financeiros, foram empregados materiais de baixo custo, como tecidos, juta e linhas, além de alimentos provenientes da horta do CRAS, doações da comunidade e mantimentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Também se destacou o apoio de agentes comunitários de saúde e lideranças locais, fundamentais para a mobilização e sensibilização das mulheres participantes.

INTERSETORIALIDADE

A prática foi desenvolvida em articulação com diferentes setores e instituições. Destaca-se a participação da Secretaria Municipal de Assistência Social de Anchieta, que coordenou iniciativa, em parceria com o CRAS Limeira, responsável pelo espaço físico e suporte técnico. Contou-se ainda com o envolvimento de agentes comunitárias, que contribuíram para a mobilização das famílias, e com a colaboração da área da saúde, integrando ações educativas de promoção da saúde. Essa abordagem intersetorial ampliou o alcance das ações, garantiu maior capilaridade e fortaleceu o diálogo entre diferentes políticas públicas, em consonância com os princípios do SUAS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social (LOAS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 dez. 1993.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília, 2004.

EISENBERG, M. E. et al. **Correlations between family meals and psychosocial well-being among adolescents**. Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine, v. 162, n. 8, p. 792-796, 2008. FISCHLER, C. Commensality, society and culture. Social Science Information, v. 50, n. 3-4, p. 528-548, 2011.

HAMMONS, A. J.; FIESE, B. H. **Is frequency of shared family meals related to the nutritional health of children and adolescents?** Pediatrics, v. 127, n. 6, p. e1565-e1574, 2011.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS



SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PRÁTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM IDOSOS: CONCURSO CULINÁRIO E RESGATE DA CULTURA ALIMENTAR

Anne Beatriz Vieira Gois

APRESENTAÇÃO

O envelhecimento populacional configura-se como uma das transformações demográficas mais significativas das últimas décadas no Brasil, implicando demandas crescentes por políticas públicas de saúde, assistência social e qualidade de vida (BRASIL, 2018; OMS, 2022). Nesse contexto, a alimentação desempenha papel central, não apenas no atendimento das necessidades nutricionais do idoso, mas também no fortalecimento de dimensões emocionais, culturais e identitárias, que se manifestam fortemente por meio da memória afetiva relacionada aos alimentos (LIMA; PEREIRA; SOUSA, 2022).

O Censo Demográfico de 2022 consta que o município de Ibatiba-ES possui 25.380 habitantes em seu território. Considerando estimativas estaduais, observa-se que a população idosa, definida com 60 anos ou mais, corresponde entre 13% e 18% do total de residentes, evidenciando a relevância de iniciativas voltadas ao envelhecimento ativo, à valorização da cultura alimentar e ao fortalecimento das relações sociais no município (IBGE, 2022).

No Brasil, a diversidade cultural alimentar é vasta, marcada por expressões regionais que refletem a história, os ingredientes locais, as migrações internas e as influências indígenas, africanas e europeias. Essa multiplicidade torna ressalva a importância da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) com idosos, preservando saberes e fortalecendo o pertencimento cultural (SOUZA; PEREIRA; MENDES, 2021). No Espírito Santo, elementos da culinária capixaba, como o uso da agricultura familiar constituem patrimônio cultural, sendo utilizado como base para práticas de EAN (CARVALHO; COSTA, 2023).

No âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), oficinas culinárias possibilitam a inclusão social, a troca de saberes e o resgate da memória afetiva contribui decisivamente para o envelhecimento ativo. Aos que enfrentam limitações para realizar esta tarefa, a mediação familiar em formato de supervisão ou participação direta, assume papel essencial. Isso garante segurança e adequação nutricional, respeitando à identidade do idoso (TEODORO; SILVA JÚNIOR; et al., 2024).

O objetivo deste trabalho foi relatar uma experiência por meio de um concurso culinário, estimulando a autonomia, favorecendo a socialização e integração entre os usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) por meio da Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

METODOLOGIA

Para o planejamento do concurso culinário foi inicialmente usada uma etapa de brainstorming, técnica na qual é gerada uma maior quantidade de ideias perante uma questão específica e tornando possível, desta forma, elaborar as propostas que melhor se adequem às ideias iniciais (MAZZOTTI; BROEGA E GOMES, 2012). Participaram dessa etapa os integrantes das equipes da Assistência Social do Município, compostas pela Nutricionista, estagiária de Nutrição e Psicólogas.

Na etapa seguinte, foi realizada uma revisão bibliográfica de pesquisas e publicações no campo da Alimentação e Nutrição, uma ação relevante, pois para Botelho, Cunha e Macedo (2011) através dos trabalhos de revisão surgem possibilidades de discussões.

Para participação foi disponibilizada um formulário, dispostos por 30 dias na recepção do CRAS, considerando a livre e espontânea vontade do participante, totalizando 32 inscritos. A realização do concurso culinário foi em encontro único, com duração de 4 horas, em formato participativo. O preparo foi realizado em suas residências e entregues no dia, já finalizadas.

Menezes e Maldonado (2015) destacaram que usar a culinária como estratégia prescinde da existência de um laboratório de técnica dietética ou de uma cozinha, mas não significa necessariamente cozinhar junto. A impossibilidade de compartilhar uma cozinha de forma presencial com os participantes resultou na originalidade dessa experiência.

O roteiro para a realização da apresentação das receitas foi consistindo em: 1) Abertura do evento com a presença da Secretária de Assistência Social e Coordenadora do CRAS; 2) Apresentação inicial das duplas, com suas receitas e regras para avaliação; 3) Exposição das receitas; 4) Avaliação dos jurados; 5) Degustação.

Os pratos foram pontuados em três critérios: sabor, apresentação e proposta culinária ao tema, no valor de 1 a 10. Em seguida houve a somatória e os três maiores pontuados foram destacados. Após a realização da ação, houve um novo momento com a equipe envolvida para *feedback* e avaliação das atividades, com o objetivo de debater os pontos fortes e fracos.

As receitas geradoras da oficina foram propostas e organizadas em duplas, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1. Divisão de receitas pelo número de participantes.

Numeração	Receitas	Participantes
RECEITA 1	Leite de onça	2
RECEITA 2	Broa de melado	2
RECEITA 3	Canjicão	2
RECEITA 4	Feijão tropeiro	2
RECEITA 5	Xiríngas	2
RECEITA 6	Pão Jacaré	2
RECEITA 7	Canjicão	2
RECEITA 8	Empada de galinha	2
RECEITA 9	Broa de fubá	2
RECEITA 10	Rosca doce	2
RECEITA 11	Biscoito de polvilho	2
RECEITA 12	Feijoada	2
RECEITA 13	Rosca de nata	2
RECEITA 14	Bolinho mandioca	2
RECEITA 15	Broa de milho	2
RECEITA 16	Pé de moleque	2

Foram 32 idosos participantes, organizados em 16 duplas, que apresentaram 16 pratos típicos, avaliados por critérios de sabor, apresentação e proposta culinária. As três receitas com maior pontuação foram xirinha (30), feijão tropeiro (27,6) e pão de jacaré (27,5). A menor pontuação foi leite de onça (14). É importante destacar que mais do que a simples reprodução da receita, que poderia se afastar do seu sentido original, a proposta da competição foi valorizar e disseminar saberes e práticas criadas e recriadas coletivamente, corroborando com o terceiro princípio do Marco de Referência de EAN (Brasil, 2012) que considera legítimos os “saberes da cultura, religião e ciência”.

Imagem 1: Apresentação dos pratos elaborados pelos participantes



Fonte: Própria autoria

Todas as receitas inscritas conciliaram atributos sensoriais tradicionais com boa apresentação e adequação à proposta socioassistencial, refletindo a preferência por alimentos típicos da região.

Tabela 2. Pontuação dos jurados sobre receitas apresentadas.

Numeração	Receita	Sabor	Apresentação	Proposta	Pontuação	Média
RECEITA 1	Leite de onça	2,5	6,5	5	14	4,66
RECEITA 2	Broa de melado	4	4,5	7	15,5	5,16
RECEITA 3	Canjicão	8,2	7,5	9	24,7	8,23
RECEITA 4	Feijão tropeiro	9,5	9,1	9	27,6	9,03
RECEITA 5	Xirinha	10	10	10	30	10
RECEITA 6	Pão Jacaré	8,5	10	9	27,5	9,16
RECEITA 7	Canjicão	5	5	10	20	6,66
RECEITA 8	Empada de galinha	9,2	9	7,8	26	8,66
RECEITA 9	Broa de fubá	7,4	8,5	6,6	22,5	7,5
RECEITA 10	Rosca doce	8,2	7,4	8,3	25,5	7,96
RECEITA 11	Biscoito de polvilho	7,8	7	5,2	20	6,66
RECEITA 12	Feijoada	7,9	6	6,2	20,1	6,7
RECEITA 13	Rosca de nata	8,8	7,1	6,9	22,8	7,6
RECEITA 14	Bolinho de mandioca	9,5	7,8	5,7	23	7,66
RECEITA 15	Broa de milho	6,8	6,5	7,1	20,4	6,8
RECEITA 16	Pé de moleque	7,2	8,3	6,2	21,7	7,23

Ao valorizarem receitas como xiringa, feijão tropeiro e pão de jacaré, os participantes resgataram identidades locais, o que sugere um efeito de fortalecimento social, além da oferta alimentar. Isso dialoga com os propósitos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A receita com menor pontuação, leite de onça, reflete um aspecto positivo. O resultado obtido demonstra consonância com as diretrizes nacionais de promoção da saúde, como o Guia Alimentar para a População Brasileira entre adultos e idosos, indicando uma relação entre hábitos alimentares saudáveis e o consumo responsável de bebidas (Fernandes et al. 2023).

A execução da oficina envolveu a articulação entre diferentes setores da política de Assistência Social, em especial o CRAS, a Secretaria Municipal de Assistência Social do município, responsável pelo suporte técnico e financeiro, e a Casa Lar, instituição de acolhimento de crianças e adolescentes que contribuiu com representantes na banca avaliadora. A participação da equipe multiprofissional, nutricionista, estagiária de Nutrição e psicóloga, evidencia a integração entre saúde, assistência social e educação alimentar, fortalecendo os princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

REFERÊNCIAS

- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS, 2012. 68 p.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. Gestão e Sociedade, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV**. Brasília: MDS, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2004.
- CARVALHO, M. S.; COSTA, A. L. **Agricultura familiar e segurança alimentar no Espírito Santo: práticas culturais e produção local**. Revista Brasileira de Extensão Rural, 2023.
- FERNANDES, M. E. M. et al. **Adesão ao Guia Alimentar e fatores associados em adultos e idosos**. Revista de Saúde Pública, 2023.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@ – Ibatiba (ES)**. Censo Demográfico 2022. Acesso em: 23 set. 2025.
- LIMA, T. S.; PEREIRA, R. F.; SOUSA, M. N. **Alimentação, memória afetiva e identidade cultural na velhice**. Revista Kairós Gerontologia, v. 25, n. 1, p. 233-249, 2022.
- MAZZOTTI, A. J. A.; BROEGA, M. G.; GOMES, A. C. **Brainstorming como técnica de apoio à criatividade e inovação em contextos sociais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, n. 79, p. 43-58, 2012.
- MENEZES, C. C.; MALDONADO, L. A. **Culinária como prática de educação alimentar: experiências e reflexões**. Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde, 2015.
- OMS – Organização Mundial da Saúde. **Geneva: WHO**, 2022.

SOUZA, P. H.; PEREIRA, L. M.; MENDES, R. L. **Educação alimentar e nutricional e valorização dos saberes tradicionais.** Revista de Nutrição, v. 34, e200120, 2021.

TEODORO, Micaela Aparecida; SILVA JÚNIOR, Sinézio Inácio da; Outros. **Fatores de escolha alimentar e consumo nutricional de idosos brasileiros segundo características sociodemográficas e de saúde.** Appetite, 2024.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PADARIA DO BANCO DE ALIMENTOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Alessandra Cipriano Taliuli

Cid Alencar Fassarella de Souza

Francislane Nicomedio de Araujo

Milena Nascimento Brite Passamani

APRESENTAÇÃO

A Padaria do Banco de Alimentos de Cachoeiro de Itapemirim é um equipamento público vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES) e à Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), atuando de forma estratégica no fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município.

Entre julho e agosto de 2025, a padaria passou por uma reestruturação completa, retomando suas atividades produtivas com foco na fabricação de pães destinados a abastecer instituições parceiras e apoiar ações de enfrentamento à insegurança alimentar. O processo de reativação contou com o apoio de associações civis e com a articulação de parcerias estratégicas para a captação de matérias-primas e distribuição eficiente dos produtos, garantindo atendimento regular às instituições sociais e reforçando a rede de proteção social municipal.

JUSTIFICATIVA

A padaria comunitária integrada ao Banco de Alimentos atua em duas dimensões centrais da SAN:

- 1. Aproveitamento de alimentos e agregação de valor local:** reduz desperdícios e otimiza recursos provenientes de doações, compras institucionais e produtores locais.
- 2. Oferta regular de alimentos processados e *in natura*:** fornece pães e produtos alimentares para instituições que atendem populações em situação de vulnerabilidade, incluindo serviços de acolhimento, escolas agrícolas e entidades de longa permanência.

A existência da padaria contribui para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), fortalecendo a rede de proteção social, promovendo cooperação intersetorial e ampliando a segurança nutricional de grupos de risco.

OBJETIVOS

Geral: Fortalecer a Segurança Alimentar e Nutricional em Cachoeiro de Itapemirim por meio da produção e distribuição contínua de pães e produtos de panificação gerados no Banco de Alimentos.

Específicos:

- Reativar e manter a produção contínua de pães, com meta mínima de 1.000 unidades/dia.
- Atender regularmente instituições parceiras (serviços de acolhimento, escolas agrícolas e entidades de longa permanência).
- Fortalecer parcerias locais (Rotary, Ceasa-ES, Maia Distribuidora, Sesc Mesa Brasil e agricultores) para garantir insumos, logística e capacitação.
- Implementar indicadores de acompanhamento da produção, distribuição e impacto alimentar.

METODOLOGIA

A prática foi estruturada em etapas estratégicas que garantem a coerência entre planejamento, execução e monitoramento, assegurando eficiência operacional, qualidade higiênico-sanitária e impacto social mensurável. As etapas foram:

- 1. Realizar diagnóstico inicial:** identificar o estado físico e funcional do equipamento, mapear a demanda das instituições receptoras e levantar as fontes potenciais de insumos.
- 2 Promover reestruturação e formalizar parcerias:** implementar reformas estruturais, adquirir ou recuperar equipamentos e estabelecer parcerias público-privadas para viabilizar recursos materiais e técnicos.
- 3 Implantar operação padronizada e protocolos:** desenvolver e aplicar rotinas de produção baseadas nas Boas Práticas de Fabricação (BPF), definindo fluxos de recebimento, armazenamento e controle de higiene, com registros documentais de conformidade.
- 4 Capacitar equipes técnicas:** formar padeiros e auxiliares em técnicas atualizadas de panificação, procedimentos de controle de qualidade e normas de segurança alimentar, com ênfase no cumprimento da legislação vigente.
- 5 Organizar a distribuição:** estruturar rotas e cronogramas de entrega, monitorar a rastreabilidade documental dos produtos e estabelecer critérios de priorização conforme a vulnerabilidade social mapeada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Resultados observados (período: agosto de 2025):

- **Produção diária:** mais de 1.000 pães/dia, garantindo abastecimento regular às instituições parceiras.
- **Parcerias consolidadas:** Rotary, Ceasa-ES, Maia Distribuidora e Sesc Mesa Brasil. • **Reconhecimento:** comitiva técnica de outros municípios visitou o equipamento, consolidando-o como referência regional.

Indicadores sugeridos:

- Produção diária média de pães: ≥ 1.000 unidades/dia.
- Número de instituições atendidas semanalmente: 8–12.
- Quilos de alimentos processados/aproveitados: monitoramento mensal.
- Desperdício: $\leq 1\%$ do volume produzido.
- Satisfação das instituições receptoras: $\geq 85\%$ via pesquisa semestral.

RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS

- **Recursos humanos:** gestão realizada pela SEMDES/Subsecretaria de SAN com equipe local (padeiros, auxiliares e equipe administrativa). Veículos e motoristas para distribuição são disponibilizados próprios, como também parceiros municipais ou convênios.
- **Recursos financeiros/orçamentários:** apoio via parcerias para reestruturação de equipamentos e doações de insumos, garantindo sustentabilidade operacional.

INTERSETORIALIDADE

A execução do projeto envolveu a articulação entre múltiplos atores:

- **Órgãos municipais:** SEMDES e Subsecretaria de SAN — gestão e coordenação.
- **Organizações da sociedade civil e clubes de serviço:** Participação na recuperação de equipamentos e mobilização comunitária.
- **Parceiros de fornecimento:** Ceasa-ES, agricultores locais, Maia Distribuidora e programas como Sesc Mesa Brasil — apoio logístico e doações.
- **Instituições receptoras:** serviços de acolhimento, entidades de longa permanência (Lar de Idosos) e serviços socioassistenciais que compõem a rede SUAS e recebem os alimentos produzidos.

Essa articulação demonstra a importância do trabalho conjunto entre políticas públicas, iniciativa privada, economia solidária e organizações filantrópicas, garantindo sustentabilidade operacional e cooperação em rede.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“Banco de Alimentos combate fome em Cachoeiro de Itapemirim” (perfil do Programa). *Dia a Dia ES*, 28 jan. 2025.

“Banco de Alimentos de Cachoeiro recebe visita técnica de comitiva de Viana”. *HojeES*, 27 jun. 2025.

“Banco de Alimentos de Cachoeiro recebe reestruturação de padaria”. *Jornal Fato*, 17 jul. 2025.

“Padaria do Banco de Alimentos inicia produção em Cachoeiro”. *Aqui Notícias*, 14 ago. 2025.

“Padaria do Banco de Alimentos de Cachoeiro produz mais de mil pães/dia”. *Dia a Dia ES*, 14 ago. 2025.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS







**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

*Secretaria de Trabalho,
Assistência e Desenvolvimento Social*